



INTEGRAÇÃO EUROPEIA:

**IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÓMICO DA ILHA DO PICO**

Álvaro David Calado Batista Cabral Lopes

Mestrado em Estudos Sobre a Europa

2022



INTEGRAÇÃO EUROPEIA:

**IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÓMICO DA ILHA DO PICO**

Álvaro David Calado Batista Cabral Lopes

Mestrado em Estudos Sobre a Europa

Orientador: Prof. Doutor José Fontes

2022

Resumo

A presente dissertação insere-se no tema da integração europeia no contexto das regiões ultraperiféricas, com o estudo de caso a ser aplicado de forma genérica ao impacto no desenvolvimento socioeconómico na RAA e com o foco a centrar-se particularmente na Ilha do Pico. De modo analisarmos o impacto da integração europeia na Ilha do Pico, existiu a necessidade de a estudar mediante duas variáveis, a económica e a sociocultural, e em dois períodos diferentes: o pós-integração e o pré integração que inclui o período da constituição da Autonomia Açoriana e do 25 de abril de 1974.

Até ao 25 abril de 1974, cerca 12 anos antes da adesão de Portugal à CEE, a Ilha do Pico vivia de forma rudimentar e com discrepâncias enormes de acessibilidades e de infraestruturas sociais quando comparada com as Ilhas denominadas de “Capitais Distrito” (Faial, São Miguel e Terceira). O aumento dos parques escolares, as acessibilidades aéreas, as melhorias nas acessibilidades terrestres, o crescimento do investimento privado, as criações de emprego em substituição da agricultura de subsistência, entre tantas outras condições, surgiram apenas após o sucesso do 25 de abril de 1974. Com a adesão à CEE, alguns dos investimentos que até então eram impossíveis de se concretizar, tornaram-se possíveis. No segundo quadrante, é também importante estudar o impacto sociodemográfico na Ilha do Pico, e quais os efeitos sentidos junto dos vários setores de atividade.

A criação de novos empregos, o acesso aos fundos comunitários e o incremento do setor do turismo tiveram de ser estudados para compreender se a Integração Europeia foi suficiente para implementar uma melhoria na qualidade de vida dos habitantes e para a sustentabilidade sociodemográfica da ilha do Pico.

O paradigma da integração europeia e o impacto socioeconómico nas regiões ultraperiféricas tem sido, desde a sua constituição, um processo “conflituoso” e gerador de múltiplas opiniões, sendo por isso mesmo bastante útil a utilização de dados estatísticos e de índices de desenvolvimento humano e económico, para que de forma consolidada, se possa obter conclusões científicas à problemática estudada, esperando-se assim, poder dar um contributo para a compreensão da integração europeia no contexto das realidades das Regiões Ultraperiféricas, mas mais precisamente, dos Açores e da Ilha do Pico.

PALAVRAS-CHAVE: Integração; Pico; Açores; Europa; Ultraperiféricas.

Abstract

This dissertation is part of the theme of European integration in the context of the outermost regions, with the case study being applied generically to the impact on socioeconomic development in the Autonomous Region of the Azores and focusing particularly on Pico Island. To analyze the impact of European integration on Pico Island, there was a need to study it through two variables: the economic and the sociocultural, and in two different periods: the post-integration and the pre-integration that includes the period of the constitution of the Azorean Autonomy and April 25, 1974.

Until April 25, 1974, about 12 years before Portugal joined the EEC, Pico Island lived in an undeveloped way with huge differences in accessibility and social infrastructures when compared to the islands called “District Capitals” (Faial, São Miguel, and Terceira). The increase of school parks, air accessibility, improvements in land accessibility, the growth of private investment, job creation to replace subsistence agriculture, among other conditions, were only possible after the revolution of April 25, 1974. With the adherence to the EEC, some of the investments that were impossible to materialize until then, started to be exponentiated. In the second part, it is also important to study the socio-demographic impact on Pico Island, and the effects citizens have felt on the various sectors of activity.

The creation of new jobs, the access to European funds and the increase in the tourism sector must be study to understand that European integration was enough to implement an improvement in the inhabitants’ quality of life and socio-demographic sustainability of the island of Pico.

The paradigm of European integration and the socio-economic impact on the outermost regions has been, since its creation, a “conflictual” process and generator of multiple opinions, making the use of statistical data and human development indices very useful to study the results from the integration activity and preparing consolidated possibilities and scientific conclusions that can be obtained on the studied problem. With this work we hope to contribute to the understanding of European integration in the context of the realities of the outermost regions, and more precisely, of the Azores and Pico Island.

KEYWORDS: Integration; Pico; Azores; Europe; Outermost.

Agradecimentos

Ao meu orientador, Prof. Dr. José Fontes, pela paciência e disponibilidade em me ajudar. Sei que não fui um aluno fácil, por vezes até meio distante dos padrões ditos normais, mas o facto de ter estado sempre disponível em me ajudar foi muito importante para que eu pudesse prosseguir.

À Professora Maria da Saúde Furtado Maciel, minha sogra, pela disponibilização total da sua biblioteca particular e pela ajuda na compreensão de temas muito pouco desenvolvidos.

Ao Professor Manuel Costa Júnior, Diretor do Museu do Pico, pela sua disponibilidade, pelas conversas sobre a realidade, os anseios e as perspetivas históricas e futuras de que a ilha montanha foi tendo ao longo dos vários séculos da sua existência. Agradeço também, a disponibilização dos livros de autores locais que me serviram de inspiração para a escolha do tema desta tese.

Dedicatória

Dedico este trabalho:

Ao meu pai, Augusto Maria Cabral Lopes e à minha mãe, Maria João de Abreu Calado Baptista Cabral Lopes (in memoriam), que me ensinaram como viver uma vida plena de amor, sem olhar a meios para “abraçar” aqueles a quem queremos bem e na esperança de que a minha mãe, esteja ela onde estiver, se possa sentir orgulhosa pelo percurso de vida (pessoal e académico) que este filho foi capaz de percorrer.

À minha irmã, Laura Sofia Calado Baptista Cabral Lopes, por me incentivar a voltar a estudar e a fazer comigo um percurso de vida só possível de se realizar pelo amor que nutrimos um pelo outro.

Às minhas princesas, Maria João Santos, Beatriz Maria Santos e Leonor Silva, pelo orgulho enorme que tenho por vocês. O amor que têm por mim é um verdadeiro alicerce para os obstáculos diários que vamos ultrapassando.

À minha avó, Joana De Abreu Calado Baptista (in memoriam), por toda a dedicação que em vida teve comigo. Pelos seus ensinamentos de vida, pelos seus abraços e por todas as horas que dispensou em me amar.

À minha mulher, Joana Maria Maciel, por todas as horas que retirei no nosso seio familiar para poder desenvolver este trabalho. Pela força que me deu em poder continuar este percurso quando por vezes achava que já não havia solução.

Por último, mas o mais importante, à minha filha, Maria Francisca Maciel Batista Lopes. A minha bússola, a minha âncora e até o meu porto de abrigo. Sem ti, metade de mim jamais existiria. O teu olhar quando orgulhosamente me vês a estudar, foi a força especial de que precisei para não deixar este percurso a meio.



DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho.

Confirmando que não recorri à prática de plágio ou a qualquer forma de falsificação de resultados.

Universidade Aberta, 06 de dezembro de 2022

Assinatura: 

Índice

Resumo	iv
Abstract.....	v
Agradecimentos	vi
Dedicatória.....	vii
Índice de Quadros e Tabelas	xi
Índice de Figuras.....	xii
Índice de Anexos.....	xv
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos	xvii
Introdução	1
I. Objeto	1
II. Objetivo.....	1
III. Contexto.....	2
IV. Método.....	4
Capítulo I –Açores e a Ilha do Pico.....	5
1.1. Enquadramento Geodemográfico	5
1.2. Enquadramento Político-Administrativo	8
1.3. Enquadramento Sociodemográfico.....	11
1.3.1. Educação	20
1.3.2. Saúde.....	23
1.3.3. Transportes.....	26
1.3.3.1. Marítimos	27
1.3.3.2. Terrestres.....	29
1.3.3.3. Aéreos	33
1.4. Enquadramento Económico	35
1.4.1. O Mercado Açoriano.....	38
1.4.2. Setor Primário	39
1.4.3. Setor Industrial	51
1.4.4. Setor Terciário.....	55

1.4.5. Economia Regional	61
Capítulo II - Fundos Estruturais	66
2.1. Fundos Comunitários	66
2.2. Enquadramento Histórico dos Fundos Estruturais	68
2.3. Fundos Comunitários na RAA	72
2.3.1. Grandes Investimentos realizados na Ilha do Pico após a adesão de Portugal à UE.....	73
Conclusões	76
Bibliografia	84
Anexos	88

Índice de Quadros e Tabelas

Tabela 1: Estabelecimentos Escolares na Ilha do Pico (2020) Fonte Estatística: https://srea.azores.gov.pt/ Cartografia: Elaboração Própria	23
Tabela 2: Portos Marítimos na Ilha do Pico 2020 por classe Fonte Estatística: https://srea.azores.gov.pt/ Cartografia: Elaboração Própria	29
Tabela 3: Horário das viagens efetuadas por transportes públicos na Ilha do Pico Fonte Estatística: http://cristianolimitada.pt Cartografia: Elaboração Própria	32
Tabela 4: Número de voos e de passageiros desembarcados na Ilha do Pico em 2019 Fonte Estatística: https://srea.azores.gov.pt/ Cartografia: Elaboração Própria.....	35
Tabela 5: Transferências da UE para a RAA entre 1985 e 2017 Fonte: https://www.tcontas.pt/pt-pt/ProdutosTC/PareceresTribunalContas/pareceres-craa/Paginas/Pareceres-sobre-a-Conta-da-Regiao-Autonomia-dos-Acores.aspx Valores apresentados em Milhões de Eur	73

Índice de Figuras

Figura 1: Mapa do arquipélago dos Açores Fonte: https://www.azoresairlines.pt Cartografia: Elaboração Própria.	6
Figura 2: Mapa das Ilhas do Pico, Faial e São Jorge Fonte: https://www.google.com/ Cartografia: Elaboração Própria.	7
Figura 3: Índices da População da RAA e da Ilha do Pico Fonte Estatística: https://srea.azores.gov.pt/ Cartografia: Elaboração Própria.	13
Figura 4: IDE por Ilha Açoriana em 2018 Fonte Estatística: https://srea.azores.gov.pt/ Cartografia: Elaboração Própria.	14
Figura 5: IDE por concelho açoriano em 2018 Fonte Estatística: https://srea.azores.gov.pt/ Cartografia: Elaboração Própria.	15
Figura 6: Evolução do IDE (1900 – 2018) nas Ilhas do Triângulo e na RAA Fonte Estatística: SREA; INE; Pordata; CENSOS 1900 a 2011 Cartografia: Elaboração Própria.	15
Figura 7: Evolução do IDI (1900 – 2018) nas Ilhas do Triângulo e na RAA Fonte Estatística: SREA; INE; Pordata; CENSOS 1900 a 2011 Cartografia: Elaboração Própria.	16
Figura 8: Evolução da População Residente na R.A.A. (1900 – 2018) Fonte Estatística: https://srea.azores.gov.pt/ Cartografia: Elaboração Própria.	18
Figura 9: Evolução da População Residente na Ilha do Pico, no global e por concelhos (1900 – 2018) Fonte Estatística: SREA; CENSOS 1900 a 2011 Cartografia: Elaboração Própria.	18
Figura 10: Evolução da População Residente na Ilha do Pico, e o peso dos concelhos no Total da População (1900 – 2018) Fonte Estatística: SREA; CENSOS 1900 a 2011 Cartografia: Elaboração Própria.	19
Figura 11: Produção Total de Carne para Abate na RAA (1981 – 2018) Fonte Estatística: SREA (http://srea.azores.gov.pt) Cartografia: Elaboração Própria.	42
Figura 12: Evolução do Efetivo Animal Por Espécie Abatido na RAA (1981 – 2018) Fonte Estatística: SREA (http://srea.azores.gov.pt) Cartografia: Elaboração Própria.	42
Figura 13: Evolução da Taxa de Crescimento da Produção de Leite entregue nas fábricas Nacionais e da RAA (1987 – 2018) Fonte Estatística: INE e SREA (http://srea.azores.gov.pt) Cartografia: Elaboração Própria.	43
Figura 14: Evolução das Capturas de Pescado por frota da RAA em Eur e Ton (1981 – 2018) Fonte Estatística: SREA (http://srea.azores.gov.pt) Cartografia: Elaboração Própria.	45
Figura 15: Evolução da Taxa de Crescimento das Capturas de Pescado por frota da RAA em	

Eur e Ton (1981 – 2018) Fonte Estatística: SREA (http://srea.azores.gov.pt) Cartografia: Elaboração Própria.	46
Figura 16: Evolução das Embarcações e da Mão-de-Obra afeta à Pesca na RAA (1986 – 2018) Fonte Estatística: SREA (http://srea.azores.gov.pt) Cartografia: Elaboração Própria.....	47
Figura 17: Evolução do Setor das Pescas na RAA (1986 – 2018) Fonte Estatística: SREA (http://srea.azores.gov.pt) Cartografia: Elaboração Própria.	48
Figura 18: Quantidade de pescado descarregado por Ilha na RAA em 2018 Fonte Estatística: SREA (http://srea.azores.gov.pt) Cartografia: Elaboração Própria.	48
Figura 19: Evolução do peso da ocupação das principais culturas agrícolas dos Açores por SAU (1987 – 2018) Fonte Estatística: SREA (http://srea.azores.gov.pt) Cartografia: Elaboração Própria.	50
Figura 20: Evolução da Produção de Queijo na RAA (1986 – 2018) Fonte Estatística: SREA (http://srea.azores.gov.pt) Cartografia: Elaboração Própria.	52
Figura 21: Evolução da Produção de Manteiga na RAA (1986 – 2018) Fonte Estatística: SREA (http://srea.azores.gov.pt) Cartografia: Elaboração Própria.	53
Figura 22: Evolução da Produção de Leite para Consumo na RAA (1986 – 2018) Fonte Estatística: SREA (http://srea.azores.gov.pt) Cartografia: Elaboração Própria.....	53
Figura 23: Evolução do Número de Estabelecimentos Turísticos Ativos na Ilha do Pico (1986 – 2018) Fonte Estatística: SREA (http://srea.azores.gov.pt) Cartografia: Elaboração Própria.	57
Figura 24: Evolução do Número de Hóspedes na Ilha do Pico (1986 – 2018) Fonte Estatística: SREA (http://srea.azores.gov.pt) Cartografia: Elaboração Própria.....	58
Figura 25: Evolução do número de Dormidas na Ilha do Pico (1986 – 2018) Fonte Estatística: SREA (http://srea.azores.gov.pt) Cartografia: Elaboração Própria.	59
Figura 26: Evolução da Capacidade de Alojamento na Ilha do Pico (1986 – 2018) Fonte Estatística: SREA (http://srea.azores.gov.pt) Cartografia: Elaboração Própria.....	60
Figura 27: Estrutura Económica dos Açores por Setores (% VAB - 2017) Fonte Estatística: https://srea.azores.gov.pt/ Cartografia: Elaboração Própria.	62
Figura 28: Evolução da Estrutura Económica dos Açores por Setores (VAB Nominal 1995 - 2017) Fonte Estatística: https://srea.azores.gov.pt/ Cartografia: Elaboração Própria.....	63
Figura 29: Evolução da Estrutura Económica dos Açores por Setores (VAB Real 1995 - 2017 com base 1986) Fonte Estatística: https://srea.azores.gov.pt/ e INE Cartografia: Elaboração Própria.	64

Figura 30: Evolução do PIB Regional Real a Preços Constantes entre 1980 e 2018 (base 1986) Fonte Estatística: https://srea.azores.gov.pt , INE e Economia Não Registada na RAA (2013) Cartografia: Elaboração Própria	65
Figura 31: Taxa de Crescimento do PIB Regional Nominal e Real entre 1980 e 2018 com base a 1986 Fonte Estatística: https://srea.azores.gov.pt , INE e Economia Não Registada na RAA (2013)53 Cartografia: Elaboração Própria.....	65

Índice de Anexos

ANEXOS 1:População Residente nas Ilhas do Triângulo e na RAA por Classe Etária e IDE (1900 – 2018) Fonte Estatística: https://srea.azores.gov.pt/ ; INE; Pordata; CENSOS 1900 a 2011 Cartografia: Elaboração Própria.....	90
ANEXOS 2: Deflator do PIB Português - IPC Base 1986 Fonte: INE Cartografia: Elaboração Própria	91
ANEXOS 3: N.º total de explorações, SAU e mão-de-obra agrícola (2009) Fonte Estatística: Recenseamento Agrícola dos Açores 2009 Cartografia: Elaboração Própria	92
ANEXOS 4: Mão-de-obra agrícola por grupo etário (2009) Fonte Estatística: Recenseamento Agrícola dos Açores 2009 Cartografia: Elaboração Própria	93
ANEXOS 5: Salário médio dos trabalhadores agrícolas por ilha e por ano Fonte Estatística: SREA Cartografia: Elaboração própria	94
ANEXOS 6: Efetivo animal por espécie e por Ilha Açoriana (2009) Fonte Estatística: Recenseamento Agrícola dos Açores 2009 Cartografia: Elaboração Própria	95
ANEXOS 7: Produção de Carne para Abate (em Kg) na RAA no período de 1981 a 2018 Fonte Estatística: SREA Cartografia: Elaboração própria.....	96
ANEXOS 8: Produção de Derivados do Leite na RAA (1986 – 2018) Fonte Estatística: SREA (http://srea.azores.gov.pt) Cartografia: Elaboração Própria	97
ANEXOS 9: Pescado Capturado por Ilha na RAA (2018) Fonte Estatística: SREA (http://srea.azores.gov.pt) Cartografia: Elaboração Própria	98
ANEXOS 10::Evolução do Setor das Pescas na RAA (1981 – 2018) Fonte Estatística: SREA (http://srea.azores.gov.pt) Cartografia: Elaboração Própria	99
ANEXOS 11: N.º de Concelho e N.º de Freguesias por Ilha Açoriana.....	100
ANEXOS 12: População Residente por Ilha Açoriana 2018 e Área terrestre (km2) Fonte Estatística: https://srea.azores.gov.pt/ Cartografia: Elaboração Própria)	101
ANEXOS 13: População Residente por Ilha Açoriana 2018 por grupo etário Fonte Estatística: https://srea.azores.gov.pt/ Cartografia: Elaboração Própria.....	102
ANEXOS 14: Estabelecimentos Escolares nos Açores 1985/86-2017/18 Fonte Estatística: https://srea.azores.gov.pt/ Cartografia: Elaboração Própria	103
ANEXOS 15: Pessoal Docente nos Açores 1985/86-2017/18 Fonte Estatística: https://srea.azores.gov.pt/ Cartografia: Elaboração Própria	104
ANEXOS 16: Alunos Matriculados nos Açores 1985/86-2017/18 Fonte Estatística:	

https://srea.azores.gov.pt/ Cartografia: Elaboração Própria	105
ANEXOS 17: Evolução da Capacidade de Alojamento, Dormidas, Hóspedes e número de estabelecimentos na Ilha do Pico entre 1986 e 2018 Fonte Estatística:	
https://srea.azores.gov.pt/ Cartografia: Elaboração Própria	106

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

- CEE – Comunidade Económica Europeia
- CCDR – Comissão Coordenação e Desenvolvimento Regional
- DOP – Denominação de Origem Protegida
- EB – Escola Básica
- EB1,2/JI – Escola Básica Primeiro e Segundo Ciclo e Jardim de Infância
- EBS/JI – Escola Básica e Secundária e Jardim de Infância
- EEE – Espaço Económico Europeu
- EPARAA – Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores
- ETG – Especialidade Tradicional Garantida
- EUR - Euros
- FEAGA – Fundo Europeu Agrícola de Garantia
- FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
- FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
- FEOGA – Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
- FEP – Fundo Europeu de Pescas
- FSE – Fundo Social Europeu
- GRA – Governo Regional dos Açores
- HA - Hectares
- IATA – International Air Transport Association
- ICNB – Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade
- ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
- IDD – Índice de Dependência Demográfica
- IDE – Índice de Envelhecimento
- IDI – Índice de Dependência de Idosos
- IDJ – Índice de Dependência de Jovens
- IFOP – Instrumento Financeiro de Orientação e Pesca
- IGP – Indicação Geográfica Protegida
- ILS - Instrument Landing System
- INAC - Instituto Nacional de Aviação Civil

INE – Instituto Nacional de Estatística
IPC – Índice de Preços no Consumidor
Kg - Quilograma
Km – Quilómetros
Km² – Quilómetros Quadrados
Lts – Litros
Lda – Limitada
Ld.^a – Limitada
LIS – Código aeroportuário IATA para o aeroporto de Lisboa
LLDC – Países em Desenvolvimento Sem Litoral
M – Metros
N.º – Número
OMS – Organização Mundial de Saúde
OR – Outermost Regions
OSP – Obrigações de Serviço Público
PEID – Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento
PEMTA – Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores
PDL – Código aeroportuário IATA para o aeroporto de Ponta Delgada
PIB – Produto Interno Bruto
PIX – Código aeroportuário IATA para o aeroporto do Pico
PNIC – Plano Nacional de Interesse Comunitário
RAA – Região Autónoma dos Açores
RUP – Regiões Ultraperiféricas
SATA- Serviço Açoriano de Transportes Aéreos
SAU – Superfície Agrícola Utilizada
SÉC – Século
SIDS – Small Island Developing States
SIV – Suporte Imediato de Vida
SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores
SRS – Serviço Regional de Saúde
TAP – Transportadora Aérea Portuguesa

TER – Código aeroportuário IATA para o aeroporto da Terceira

TON – Toneladas

UE – União Europeia

VAB – Valor Acrescentado Bruto

ZEE – Zona Económica Exclusiva

ZH – Zero Hidrográfico

Introdução

I. Objeto

A presente dissertação de mestrado tem como objetivo principal de estudo e investigação o impacto que a adesão de Portugal à UE a 1 de janeiro de 1986 teve no comportamento socioeconómico do arquipélago dos Açores, com especial relevância na ilha do Pico que a 22 de agosto de 1975 apesar de apenas oficializada a 2 de abril de 1976 com a aprovação da consagração da Constituição da Republica Portuguesa que dotava os Açores como uma Região Autónoma de Estatuto Político-Administrativo próprio, “conquistou a sua autonomia interna” ao serem extintas as capitais de distrito.

II. Objetivo

Uma das principais premissas da investigação é a sua capacidade de gerar informação que sirva de alavancagem para uma maior compreensão sobre um determinado fenómeno social em estudo, sendo por isso mesmo necessário, tal como Coutinho (2013) refere, “identificar toda a investigação anterior relevante com a qual o fenómeno se relaciona”, potenciando o vínculo existente entre o conhecimento existente e o tema abordado, traduzindo-se essa relação num acentuar da credibilidade da própria investigação.

Podemos por isso mesmo concluir, que a dissertação é a representação de uma coletânea de assunto específico, cuja profundidade visa evidenciar “todo um procedimento metodológico sistematizado, no intuito de fazer emergir um trabalho que represente, acuradamente, pontuar um trabalho científico” (SILVA *et al.*, 2004).

Assim, o Objetivo de Estudo é não só a primeira como uma das mais importantes etapas da pesquisa de qualquer trabalho de investigação, pois se a definição do objetivo não for bem efetuada, corre-se o risco da pesquisa desenvolvida não ter utilidade ou não resolver o problema a que nos propusemos. Então, para que isso não aconteça, torna-se essencial que a ideia da investigação seja clara, factível, e capaz de testar as hipóteses associadas à população a estudar.

Nesse sentido, a dissertação terá como objetivo distinguir uma base teórica e conceitual concernente ao impacto da integração europeia nas regiões ultraperiféricas, mais

precisamente, aos Açores e à Ilha do Pico. Tornando-se assim essencial que possamos dividir o objetivo global em três parcelas diferentes desse mesmo objetivo: A primeira, que passa pela definição, compreensão e avaliação dos pressupostos transversais da integração europeia a todos os Estados Membros; A segunda, que passa pela análise e enquadramento comparativo entre a Ilha do Pico e as restantes regiões ultraperiféricas à realidade europeia; e a terceira, que passa por desenvolver uma análise cuidada do impacto da integração europeia à realidade socioeconómica da Ilha do Pico, através do estudo do desenvolvimento económico, demográfico e social da realidade picoense durante o período pré e pós integração.

Para isso, o estudo será desenvolvido com base no método dedutivo, utilizando a pesquisa bibliográfica-documental como o principal suporte desta tese. Contudo, e uma vez que existem poucas publicações sobre esta matéria será utilizada também a recolha direta de informação na fonte.

III. Contexto

O conceito da Integração Europeia é comumente ligado ao estudo da integração económica que se afirmou como um ramo da economia internacional logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, momento, onde foi também reconhecido o insucesso do isolacionismo económico e político, e reconhecida a necessidade dos vários países caminharem no sentido da criação de instituições internacionais que fomentassem não apenas a abolição de barreiras, mas também, um maior equilíbrio entre os países e a multilateralização dos pagamentos internacionais. Contudo, só após 1950 é que o conceito de integração económica passou a possuir um significado de processo voluntário de crescente interdependência de economias separadas, trazendo consigo medidas que pressuponham a supressão de algumas formas de discriminação (Balassa, 1962).

Acontece, que antes do trabalho de Jacob Viner em 1950 sobre as uniões aduaneiras, as análises da integração económica baseavam-se apenas na teoria das vantagens comparativas, o que pressuponha que os acordos regionais seriam benéficos para todos os países quer fossem ou não membros das “uniões económicas”, proporcionando aumentos nas trocas comerciais e no bem-estar mundial, mas esquecendo variáveis como a distância física dos membros ou mesmo as afinidades culturais e linguísticas (Viner e Oslington, 2014).

Vários autores distinguem também a existência de vários níveis de integração, tais como, a ativa (positiva) e a passiva (negativa); a setorial e a geral, ou mesmo, a nacional, internacional e a universal, sendo aquela a que nos propomos estudar, a correspondente ao nível da «integração económica internacional» por ser a que diz respeito à “integração económica de diversas economias (países) num espaço económico mais alargado, e que ultrapassa as fronteiras nacionais”, no pressuposto que essas economias não só removam as barreiras à livre circulação de bens e fatores de produção, como também, reforcem a integração através da harmonização de políticas e de instituições transformando-se por isso mesmo num processo a que Tinbergen chama de integração ativa (ou integração positiva) (Coelho, 2003).

Contudo, existem para além dos aspetos económicos da integração, outros fatores a ter em conta, nomeadamente, fatores de cariz político, estratégico e até mesmo socioculturais, isto é, a condição de manutenção de tradições, de aprofundar laços históricos, ou mesmo, da promoção de património comum, nomeadamente, língua, religião ou etnia. Assim, a integração económica traduz-se numa produção de efeitos de natureza estática e dinâmica sobre o bem-estar e o crescimento económico adjacente à tomada da decisão de integrar um bloco económico que ultrapasse as fronteiras nacionais, obrigando os países a uma “atividade” de ponderação rigorosa sobre as vantagens e as desvantagens de tal decisão, sendo usualmente as regiões mais afetadas de tal decisão as “RUP”. Estes territórios, foram desde 1999 reconhecidos formalmente pela UE devido à condição da especificidade geográfica e económica, nomeadamente, no âmbito do afastamento, da insularidade, da dimensão de pequena superfície, do relevo, dos climas difíceis e da dependência económica de determinados produtos que tendem a afetar de forma progressiva o desenvolvimento, impedindo estas regiões de tirar pleno partido da integração e/ou do mercado único (COMISSÃO EUROPEIA, 2012).

Uma das RUP é o arquipélago dos Açores, uma região cuja autonomia, tal como hoje a conhecemos foi conquistada após o 25 de abril de 1974, apenas doze anos antes da adesão de Portugal à CEE¹.

¹ Apesar da adesão ter sido apenas a 01 de janeiro de 1986, a candidatura da adesão foi formalizada em 28 de março de 1977, tendo o acordo de pré-adesão sido assinado a 3 de dezembro de 1980.

Assim, o que se propõe fazer com esta dissertação é a análise do impacto que o processo de integração europeia pode ter para uma região ultraperiférica em desenvolvimento como é o caso dos Açores e em particular da Ilha do Pico. Torna-se por isso necessário, compreender toda situação económico-social, da estrutura produtiva, das suas vantagens comparativas, da situação demográfica e da sua situação cultural. Aspetos, que se devem ter em conta não só pelas suas características intrínsecas, mas também, pela sua história que se encontra marcada por constantes desafios

IV. Método

De acordo com Coutinho (2013), para que o presente estudo não seja um conjunto de dados e resultados inconsistentes e sem relevância científica, devemos assumir a investigação como um processo que “necessita ser planeado, desde o momento em que se seleciona a problemática, se formulam as hipóteses, se definem variáveis e se escolhem instrumentos, até à fase em que se interpretam e comunicam os resultados”. Para isso, torna-se necessário desenvolver uma investigação que permita compreender de forma eficaz o objeto de estudo supramencionado, levando-nos ao pensamento de Carvalho ([s.d.]), em que afirma que a investigação deve compreender três momentos distintos, nomeadamente, “o que coletar, como coletar e como analisar”. Torna-se por isso de maior importância ter a ideia clara sobre o principal objetivo da pesquisa, que nos permita uma análise cuidada dos resultados obtidos de todas as fases mencionadas por Carvalho.

Assim, a metodologia adotada centrou-se essencialmente na análise e no estudo cuidadoso dos elementos obtidos através da pesquisa bibliográfica aprofundada sobre diversas áreas, tais como educação, economia, saúde, entre outras que foram obtidas através de boletins estatísticos regionais, nacionais e europeus, jornais e revistas regionais, documentos oficiais do GRA e respetivas Autarquias, bibliografias variadas e entrevistas particulares, que permitiram interpretar resultados que nos permitiu estudar o fenómeno que constitui o nosso objeto de estudo, isto é, o Impacto da Integração Europeia no Desenvolvimento Socioeconómico da Ilha do Pico.

Capítulo I – Açores e a Ilha do Pico

1.1. Enquadramento Geodemográfico

O arquipélago dos Açores, cuja distância máxima entre os seus polos mais distantes é de cerca de 600km², é composto por nove ilhas de origem vulcânica com idades geológicas e morfologias bastante heterogéneas (Borges *et al.*, 2009) que se encontram reunidas em três grupos: o Grupo Oriental, formado pelas Ilhas de São Miguel e Santa Maria; o Grupo Central, formado pelas ilhas do Faial, Pico, São Jorge, Terceira e Graciosa; e pelo Grupo Ocidental, que é formado pelas ilhas do Corvo e das Flores.

As ilhas açorianas, pelo facto de emergirem do cruzamento de três das maiores placas tectónicas do mundo, as placas litosféricas Euroasiática, Norte Americana e Africana, são também caracterizadas pela existência de uma frequente atividade vulcânica (Massot, 2015). Apesar de pertencerem ao mesmo arquipélago, estas ilhas acabam por apresentar assimetrias significativas relacionadas com a forma e a orientação do relevo, com a estrutura geológica superficial, com a vegetação, ou até mesmo, com a influência recíproca das ilhas vizinhas (Borges *et al.*, 2009).

Ao todo, os Açores possuem uma faixa costeira de aproximadamente 844km e altitudes que variam entre os 402m na Graciosa e os 2.351m no Pico, que através da sua montanha torna-se no ponto mais alto de Portugal (Gomes, 2014). Dada a dimensão individual das nove ilhas ser inferior a 1.000km², e atendendo aos critérios da UNESCO, todas as parcelas açorianas incluem-se na classificação de “pequenas ilhas”³ (Eduardo Brito Azevedo citado por Cruz *et al.*, 2005).

Localizado a norte do Oceano Atlântico, mais precisamente na Região Macaronésica⁴, o arquipélago fica a uma distância aproximada de 800km da ilha da Madeira,

² Os 600 km são a distância calculada entre o extremo mais a ocidente dos Açores (Corvo) e o extremo mais a oriente dos Açores (Santa Maria).

³ O termo “pequenas ilhas” é proveniente do conceito utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para Pequenas Economias Isoladas. Este “conceito” é subdividido em três grandes grupos, as “PEID/SIDS, os LLDC e as RUP/OR. No caso dos Açores, estes enquadram-se na RUP, que é uma conceção europeia introduzida pelo Artigo nº 299 do Tratado da UE para designar regiões (ilhas) que partilham fragilidades, desafios e oportunidades similares aos PEID e aos LLDC, mas que, ao fazerem parte da UE encontram-se numa situação jurídica diferente (Henriques, 2016).

⁴ Designação atribuída ao conjunto de arquipélagos Norte Atlânticos (Açores, Madeira, Cabo Verde e Canárias) com afinidades biológicas, fruto de processo de colonização.

6.400km do Brasil, 1.430Km do Continente Europeu e 3.900km do continente norte americano, o que origina uma posição geoestratégica de enorme relevância mundial⁵, mas também, um forte e natural isolamento geográfico.

ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES

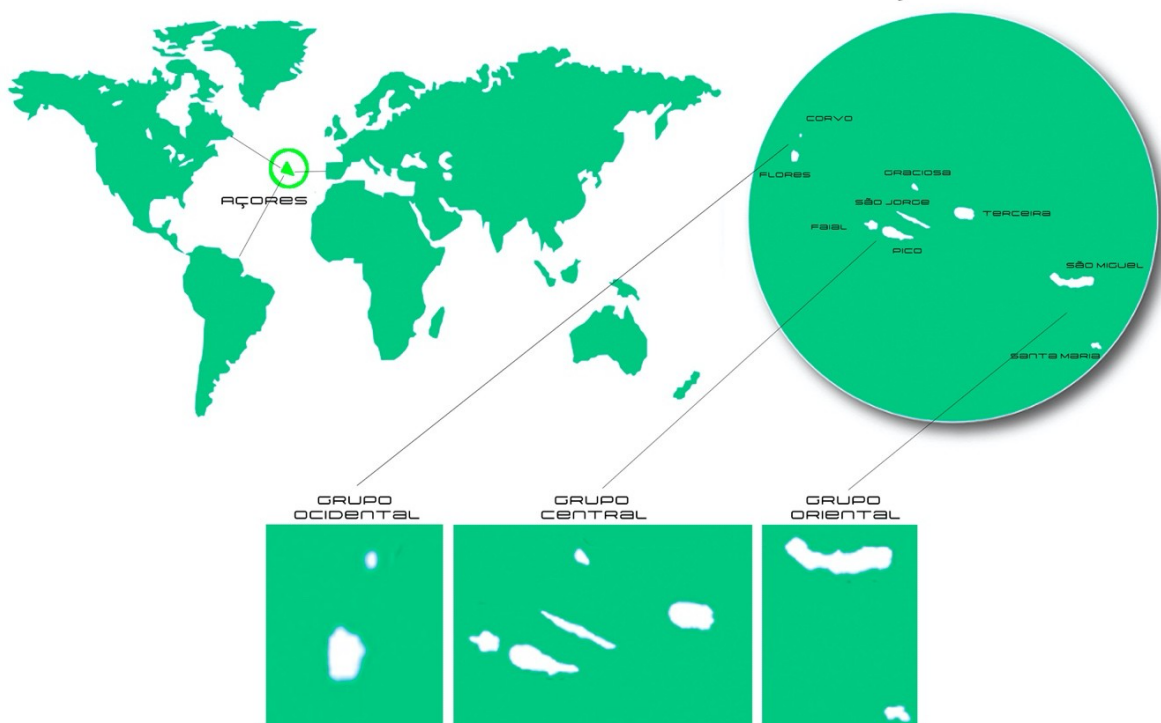


Figura 1: Mapa do arquipélago dos Açores | Fonte: <https://www.azoresairlines.pt> | Cartografia: Elaboração Própria.

A ilha do Pico, é uma das cinco ilhas que compõem o grupo central. A sua localização, permite uma maior proximidade à ilha do Faial e à ilha de São Jorge que se situam respetivamente a uma distância aproximada de 6km para oeste e a 18km para norte, criando uma geografia vulgarmente designada de “Ilhas do Triângulo”.

⁵ A posição geoestratégica e geopolítica dos Açores é historicamente visível não somente na preponderância da Base das Lajes (João, 1992) como também ao servir de “*entrepoto comercial*” dos grandes baleeiros internacionais (Gomes, 2014).

“ILHAS DO TRIÂNGULO”



Figura 2: Mapa das Ilhas do Pico, Faial e São Jorge | Fonte: <https://www.google.com/> | Cartografia: Elaboração Própria.

Emergida à menos de 300 mil anos da fratura tectónica que se desenvolve ao longo dos 350km entre a Crista Médio Atlântica (CMA) e a zona a sul da Fossa do Hironnelle⁶, a ilha do Pico é a ilha mais nova do arquipélago dos Açores, o que faz com que o seu território seja ainda constituído na sua maioria por rocha basáltica, uma característica que dá origem ao seu apelido de “Ilha Negra”. A sua montanha, a Montanha do Pico, é o ponto mais alto de Portugal (2351m) e o terceiro maior vulcão do Atlântico Norte, correspondendo a um estratovulcão com 3500m de altura desde os fundos marinhos envolventes. A sua estrutura, evidencia uma atividade vulcânica efusiva do tipo havaiano, possuindo apenas vulcanismo de natureza basáltica e uma cordilheira vulcânica de 30km de comprimento que é constituída por aproximadamente 190 cones de escórias, de spatter e de fissuras eruptivas (Nunes *et al.*, 2017).

“O Pico é a mais bela, a mais extraordinária ilha dos Açores, duma beleza que só a ela lhe pertence, duma cor admirável e com um estranho poder de atração. É mais que uma ilha - É uma estátua

⁶ A Fossa Hironnelle situa-se entre as ilhas da Terceira e São Miguel e foi descoberta pelo Príncipe Alberto do Mónaco. O nome Hironnelle deve-se ao nome do iate onde o Príncipe viajava.

erguida até ao céu e moldada pelo fogo - É outro adamastor como o do Cabo das Tormentas.

Apago todas as tintas do quadro: Só quero o Pico diante de mim, negro, dramático, roído da cinza que há de acabar por devorar seres e coisas, deixando-o a prumo no céu, com a carcaça da catedral ao abandono da praia (...)"

[Raúl Brandão - As Ilhas Desconhecidas - 1926]

O clima é caracterizado especialmente por temperaturas amenas, com pequenas “amplitudes térmicas anuais, precipitações regulares ao longo de todo o ano, elevada humidade relativa ao ar, céu geralmente nublado e [com frequência de] ventos fortes” de predominância do quadrante sudoeste (Medeiros, 2009).

Com uma ocupação de área planificada de 446,4km² que se divide por três concelhos (Madalena, São Roque do Pico e Lajes do Pico), a ilha do Pico possui um comprimento máximo de 46,35km e um perímetro de 119km, o que a torna na segunda maior ilha do arquipélago dos Açores, representando aproximadamente 19% do total do território da região.

Caracteriza-se ainda por possuir um declive acentuado que obrigou à fixação da população ao longo da sua linha de costa com mais 151km de comprimento.

1.2. Enquadramento Político-Administrativo

Os Açores são uma região autónoma portuguesa composta por 19 concelhos que por sua vez se subdividem em 150 freguesias espalhadas pelas 9 ilhas que a constituem, sendo a ilha do Pico, de acordo com o artigo 136.º da Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, representada por três concelhos e dezassete freguesias que integram entidades como a Associação de

Municípios da Ilha do Pico (AMIP)⁷, a Associação de Municípios do Triângulo (AMIT)⁸ e o Conselho de Ilha⁹.

Detentora de estatuto político e administrativo próprio desde a Constituição de 1976, o arquipélago dos Açores constitui uma Região Autónoma da República Portuguesa que se define como uma entidade jurídica de direito público dotada de poderes legislativos e executivos, possuindo como órgãos de governo próprio a Assembleia Legislativa Regional e o Governo Regional que é composto por Presidente e por Secretários Regionais, com poderes em diferentes domínios, nomeadamente, no desenvolvimento económico, nas políticas de bem-estar e na proteção do meio-ambiente. Possuem também um Representante da República cuja nomeação e exoneração é feita pelo Presidente da República após consulta ao Governo da República.

Conquistada após o 25 de abril de 1974, a autonomia administrativa açoriana pode, segundo Rita Melo (2010), ser compreendida através de quatro momentos chave da história dos Açores. O primeiro momento dá-se em 1895 com a implementação do primeiro regime autónomico aplicável¹⁰ aos três distritos administrativos açorianos, Horta, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo (Lei 12 de junho de 1901 que veio alterar a Carta de Lei de 14 de fevereiro de 1896 que teve por base o Decreto Ditatorial de 2 de março de 1895). O segundo momento dá-se no período durante a Primeira República (Lei n.º 88, de 7 de agosto de 1913) quando se estabeleceu que os regimes insulares de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Funchal, passassem a ter os mesmos estatutos (organização, funcionamento, atribuições e competências) que os restantes distritos do país. Um modelo que durou até 1928, altura em que os regimes insulares passaram a ter novamente princípios semelhantes aos do primeiro

⁷ A Associação de Municípios da Ilha do Pico foi constituída em fevereiro de 1998 e tem como principais objetivos a promoção turística e ambiental, a recolha de resíduos onde realiza a gestão do aterro sanitário da ilha que é da sua propriedade. Fazem parte desta associação os três concelhos da ilha do Pico, nomeadamente, Madalena, Lajes do Pico e São Roque do Pico.

⁸ A Associação de Municípios do Triângulo foi constituída em dezembro de 1990 com o objetivo o objetivo da defesa dos interesses de natureza coletiva setorial, regional ou local dos vários municípios do triângulo, nomeadamente, Lajes do Pico, São Roque do Pico, Madalena, Velas, Calheta e Horta.

⁹ O Conselho de Ilha é uma organização com Estatuto Político-Administrativo da RAA e que é regulada por decreto legislativo regional e é composto por Presidentes das Assembleias Municipais e Câmaras Municipais; Quatro membros eleitos por cada Assembleia Municipal; Dois representantes dos setores empresariais; Dois representantes dos movimentos sindicais; Dois representantes das Associações Agrícolas.

¹⁰ Os regimes administrativos autónomicos aplicados aos distritos não foram todos no mesmo período. O primeiro, em 1895, foi aplicado ao distrito de Ponta Delgada, o segundo, em 1898, foi aplicado ao distrito de Angra do Heroísmo e o terceiro e último, sucedeu em 1935 ao distrito da Horta.

regime autonómico (Decreto n.º 15035, de 16 de fevereiro de 1928, revisto pelo Decreto n.º 15085 de 31 de julho de 1928).

O terceiro momento surge em 1933 com a instalação do Estado Novo. Neste período, foram criadas ao abrigo das Bases da Administração do Território das Ilhas Adjacentes, o Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes¹¹, que qualificavam os distritos insulares como «pessoas morais de Direito Público dotadas de autonomia administrativa e financeira [criando] o órgão de administração autónoma [e] a Junta Geral» conferindo-lhes a capacidade de exercer as suas atribuições e competências diretamente ou por intermédio de uma Comissão Executiva, no âmbito da administração dos bens distritais, nomeadamente, no fomento agrário, florestal e pecuário, na coordenação económica, obras públicas, fiscalização industrial e na viação, saúde pública, educação, cultura, e segurança, permitindo o estabelecimento de um regime financeiro aplicável aos distritos insulares com previsão de receitas e de despesas próprias (Melo, 2010) (Lei N.º 1967 de 30 de abril de 1938). Em 1969, foram então criadas as Regiões de Planeamento com funções Consultivas Regionais e competências das extintas Comissões de Planeamento como novas valências decorrentes do seu posicionamento institucional e espacial face ao renascer do poder local cuja sede açoriana se situava no distrito de Angra do Heroísmo (CCDR Alentejo, 2019) (Decreto-Lei N.º 48905, de 11 de março de 1969).

O quarto e último grande momento surge então com a revolução de 25 de abril de 1974, altura em que foi criada a Junta Administrativa e de Desenvolvimento Regional cujas alterações na administração dos Açores e no uso das Juntas Regionais serviram como ensaio para o sistema de administração das Regiões Autónomas e de autonomia que ainda hoje se encontra em vigor (Decreto-Lei N.º 458-B/75 de 22 de agosto).

Contudo, esta introdução não foi imediata, e entre 25 de abril de 1974 e 10 de abril de 1976, vários foram os passos que se tiveram de dar até que o resultado fosse alcançado.

Um dos grandes passos foi a “alteração” da referência à autonomia vivida pelos três distritos mas não à autonomia da região açoriana, onde era apenas reconhecido o desejo do povo e a «especial configuração geográfica e humana, bem como, os órgãos de administração ao nível distrital das ilhas que apresentavam desequilíbrios e limitações» demonstrando, não

¹¹ O Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes foi constituído a 31 de dezembro de 194º e revisto pelo Decreto-Lei n.º 36 453, de 4 de agosto de 1947.

só a necessidade urgente de criar novas formas de administração provisórias que fossem capazes de corrigir os desequilíbrios existentes e preparar os Açores para os desafios decorrentes do novo caminho democrático que Portugal estava a começar a percorrer, mas também, o reconhecimento do Governo da República na importância de se instituir um sistema de autonomia prevendo a atribuição de competências administrativas à Junta Regional.

Assim, em 1976, mais precisamente a 3 de fevereiro, é publicado o Decreto-Lei n.º 100/76 onde se previa que a Junta Regional podia assumir todos os poderes que o Primeiro-Ministro nela delegasse, assumindo também a faculdade de elaborar portarias e regulamentos necessários à boa execução das leis, permitindo exercer as competências administrativas enquanto o estatuto de autonomia não entrasse em vigor. Após esta alteração, é então publicado a Constituição da República Portuguesa, onde é dada a tão desejada autonomia açoriana, tendo contudo, o Governo da República manifestado cuidadosamente quais as matérias que continuariam a cargo da sua competência, mais precisamente, as matérias de interesse nacional, tais como, defesa e segurança, justiça, política externa, política monetária e financeira, política nacional de transportes e comunicações, correios, telecomunicações e meteorologia e Instituto Geográfico e Cadastral.

1.3. Enquadramento Sociodemográfico

Uma das principais características do arquipélago dos Açores são a sua desigualdade demográfica que se encontra associada não apenas às dimensões geográficas das várias ilhas, mas também, ao desenquadramento das ligações económicas, sociais e políticas que se foram estabelecendo ao longo dos vários períodos históricos.

Os Açores, enquanto região insular, assume também nas alterações demográficas um papel determinante na sua vida económica e social (Espínola e Silveira, 2012), de tal forma, que a dimensão das ilhas e a insularidade podem trazer consigo desvantagens económicas na oferta de oportunidades de trabalho, originando uma “exportação” de mão-de-obra que até meados dos anos setenta foi um autentico pilar da economia das ilhas mais pequenas e periféricas (Fonseca, 2011 ao citar Russel King (2009)). Por isso mesmo, não nos podemos esquecer que a história dos Açores está profundamente ligada à emigração, ao ter sido ao longo dos tempos, um fornecedor “exímio” de correntes emigratórias que acabaram por

deixar marcas profundas na população açoriana (Espínola e Silveira, 2012) e consecutivamente, no seu desenvolvimento socioeconómico, pois tal como afirma Fonseca (2011) ao citar Amassari e Black (2001), «a emigração e o desenvolvimento são fenómenos inter-relacionados, [tornando-se simultaneamente numa] variável dependente e independente do desenvolvimento dos territórios de origem e de destino dos migrantes».

Atualmente, no Arquipélago dos Açores, segundo os dados estatísticos da SREA e do INE¹² referentes a 2018, residem aproximadamente cerca de 242.846 habitantes (cerca de 2,36% do total da população portuguesa) distribuídos por cerca de 2.334km². A densidade populacional é de 104 pessoas por km² (inferior à média portuguesa que é de 111,4 pessoas por km²) com 51,36% da população a ser do sexo feminino. Os Açores, apresentam também um IDE de 91,2% (inferior à média portuguesa 157,4%), um IDI de 20,6% (inferior à média portuguesa de 33,6%) e um IDJ de 22,6% (superior à média portuguesa de 21,3%), o que corresponde a um IDD de 43,3%.

Na Ilha do Pico, por outro lado, residem aproximadamente 13.637 habitantes (cerca de 5,62% do total da população regional e 0,13% do total da população nacional) que se encontram distribuídos por 446,4 km² o que faz com que a sua densidade populacional seja das mais baixas de todo o território regional (apenas superior à ilha das Flores e do Corvo), num total de 30,41 habitantes por km², sendo a sua população representada na sua maioria pelo sexo feminino (51,98%). Contudo, os valores apresentados nos IDI, IDJ, IDD e IDE, são muito piores que os valores apresentados pela região. Assim, a ilha do Pico quando comparada com as restantes ilhas apresenta o terceiro pior IDE (153,07%), o pior IDI (30,47%), o quarto pior IDJ (19,90%) e o pior IDD (50,37%) de toda a região.

¹² Os dados estatísticos foram recolhidos no site da SREA (<https://srea.azores.gov.pt/>) e no site do INE (<https://www.ine.pt/>) e dizem respeito à data de 31 de dezembro de 2018.

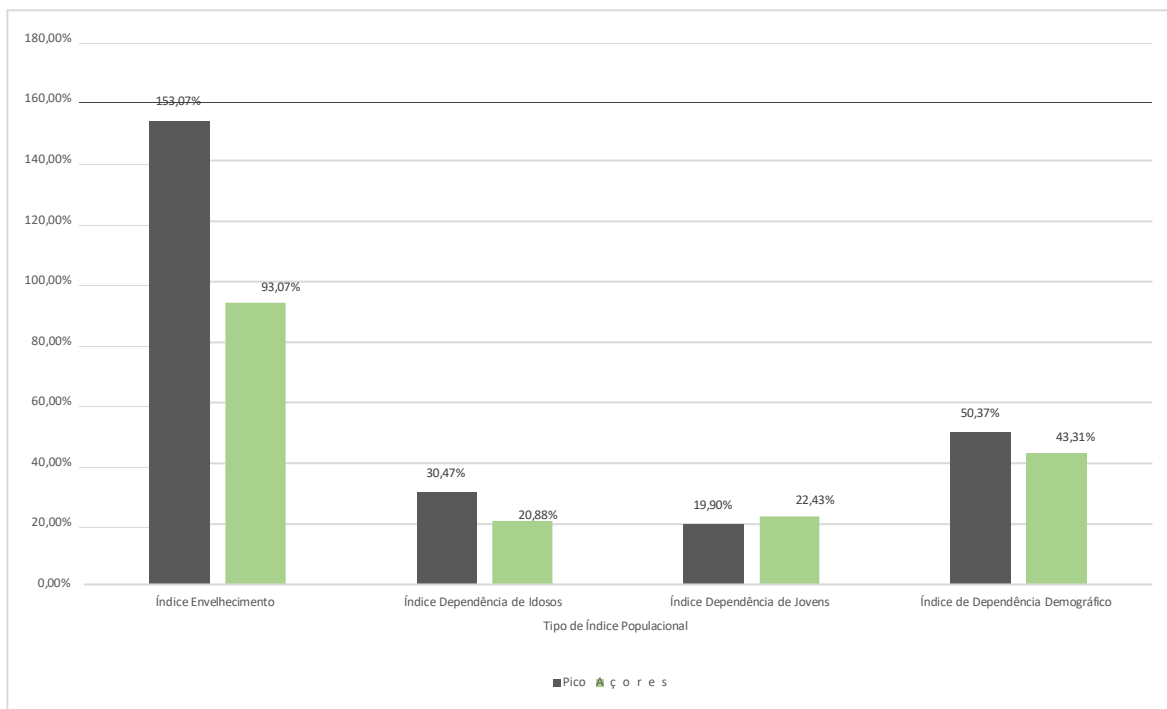


Figura 3: Índices da População da RAA e da Ilha do Pico | Fonte Estatística: <https://srea.azores.gov.pt/> | Cartografia: Elaboração Própria.

À data de 31 de dezembro de 2018, a ilha do Pico possuía uma população muito mais envelhecida que as médias de Portugal e da RAA, que é fortemente influenciada pelos valores de São Miguel¹³. Aliás, de acordo com a figura 4, é possível verificar-se que a grande maioria das ilhas apresenta individualmente valores substancialmente mais elevados que os valores apresentados pelo conjunto do arquipélago, onde à exceção de São Miguel, apenas Santa Maria consegue aproximar-se da média da RAA, levando-nos ao encontro da afirmação de Espínola e Silveira (2012) quando referem que «a população açoriana apresenta grandes contrastes regionais, existindo uma clara oposição geográfica entre as jovens ilhas orientais (Santa Maria, São Miguel e Terceira) e o envelhecimento dominante nas restantes ilhas», fazendo com que estas, em especial a Ilha do Pico, da Graciosa, de São Jorge e das Flores, sejam parte ativa do problema nacional do “Portugal envelhecido”.

¹³ A Ilha de São Miguel apresenta um IDE de 72 idosos por cada 100 jovens, sendo esta a única ilha açoriana que apresenta um número absoluto da população com menos de 15 anos superior à população com mais de 65 anos.

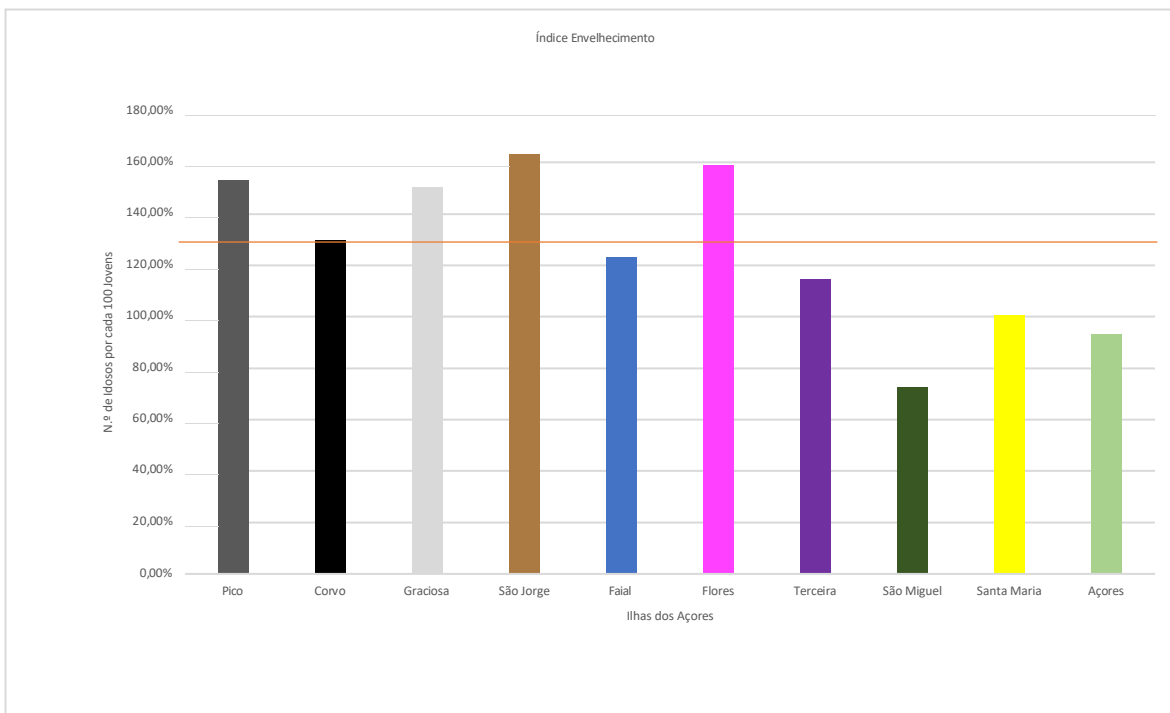


Figura 4: IDE por Ilha Açoriana em 2018 | Fonte Estatística: <https://srea.azores.gov.pt/> | Cartografia: Elaboração Própria.

Analisando os concelhos individualmente, verificamos através da figura 5 que apenas quatro concelhos açorianos situados na Ilha de São Miguel possuem um IDE inferior à média da Região dos Açores, e que é na ilha do Pico, mais precisamente nas Lajes do Pico, que se encontra o concelho com o maior IDE do arquipélago dos Açores e um dos maiores IDE a nível nacional (191 idosos por cada 100 jovens). Uma “preocupação”, que é transversal aos três concelhos do Pico ao possuírem um IDE muito superior ao da região, ficando mesmo no primeiro terço dos concelhos mais envelhecidos dos Açores (Madalena com 133%, São Roque do Pico com 141% e as Lajes do Pico com 191%).

Já no IDE ao nível das “ilhas do triângulo”, apenas o concelho da Horta encontra-se na metade inferior dos concelhos com maior IDE apresentando mesmo assim, um total de 122 idosos por cada 100 jovens, menos 11 idosos que o concelho logo a seguir, que é o concelho da Madalena.

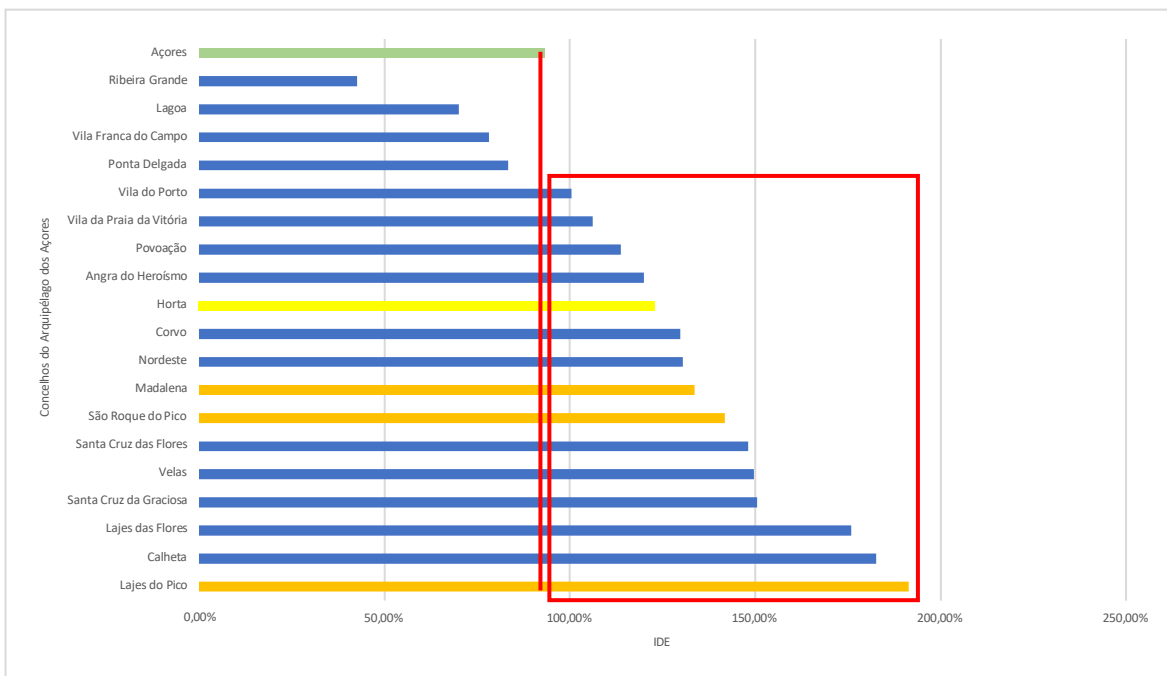


Figura 5: IDE por concelho açoriano em 2018 | Fonte Estatística: <https://srea.azores.gov.pt/> | Cartografia: Elaboração Própria.

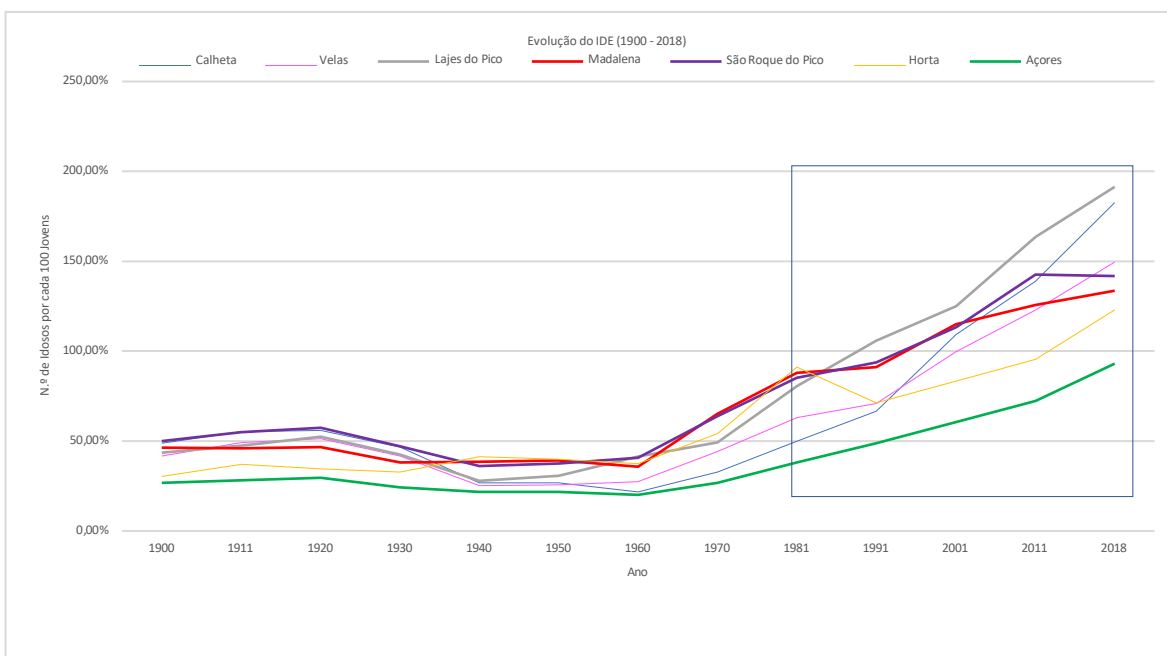


Figura 6: Evolução do IDE (1900 – 2018) nas Ilhas do Triângulo e na RAA | Fonte Estatística: SREA; INE; Pordata; CENSOS 1900 a 2011 | Cartografia: Elaboração Própria.

Já através da figura 6, constatamos que apesar do IDE associado às ilhas do triângulo ter sido superior aos da Região dos Açores desde o ano de 1900, o mesmo, começou a sofrer alterações a partir 1960 e começou a agravar-se no período entre 1970 e 1981, altura em que a relação entre os jovens e os idosos começou a aumentar de forma exponencial levando a que em 1991, o concelho das Lajes do Pico atingisse um IDE de 105%.

Desta forma, podemos assumir que os valores apresentados indicam uma dinâmica populacional do crescimento do peso das populações sénior, não sendo por isso de estranhar a relação direta entre o IDE e o IDI, tornando-se o IDI um indicador essencial para percebermos o domínio dos cuidados aos idosos, e tentarmos, tal como afirma Carneiro *et al.*, (2012), compreender a necessidade de implementar «“políticas” que priorizem ações que estimulem e beneficiem os idosos, nos segmentos da cultura, lazer, desporto e educação, tendo como meta a promoção da cidadania na terceira idade», bem como, fomentar a sua experiência profissional, promovendo a mudança de mentalidades através da valorização do know-how adquirido ao longo da sua vida de trabalho.

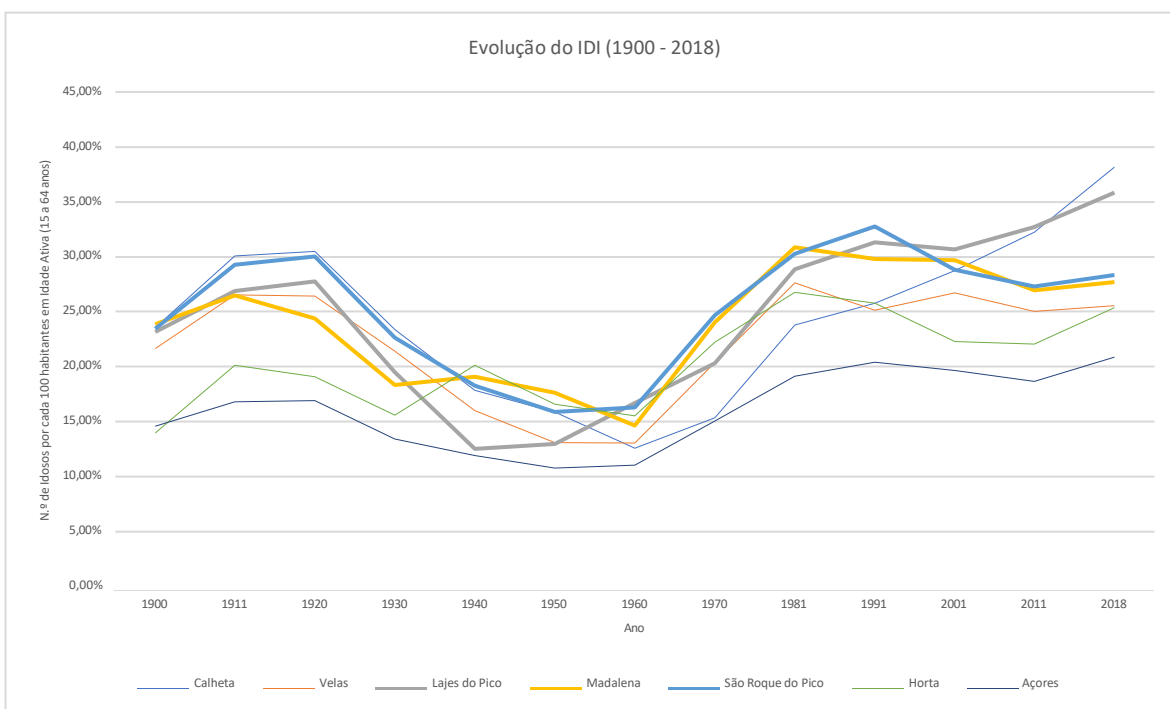


Figura 7: Evolução do IDI (1900 – 2018) nas Ilhas do Triângulo e na RAA | Fonte Estatística: SREA; INE; Pordata; CENSOS 1900 a 2011 | Cartografia: Elaboração Própria.

Acontece, que a evolução populacional residente da RAA ao longo do tempo, tende a apresentar algumas variações significativas sendo-nos possível identificar dois momentos chave: O primeiro momento, que surge entre 1960 e 1981 com os Açores a perderem mais de 25% da população. Este, é um período especialmente caracterizado por uma onda de movimento migratório causado principalmente pela “descoberta” de dois novos destinos, o Canadá e a Venezuela. Esta onda de migração acaba, contudo, por ser minimizada pelo impacto do choque petrolífero, pelo retorno das ex-colónias e pela migração interna proveniente do território continental¹⁴. O segundo momento surge então entre 1981 e 2018, e é representado por um período de estabilização com ligeiras oscilações negativas entre períodos censitários, caracterizados principalmente, por saídas muito menos expressivas que foram o resultado do “desenvolvimento e progresso económico da Região Autónoma [dos Açores], principalmente após a adesão de Portugal à UE e o aumento da escolaridade obrigatória” o que acabou por trazer consigo maiores perspectivas de sucesso profissional aos jovens que permanecessem no arquipélago (Henriques e Esteves 2010), alterando essencialmente a sua vontade na busca de novos países e/ou mercados de trabalho. Acontece, que esta alteração não foi o suficiente para recuperar a perda de mais de 100 000 habitantes que ocorreu durante o período de maior número de habitantes (1960) e o momento atual (2018). Uma perda, que é essencialmente o resultado dos movimentos migratórios, característico de territórios insulares, e dos registos dos saldos negativos entre a natalidade e a mortalidade, sendo que neste último aspeto, os valores apresentam um menor peso no resultado final (Oliveira, 1997). Na Ilha do Pico, ao contrário do que aconteceu no segundo momento em que a média global da população residente nos Açores estabilizou, a população residente picoense, apesar de em menor velocidade, continuou o seu percurso descendente criando uma redução cada vez maior do seu peso no panorama global da Região.

¹⁴ Segundo (Martinho, 2015) ao citar Jorge Gaspar, os Açores receberam entre 1973 e 1981 cerca de 14097 pessoas, repartidas da seguinte forma: 4812 pessoas provenientes das ex-colónias, 4145 pessoas provenientes do estrangeiro (retorno de emigrantes) e 5140 pessoas provenientes de Portugal Continental (resultado do saldo migratório entre Açores e território Continental).

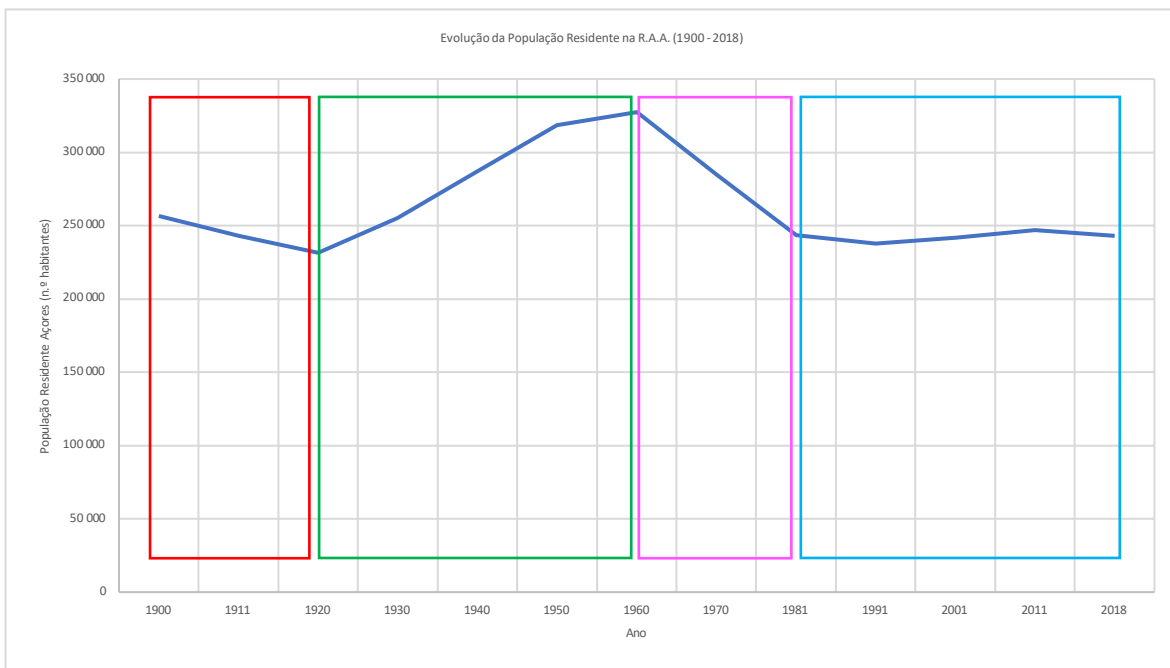


Figura 8: Evolução da População Residente na R.A.A. (1900 – 2018) | Fonte Estatística: <https://srea.azores.gov.pt/> | Cartografia: Elaboração Própria.

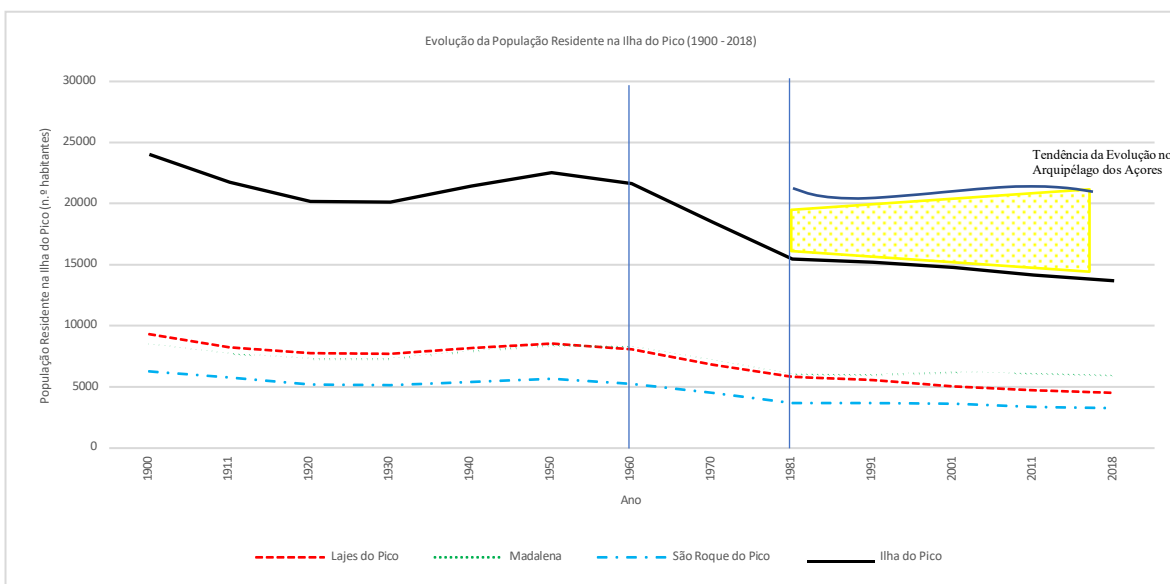


Figura 9: Evolução da População Residente na Ilha do Pico, no global e por concelhos (1900 – 2018) | Fonte Estatística: SREA; CENSOS 1900 a 2011 | Cartografia: Elaboração Própria.

É possível verificar-se através da Evolução da População Residente na Ilha do Pico (1900 – 2018), figura 9, que na década de 1960 dá-se uma importante alteração da dispersão da população picoense, acabando o concelho da Madalena por ultrapassar o concelho das

Lajes do Pico em número total de habitantes, tornando-se assim no polo principal de aglomerado populacional da Ilha do Pico. Pelo contrário, o concelho das Lajes do Pico vê desde 1960 o seu número de habitantes decrescer de forma mais acentuada que os restantes concelhos. A partir de 1981, é possível verificarmos importantes assimetrias comportamentais na evolução demográfica, podendo mesmo constatar-se um ligeiro crescimento da população entre 1991 e 2011 no concelho da Madalena (1,2%) quando nos concelhos de São Roque (-7,88%) e das Lajes do Pico (-19,17%) se verifica um acentuado decréscimo. Contudo, no período compreendido entre 2011 e 2018, e apesar das Lajes do Pico (-3,97%) continuar a ser o concelho com maior percentagem na redução de habitantes, verifica-se uma maior homogeneidade no comportamento da evolução demográfica com os restantes concelhos, Madalena (-2,60%)¹⁵ e São Roque do Pico (-3,45%), a verem diminuir também o seu número de habitantes.

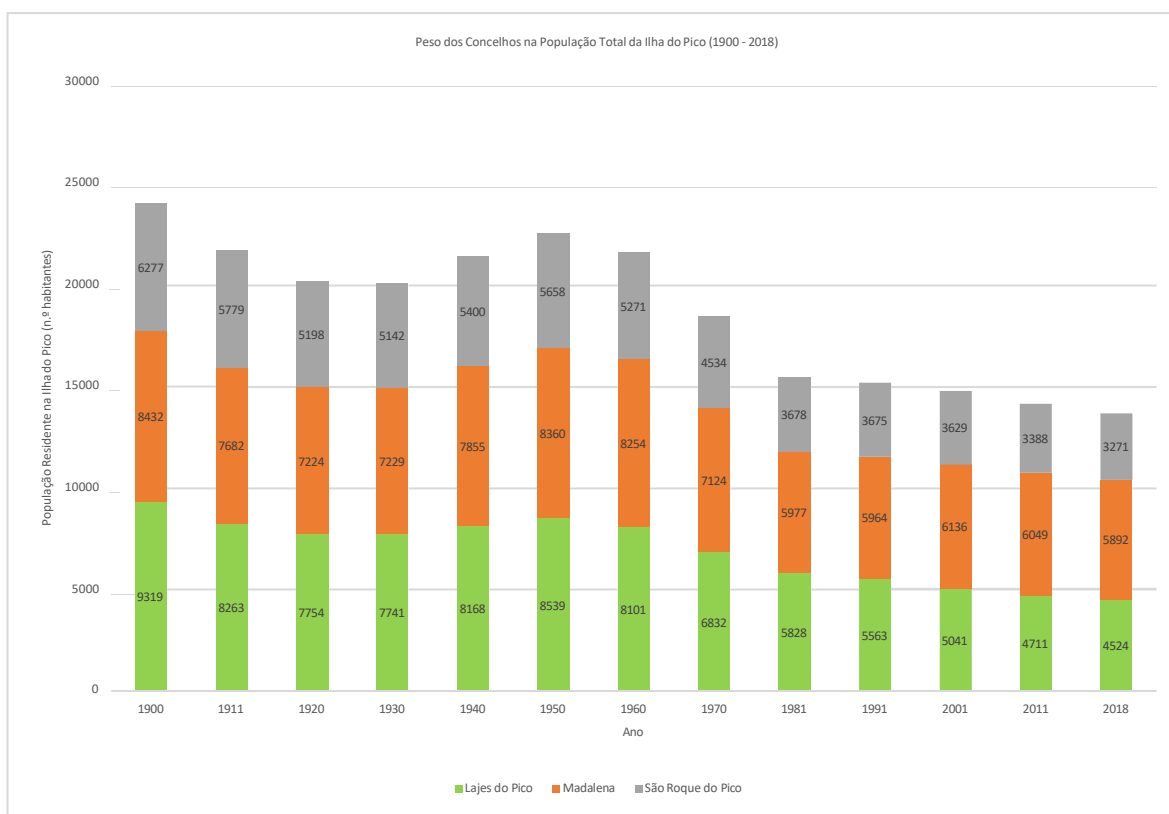


Figura 10: Evolução da População Residente na Ilha do Pico, e o peso dos concelhos no Total da População (1900 – 2018) | Fonte Estatística: SREA; CENSOS 1900 a 2011 | Cartografia: Elaboração Própria.

¹⁵ Os valores apresentados não contemplam os resultados dos últimos CENSOS.

1.3.1. Educação

Por forma a combater o analfabetismo através do aumento da escolaridade mínima obrigatória de três para quatro anos em 1960 e de quatro para seis em 1967, os Açores, e as restantes regiões de Portugal, viram-se integradas num programa do Estado Novo denominado de “Plano dos Centenários”¹⁶ que durou entre 1941 e 1969. Este programa, que constituía um projeto de construção de novas escolas, «suscitava a participação das autoridades locais, nomeadamente as câmaras municipais», numa missão que tinha como principal objetivo abranger a organização, instalação e edificação de estabelecimentos de ensino primário que se tornavam essenciais à instrução dos cidadãos, permitindo, no essencial, que todas as crianças tivessem uma escola ao seu alcance com edifício próprio e com “equipamentos” apropriados ao seu funcionamento (Maciel, 2018). O impacto foi de tal ordem de importância¹⁷ para a ilha do Pico, que nos anos 50’s acabaram por ter sido construídas 6 escolas¹⁸, três nos centros de concelho (Lajes, São Roque e Madalena) e as outras três nas freguesias de São João (1) e da Candelária (2).

Com a construção destas escolas, a ilha do Pico deu um enorme passo para o combate ao analfabetismo, contudo, e após a 4ª classe (atual 4º ano), os alunos viam-se obrigados a ter de escolher três alternativas: i) ter as chamadas “explicações” que permitiam aos alunos poder continuar a estudar através de casa numa abordagem de “ensino à distância” até ao 2º ano (atual 6º ano) tendo depois de se deslocar para efetuar os exames académicos; ii) sair das suas residências, deslocando-se sozinhos para as capitais de distrito (Horta, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada) entre os 9 e os 10 anos de idade para poder prosseguir os estudos nos liceus que iam até ao 5º ano (atual 9º ano) (Ávila, 2009) ou, iii) optarem pela opção mais

¹⁶ O “Plano dos Centenários” foi um programa criado durante o Estado Novo que permitiu construir mais de 7.000 edifícios escolares e mais de 12.000 salas de aula entre o período de 1941 e 1969. Os edifícios possuíam uma arquitetura típica, tornando-se numa marca da imagem de Portugal. Os projetos foram desenhados pelos arquitetos Raúl Lino e Rogério de Azevedo, e apesar de terem sido construídos com base no mesmo projeto, os edifícios adaptavam às características da arquitetura local. Para um estudo mais detalhado, poderá consultar o trabalho de Ana Margarida S. Gama (2016), «Plano dos Centenários – Conselho do Fundão».

¹⁷ Até à data da construção das escolas do “Plano Centenário” as aulas eram dadas em casas particulares, muitas vezes em condições “deploráveis e impróprias” sobretudo para a função para qual não estavam predestinadas (Maciel, 2018).

¹⁸ As três escolas do “Plano Centenário” construídas nas freguesias de São João e da Candelária foram possíveis pela participação de particulares que acabaram por fornecer materiais e a localização para que as escolas fossem possíveis de serem construídas, no caso da Candelária, vozes populares afirmam ter sido obra e esforço do Cardeal Costa Nunes. Já no caso da freguesia de São João, relatos populares afirma que a escola só foi possível pelo apoio de emigrantes que “ao sentirem as dificuldades de não terem tido formação académica” quiseram dar à sua terra natal um apoio para que as gerações futuras não tivessem esses mesmos condicionalismos.

“tradicional”, que consistia em abandonar os estudos após a escolaridade obrigatória e dedicarem-se às atividades familiares.

“Passado algum tempo, o Tonin, já curado e com o exame da 4ª. Classe feito, estava apto para ajudar o pai nos trabalhos da terra. (...) Os anos passaram. O Pai Gilberto e a mãe Rosa sentiam-se orgulhosos daquele único filho, pois ele era o braço direito daquela casa. Sabia já podar as vinhas de acordo com os ensinamentos do pai, tratar da adega e destilar figos das muitas figueiras que tinham.”
[João Madruga Ávila - ...e da lava brotou o pão - 2015]

A segunda opção, era talvez a mais “dolorosa” quer em termos familiares quer em termos financeiros, e segundo relatos particulares, muitas famílias picoenses acabaram mesmo por se “sentirem obrigados” a ter de mudar a sua residência para a ilha do Faial de modo a poderem acompanhar os filhos na sua atividade escolar. Um “problema”, que vários autores, tais como Fernando M. Melo, demonstraram ao longo das suas crónicas:

“Dias antes chegara a notícia da abertura das aulas no Liceu da Horta.
Dois anos de espera após a 4ª classe – porque «era muito novo para sair de casa» - e, finalmente, eu ia para o Faial estudar. Por isso, aquela viagem, com regresso a prazo, devia marcar-me a vida e definir meu futuro. (...) Pela manhã seguinte, muito cedo – ainda as estrelas piscavam no céu – entrei com o meu pai na camioneta da carreira. Não olhei para trás para não ver a minha mãe chorar... (...) Um dia depois, vim ao cais despedir meu pai (...). Foi um abraço breve e sem palavras – e eu abalei por ali fora, a correr. (...)”
[Fernando M. Melo - Fragmentos da Memória - 1993]

Só em finais dos anos 50’ e inícios dos anos 60’s, é que foram criados na ilha do Pico os externatos que permitiam que os alunos conseguissem ter “aulas de ensino secundário particular” sem terem de sair da ilha. Existiam ao todo três unidades de ensino, uma no concelho das Lajes do Pico, outra no concelho de São Roque e outra ainda no concelho da Madalena. As instalações das escolas secundárias apareceram apenas nos finais da década de

70's, tendo por essa altura sido construídas duas Escolas Secundárias, uma nas Lajes do Pico e outra em São Roque do Pico, a terceira unidade, construída na Madalena, apenas apareceu na década de 90's.

De acordo com a SREA, no ano letivo 2017/2018, existiam ao todo na RAA 405 edifícios escolares de educação (públicos e privados), repartidos por 187 estabelecimentos de Educação Infantil, 146 estabelecimentos do 1º Ciclo, 34 estabelecimentos do 2º Ciclo, 35 estabelecimentos do 3º Ciclo e 3 estabelecimentos de Ensino Superior, para um total de 5.140 Docentes e 38.536 alunos matriculados (cerca de 2,83% do total de alunos matriculados em todo o território de Portugal). Quando comparamos os valores atuais com os valores do ano 1985/86, conseguimos identificar que em termos de Pessoal Docente existiu um aumento de 47%, mas que em contrapartida, o número de alunos matriculados caiu cerca de 26%. Facto interessante é o número de edifícios disponíveis para lecionar, onde apesar do aumento exponencial de 41% durante o período de 1985/86 até 1995/96, acabou mesmo por recuar para os valores de 1985/86, numa abordagem, que segundo expressou Avelino Menezes em despacho publicado no Jornal Oficial da RAA, «consistia num processo de aperfeiçoamento contínuo do sistema educativo regional».

Na ilha do Pico, existem atualmente 17 estabelecimentos de educação (públicos e privados) repartidos por 3 estabelecimentos do Pré-Escolar¹⁹, 9 estabelecimentos da EB1/JI, 1 estabelecimento da EB1,2/JI, 1 estabelecimento da EBS/JI, 2 estabelecimentos de EBS e 1 estabelecimento da Escola Profissional. No entanto, entre 2013 e 2016, a ilha do Pico viu encerrar 7 escolas²⁰ do concelho das Lajes do Pico para serem integrados nas infraestruturas mais recentes, nomeadamente, no novo edifício escolar da EBS das Lajes do Pico e na EB da Ponta da Ilha que foram ambas construídas na última década (2010 – 2020).

Nesse sentido, o parque escolar fica dividido da seguinte forma pelos três concelhos existentes:

¹⁹ Os três edifícios Pré-Escolares correspondem aos estabelecimentos de ensino explorados pelas Santa Casa da Misericórdia dos três concelhos.

²⁰ As 7 escolas extintas foram integradas da seguinte forma: as EB 1º Ciclo com JI das freguesias de Lajes do Pico, Ribeira do Meio, Silveira e São João (uma das 6 escolas construídas no âmbito do “Plano Centenário”) foram integradas na EBS/JI das Lajes do Pico e as EB1/ JI das freguesias Ribeirinha, da Calheta e da Piedade foram integradas na EB1,2/JI da Ponta da Ilha.

Tabela 1: Estabelecimentos Escolares na Ilha do Pico (2020) | Fonte Estatística: <https://srea.azores.gov.pt/> | Cartografia: Elaboração Própria

Concelho	Pré- Escolar	EB1/JI	EB2/JI	EBS	EBS/JI	Profissional	Total
Madalena	1	5	0	1	0	1	8
São Roque	1	3	0	1	0	0	5
Lajes do Pico	1	1	1	0	1	0	4
Total	3	9	1	2	1	1	17

Em termos de alunos matriculados, a ilha do Pico possui de acordo com o site Pordata²¹ um total de 1.880 alunos, cerca de 5% do total de alunos matriculados na RAA, que se encontram repartidos em 599 alunos matriculados nas Lajes do Pico, 875 alunos matriculados na Madalena e 406 alunos matriculados em São Roque do Pico, o que representa uma quebra aproximada de 9,5% quando comparado por exemplo com 2011, o que de certo modo, é também resultado da evolução negativa da população residente na Ilha do Pico.

1.3.2. Saúde

Até 1960, altura em que foram “constituídos” os primeiros Postos Clínicos²², as “doenças iam aparecendo sem médico que lhes acudisse. Valiam os homeopatas que, com as suas mezinhas, iam tratando os casos menos graves” (Ávila, 2002). Com a instalação do Regime Autónomo e do Governo Regional, os cuidados de saúde passaram a ter intervenção direta do Estado ficando as Misericórdias afastadas desse cargo.

Em 1976, com a transferência de poderes a cargo das Misericórdias para a RAA em matéria de saúde e segurança social, conseguiu-se criar um esquema geral de cobertura de saúde assente na integração e ordenamento da rede de cuidados primários e na sua articulação com os serviços hospitalares.

O SRS tornou-se a principal estrutura prestadora de cuidados de saúde integrando todos os cuidados de saúde, desde a promoção e vigilância da saúde, à prevenção da doença,

²¹ Os valores foram consultados diretamente no site da Pordata (www.pordata.pt) no dia 26 de agosto de 2020 (<https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>).

²² Os Postos Clínicos foram mais tarde designados de Hospitais Sub-regionais sendo a sua gestão responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia

diagnóstico, tratamento e reabilitação médica e social e com um enquadramento legal específico que assentou num “conjunto articulado de entidades prestadoras de cuidados de saúde, construídos sob a forma de sistema público de saúde” organizado sob a forma de Unidades de Saúde de Ilha, Hospitais E.P.E., Centro Oncológico, Conselho Regional de Saúde (órgão consultivo), Saúdaçor S.A.²³ e Inspeção Regional de Saúde.

Contudo, de todas estas “organizações”, são as Unidades de Saúde de Ilha aquelas que mais próximo se encontram da população em geral ao assumirem a natureza de sistemas locais de saúde com o objetivo de planeamento, coordenação e prestação de cuidados integrados passíveis de se realizar nos Centros de Saúde (Região Autónoma dos Açores, 2015).

Em termos de infraestruturas, a RAA possui, através do SRS, 3 Hospitais (que se encontram localizados nas antigas capitais de distrito, Ponta Delgada, Horta e Angra do Heroísmo), 1 Centro de Oncologia (localizado na ilha Terceira), 17 Centros de Saúde (10 Centros Avançados e 7 Centros Intermédios) que se encontram integrados na gestão de 9 Unidades de Saúde de Ilha e 102 Extensões de Saúde (39 Extensões de Enfermagem e 63 Extensões Médicas).

No caso da Ilha do Pico, existem atualmente 3 Centros de Saúde Avançados, um em cada concelho, sendo o Centro de Saúde da Madalena o mais recente edifício (2014), e que segundo o SRS, já satisfaz as necessidades básicas atuais. O Centro de Saúde de São Roque é um edifício construído de raiz e tem sensivelmente 20 anos, contudo, o Centro de Saúde das Lajes do Pico situa-se num «edifício antigo e que não foi pensado para a instalação deste tipo de unidade», tendo o mesmo sido “inaugurado” em 1960. Existem ainda 3 Extensões Médicas e 12 Extensões de Enfermagem, havendo também uma relação direta com o Hospital da Horta E.P.E. que em situações específicas, tais como, consultas de especialidades, partos, cirurgias, etc., tende a acompanhar os doentes “deslocados” da ilha do Pico. Sobre esta “evolução” da saúde, escreveu Ermelindo Ávila apregoando ao problema da centralização dos serviços, como um dos problemas principais da desertificação:

²³ A Saúdaçor – Sociedade Gestora de Recursos e Equipamentos de Saúde dos Açores, S.A. foi criada em 2003 através do Decreto Legislativo Regional n.º 41/2003/A e foi extinto em 2019 através do Decreto Legislativo Regional n.º 25/2019/A.

“Passaram os doentes a andar, ora no hospital de São Roque [atualmente sem as valências da altura em que o autor escreveu], que para o efeito foi ampliado, para depois de construir uma nova unidade (...), ora transferidos para outros hospitais da Região, principalmente para o da Horta, para onde continuam a seguir todas as parturientes (...)

Hoje só existem Centros de Saúde com limitadas valências.

(...) Esta provado à saciedade que o atual sistema de “concentração” (...) não beneficia estas ilhas “secundárias”, que têm de viver continuamente na dependência das antigas e sempre atuais capitais. (...) Não se compreende que se está a contribuir para o asfixiamento económico, social, físico e moral do povo e para o afastamento das gentes do Pico para outras ilhas onde têm a facilidade de recorrer à assistência médica sem esperas e deslocações? (...)”

[Crónicas da minha Ilha – Volume II - 2002]

O último grande investimento do GRA para a ilha do Pico ocorreu em 2019, com a instalação do serviço de hemodiálise do Hospital da Horta E.P.E. no edifício do Centro de Saúde da Madalena, uma valência que veio colmatar uma das grandes preocupações da população em geral que já se preconizava por vários anos:

“(...) Lembre-se a odisseia daqueles pacientes que têm de sujeitar-se, quase diariamente a tratamentos de hemodiálise e que, por isso, são obrigados a abandonar as suas casas, as suas ilhas, para se fixarem nas cidades onde funcionam unidades de tratamento próprio (...)”

[Crónicas da minha Ilha – Volume II - 2002]

Outro dos grandes avanços no que confere ao investimento na saúde da Ilha do Pico, foi a instalação das SIV em 2015. Com a instalação da viatura SIV no concelho de São Roque, pretendeu-se «garantir cuidados de saúde diferenciados visando melhorar os cuidados prestados em ambiente pré-hospitalar, nos termos e segundo normas da OMS». O veículo, que é tripulado por um enfermeiro e um bombeiro, encontra-se equipado com o material necessário para o Suporte Avançado de Vida na doença e no trauma, permitindo que em caso de necessidade, os dados clínicos possam ser transmitidos em tempo real, desde o local da

ocorrência para qualquer computador com acesso à internet pelos Médicos Reguladores (Serviço Regional De Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, 2020).

Contudo, e não obstante os avanços que se sentiram ao longo das últimas décadas, a verdade é que na Ilha do Pico ainda existem muitas lacunas que têm de ser colmatadas, com especial enfoque no concelho das Lajes do Pico, onde as diminutas competências que os Centro de Saúde possuem obriga a que cidadãos para poderem usufruir de determinados cuidados de saúde tenham de efetuar um trajeto de cerca de 100 km (ida-e-volta) num total de duas horas de viagem até, por exemplo, aos Cuidados Continuados Integrados ou à Unidade Básica de Urgência. Tudo isto, num território que peca pela falta de acessibilidades de transportes públicos terrestres que sejam compatíveis com as vidas particulares e profissionais dos seus residentes. Por exemplo, da freguesia da Ribeirinha, um cidadão que queira utilizar os transportes públicos (Camioneta) tem de despende em média cerca de 3 horas e 20 minutos para a deslocação (1h40m cada trajeto) ou se preferir a deslocação de Táxi, terá de suportar um custo adicional superior a 50,00€ por trajeto (num total de ida-e-volta superior a 100,00€).

Acrescido a estas preocupações, surge também a atual inexistência de consulta de várias especialidades o que obriga constantemente os utentes a terem de se deslocar a outras ilhas, nomeadamente, à Ilha do Faial, da Terceira e de São Miguel.

1.3.3. Transportes

De acordo com Tavares (2013), os territórios insulares, onde se incluem os Açores, possuem uma articulação espacial baseada no transporte terrestre (pela comunicação no interior das ilhas), e nos transportes marítimos e aéreos com ligação interilhas e destas com o exterior. Estas, apresentam na sua maioria estradas sinuosas e inexistência de ligações diretas (marítima e/ou aérea) com o exterior o que tende a repercutir-se também no próprio desenvolvimento económico e no agudizar dos desequilíbrios regionais.

De facto, a “multinsularidade” existente nas “ilhas menores” dos Açores, tende a acentuar o desequilíbrio territorial. As diferenças de povoamento e a distribuição assimétrica da população acaba por sua vez por condicionar também as tomadas de decisão políticas para o desenvolvimento dos próprios territórios insulares, criando fragmentações internas que

acabam por dificultar o equilíbrio regional e o desenvolvimento conjunto do arquipélago (Dasí e Outros, 2002).

Nesse sentido, e para percebermos as dificuldades existentes nos transportes da ilha do Pico, surge a necessidade de explanarmos historicamente os três tipos de transporte disponíveis, nomeadamente, o marítimo, o terrestre e o aéreo.

1.3.3.1. Marítimos

Sendo a segunda maior ilha em dimensão do Arquipélago dos Açores, a ilha do Pico sempre teve um “serviço de transportes públicos” deficitário e inadequado à sua realidade no que respeita aos transportes terrestres, marítimos ou mesmo aéreos, sendo este último um dos meios de locomoção mais vigentes na história da vida dos habitantes do Pico, principalmente, pela ligação que possuíam à cidade da Horta (ilha do Faial)²⁴. Na verdade, a ligação marítima entre a ilha do Pico e a ilha do Faial sempre foi uma realidade absoluta, quer pelas “relações comerciais”, quer pela necessidade de os habitantes do Pico terem de se deslocar à cidade da Horta para fins de saúde, de educação, legais, ou até mesmo, pela “relação” que existia entre habitantes do Faial que tinham casas de veraneio no concelho da Madalena.

“(…) Ir do Pico ao Faial era um privilégio... Ou quase uma aventura para os que viviam muito além da «fronteira». E só por um motivo muito forte é que alguém resolvia deslocar-se à Horta, através do canal, nos barcos de «boca aberta» ou nas lanchas dos Lourenços: médico ou hospital, negócio de fruta ou queijo, preparos ou enxoval de casamento de peso.”

[Fernando Melo- Fragmentos da memória - 1993]

As lanchas dos Lourenços foram extintas em 1950 tendo a “Empresa Lanchas do Pico, Ld.” herdado as suas concessões e mantido as lanchas Calheta, Espalamaca e Velas.

Não obstante a evolução nas lanchas que vinham acontecendo desde “sempre”, a Resolução n.º 1/77/A publicado em *Diário da República* n.º 129/1977, Série I de 1977-06-

²⁴ Existia também uma ligação especial, mas mais sentimental, entre o concelho de São Roque do Pico e a ilha de São Jorge, que se fazia, apesar de em menor afluência, através da ligação marítima entre o porto de São Roque e o Porto das Velas.

03, veio referenciar não só a importância deste meio de transporte, mas principalmente as suas lacunas e deficiências, onde podemos ler que *«Os transportes marítimos da Região carecem de infraestruturas que permitam criar uma rede eficiente de transportes entre as ilhas e entre estas e o exterior. Apenas duas ilhas têm portos artificiais; um sem equipamento (Horta), outro mal equipado (Ponta Delgada), donde que o transporte marítimo é afetado pela falta de infraestruturas indispensáveis. S. Jorge e Terceira têm pequenos portos insuficientes, especialmente o de Angra, para escoar o volume de tráfego que por eles passa. As restantes ilhas não dispõem de portos, do que resulta serem difíceis e extremamente irregulares as ligações marítimas com aquelas ilhas.»*

Em 1987, a Empresa Lanchas do Pico, Ld.^ª, a “Transcanal” e a “Empresa Açoriana de Transportes Marítimos Ld.^ª”, fundiram-se e constituíram a “Transmaçor – Transportes Marítimos Açorianos Lda.”, uma empresa que era detida de forma minoritária pelo GRA, tendo à data da sua constituição inaugurado o Cruzeiro do Canal e o Cruzeiro das Ilhas (Tomaz Jr., 2004).

Em 2013 e 2014, foram adquiridos dois novos navios, mais robustos e de maiores dimensões que permitiram adequar a oferta à procura no que confere ao transporte marítimo de passageiros. Os novos navios, Mestre Simão e Gilberto Mariano, permitiam, para além do número maior de passageiros, transportar viaturas entre as ilhas do Faial, Pico e São Jorge.

Em 2015, o GRA ao deter a exclusividade do capital social da “Transmaçor – Transportes Marítimos Açorianos Lda.” e o capital social da Atlânticoline S.A. através da Porto dos Açores, decidiu fundir estas duas empresas como forma de consolidar a política integrada de transportes marítimos, reduzindo e agilizando os centros de decisão, permitindo aplicar economias de escala e uma maior otimização nos resultados económicos.

Em 2019, é inaugurado o navio Mestre Feijó que veio substituir o navio Mestre Simão que em 2018, por “infortúnio do mar”, ficou encalhado no Porto da Madalena tendo de ser totalmente desmantelado.

Em termos de infraestruturas marítimas, a ilha do Pico possui atualmente um porto comercial sediado em São Roque e dois terminais de passageiros, Madalena e São Roque com dois navios (Gilberto Mariano e Mestre Feijó) que se encontram a fazer ligações permanentes entre Faial – Pico – Faial e Faial – Pico – São Jorge – Pico – Faial, sendo

contudo, a rota marítima entre a ilha do Pico e do Faial aquela que mais passageiros transporta em toda a Região Açoriana (mais de 500 mil passageiros transportados em 2017).

Contudo, a principal ligação marítima (Pico – Faial) que é possível de se efetuar pelo terminal de passageiros João Quaresma no concelho da Madalena que foi inaugurado em 2014 em substituição do “antigo porto da Madalena”, nem sempre foi o único elo de ligação, aliás, é mesmo possível perceber segundo as palavras de José Bernardo Maciel, que o transporte marítimo foi utilizado muitas vezes com escalas em vários portos até ao seu destino final na Horta:

“Ao tempo, pelo menos durante o verão, navegavam ainda as lanchas “Hermínia” e “Lurdes” entre as Lajes do Pico e a Horta, em duas viagens semanais, com ida e volta no mesmo dia, escalando habitualmente os portos de S. João, S. Caetano e S. Mateus.”

[José Bernardo Maciel - Memórias da Infância - 2018]

Atualmente, a ilha do Pico possui as seguintes infraestruturas portuárias²⁵:

Tabela 2: Portos Marítimos na Ilha do Pico 2020 por classe | Fonte Estatística: <https://srea.azores.gov.pt/> | Cartografia: Elaboração Própria

Concelho	Tipos de Portos			
	Classe A	Classe B	Classe C	Classe D
São Roque	-	1	-	3
Madalena	-	-	1	2
Lajes do Pico	-	-	1	5

1.3.3.2. Terrestres

É importante perceber que a ligação entre o porto da Madalena e os vários lugares da ilha do Pico, nomeadamente os mais remotos (Ribeirinha e Piedade), faziam-se com dificuldade e recorrendo à “camioneta da carreira” que percorria caminhos sinuosos e veredas

²⁵ Os Portos Marítimos são classificados através de 4 tipologias: Classe A – Portos com funções de entrepostos comerciais, com fundos de cota mínima de 7,00ZH e cais acostável de pelo menos 400m; Classe B – Portos com funções comerciais, suportando a atividade económica da ilha onde se situam, cujos fundos tenham a cota mínima de 4,00 ZH e com cais acostável de pelo menos 160m; Classe C – Portos com funções mistas de pequeno comércio, transporte de passageiros e pescas e Classe D – Portos com função exclusiva destinada à pesca.

por não existirem estradas que ligassem o sul ao norte da ilha. Também aqui, Fernando Melo escreveu sobre as dificuldades no trajeto “até ao faial” que os habitantes do Pico tinham de percorrer:

“No tempo em que eu me criei aos pés da montanha, não era fácil percorrer a ilha. Não havia estradas por todos os lados e do Sul para o Norte só se atravessava por veredas e caminhos. (...)

Pela manhã seguinte, muito cedo – ainda as estrelas piscavam no céu – entrei com o meu pai na camioneta da carreira. (...) [e] pensei nas coisas bonitas que iria ver na cidade e consolei-me com a ideia de ser um rapaz crescido, estudante do Liceu...”

[Fernando M. Melo - Fragmentos da memória - 1993]

Não é por isso de estranhar que a Resolução n.º 1/77/A publicado em *Diário da República* n.º 129/1977, Série I de 1977-06-03, afirme que os “Os transportes terrestres assentam em estradas de péssima qualidade e em mau estado de conservação – além de a rede de estradas ser deficiente -, o que constitui o maior obstáculo ao lançamento de um sistema racional de transportes terrestres. (...) Nas ilhas mais pequenas e de menor densidade populacional e de tráfego o que se impõe é uma intervenção com vista a criar ou a manter as infraestruturas de apoio aos transportes terrestres” que vem desde 1927 a ser desenvolvidos pela empresa Cristiano Lda. Até essa data, existiam dois caminhos rurais, sem grandes infraestruturas e que eram percorridos através de “carrinhos de duas rodas puxados por mulas” que saíam da vila da Madalena em direção à vila das Lajes do Pico e à vila São Roque do Pico.

“As duas estradas que partem da Madalena pelo litoral e abraçam a ilha, acabando uma pouco adiante de S. Miguel Arcanjo e a outra nas Lajes, sevem algumas das freguesias do Pico, quase todas à beira-mar (...) Vai-se muito bem pelas estradas no carrinho de duas rodas puxado por uma mula, sobretudo de manhã, quando cai do céu todo forrado o inevitável orvalho, que as plantas, que vivem na secura e no negrume, esperam toda a noite e sorvem com volúpia.”

[Raul Brandão - As ilhas desconhecidas - 1926]

Contudo, a preocupação no que respeita às ligações terrestres fizeram-se sentir muito antes, e entre 1955 e 1956, por exemplo, a freguesia de São João foi através de expropriações

intervencionada no alargamento da “Estrada Regional” que ligava a Vila da Madalena à Vila das Lajes.

“Quando tinha 5 anos de idade (...) O meu pai e os nossos vizinhos, agora já no edifício das “Obras Públicas”, perante os engenheiros e diretores, invocando estes a necessidade de alargar uma estrada pública, iam tomar conhecimento oficial e assinar os documentos do processo de expropriação forçada de cada uma das suas casas de família, situadas na Estrada Nacional no lugar da Companhia de Cima, freguesia de S. João, ilha do Pico!”

[José Bernardo Maciel – Memórias da Infância - 2018]

Constituída em 1927, a empresa Cristiano Ld.^a com sede na Madalena, foi a primeira empresa na Ilha do Pico de transporte automóvel de passageiros substituindo os tradicionais “carros de mulas” que até então faziam a ligação entre os três concelhos. Inicialmente com duas camionetas ao serviço das carreiras diárias de passageiros e correio, as mesmas face às dificuldades dos caminhos existentes na ilha do Pico, acabavam por pernoitar no concelho destino da viagem. Com a abertura de estradas mais eficazes à volta da ilha, a Cristiano Ld.^a passou a trabalhar com 4 camionetas e vários carros ligeiros de aluguer que acabaram por ficar instalados nas três vilas. Sobre este tema, é possível ler num dos poemas de Dias de Melo:

*“Eu fui dar a volta ao Pico
E dei um salto ao faial
Nos barcos da Madalena
Que cirandam no canal.*

*Parti, da minha Calheta,
Um dia, de manhã cedo,
Nascia o Sol, na Feteira
A cavalo dum penedo.*

*Passei na Ribeira Grande,
Nas Pontas Negras também.
Em menino, aqui andei
Ao colo da minha Mãe.*

*(...)
Em Santa Cruz das Ribeiras,
Descansei, no ti Candeias.
Vi lá gente, muita gente,
que falava de baleias.
(...)
Já o Sol vinha aquecendo,
Brilhava o mar na Baía,
Uma onda, branca e leve,
Na costa, ao longe, se ouvia...
E eu... fui andando... fui andando...
(...)
Vila das Lages, formosa,*

*Que até parece Lisboa
A Montanha, ao longe, reza
A S. Pedro d' Alagoa
(...)*

*Meti-me na caminheta,
Atravessei a Silveira
San João e San Caetano,
Terras de gente vaqueira. (...)*

[Dias de Melo - Toadas do Mar e da Terra – Por Terras de Aquém e Além
Canal - 2004]

Através do poema de Dias de Melo, verificamos as dificuldades existentes para as freguesias que existiam para além da vila das Lajes e da vila de São Roque, nomeadamente, Ribeiras, Calheta, Piedade²⁶, Santo Amaro e Prainha que não tinham acesso às “camionetas da carreira”, tendo muitas das vezes, de se deslocar a pé ou em carros de mulas até ao centro das vilas para daí prosseguirem em veículos automóveis. Só após 1942, e com a abertura completa das estradas à volta da ilha, apareceu a Empresa Edmundo Machado Ávila & Filhos Lda., que ligava a vila das Lajes à freguesia da Piedade e mais tarde, a freguesia da Piedade à vila de São Roque. Em 1990, a Cristiano Ld.^a adquiriu as rotas e a frota da empresa Edmundo Machado Ávila & Filhos Lda. passando a ser a única detentora das concessões de carreiras públicas na ilha do Pico.

Atualmente, existem duas carreiras de transporte terrestre na ilha do Pico, a carreira Norte (Madalena-São Roque-Piedade) e a carreira Sul (Madalena-Lajes do Pico-Ribeirinha), que se realizam de acordo com as seguintes disponibilidades:

Tabela 3: Horário das viagens efetuadas por transportes públicos na Ilha do Pico | Fonte Estatística: <http://cristianolimitada.pt> | Cartografia: Elaboração Própria

<i>Carreira</i>	<i>Partida</i>		<i>Intermédio</i>		<i>Final</i>	
	Hora	Local	Hora	Local	Hora	Local
<i>Norte</i>	06h15m	Piedade	07h10m	São	08h00m	Madalena
	13h30m		14h25m	Roque	15h15m	
	10h00m	Madalena	10h50m	São	11h45m	Piedade
	17h45m		18h40m	Roque	19h40	
<i>Sul</i>	05h40m	Ribeirinha	06h45m	Lajes	08h00m	Madalena
	13h30m		14h25m		15h15m	
	10h00m	Madalena	11h00m	Lajes	11h45m	Ribeirinha
	17h45m		18h55m		19h50m	

²⁶ No concelho das Lajes do Pico até 1980 apenas existiam cinco freguesias, sendo a Ribeirinha apenas um lugar situado na freguesia da Piedade. Os transportes referidos por Dias de Melo iam até ao local da Ribeirinha que era a zona mais remota da freguesia da Piedade e que servia de fronteira com o concelho de São Roque.

1.3.3.3. Aéreos

De acordo com a Resolução n.º 1/77/A publicado em *Diário da República* n.º 129/1977, Série I de 1977-06-03, havia apenas dois aeroportos suscetíveis de servir o tráfego internacional, o de Santa Maria, que não tinha aerogare capaz de atender ao tráfego perspetivado, e o aeroporto das Lajes (ilha Terceira) que se encontrava condicionado pelo estatuto de utilização militar. São Miguel, Faial e Flores possuíam também aeroportos, mas que dado os volumes de tráfego e razões disparez acabavam também por não satisfazer as necessidades da Região. Tirando estas, mais nenhuma ilha possuía um aeroporto, pelo que havia a necessidade de construir-se pistas que servissem pequenos aviões comerciais. A exceção era a ilha do Pico que já tinha em fase de construção²⁷ uma pista para fins militares, mas que poderia ser aproveitada para fins de aviação comercial, tendo inclusivamente sido inaugurada em 1982 com um comprimento de 1200m.

Em 1990, em conjunto com vários outros aeroportos da região, o GRA iniciou intervenções para o melhoramento da operacionalidade das pistas regionais permitindo que as aeronaves da ATP (Sata Air Açores) conseguissem proceder às devidas manobras de aterragem. O Aeródromo do Pico, sofre assim uma intervenção que lhe permite aumentar a sua pista para 1520m de comprimento por 30m de largura. A segunda intervenção, surge em 2002 com o intuito de permitir que o Aeródromo do Pico começasse a receber aeronaves de médio curso que eram as “responsáveis” pelas ligações diretas com o continente português. Para isso, foi necessário aumentar a pista para 1740m de comprimento e 45m de largura utilizáveis, bem como, muni-la para uma nova aerogare (concluída em 2006), placa de estacionamento, torre de controlo, serviço de socorro e combate a incêndios, armazém de material de placa (concluído em 2010) e armazém de cargas (concluído em 2011). A sua certificação, surge apenas em 2004 com o INAC a anunciar a possibilidade de o Aeródromo do Pico receber e efetuar voos para o exterior da Região que se viriam a concretizar com a TAP em 2005. O Sistema de ILS, apesar de adjudicado em 2008, apenas viu ser concluído e certificada a sua utilização em 2016, tendo o último grande investimento no Aeródromo do Pico surgido em 2018 com a instalação do Grooving.

²⁷ O aeroporto do Pico, para fins militares, vinha sendo estudado desde 1946 tendo a sua construção sido iniciada pelo exército português em maio de 1976 tendo mais tarde sido acabada pelo GRA.

Três grandes datas no âmbito da oferta de transportes aéreos para a ilha do Pico surgem em 2005, 2008 e em 2014, mais precisamente, quando a TAP efetua o primeiro voo de ligação direta com Lisboa, e com a aprovação do GRA que passa a incluir a ilha do Pico nas OSP permitindo inicialmente a complementaridade entre o Aeroporto da Horta e o Aeródromo do Pico e depois, com a introdução de duas rotas semanais entre Lisboa-Pico-Lisboa com possibilidade de combinação com a rota Lisboa-Terceira-Lisboa.

O início da operacionalidade com Lisboa era de tal ordem de grandeza que Carlos César, na altura Presidente do GRA, afirmava durante o discurso da cerimónia que assinalou a chegada do primeiro voo da TAP entre Lisboa e o Aeródromo da Ilha do Pico:

“Hoje é um dia grande para a ilha do Pico. Também para os Açores. Passados que são cerca de 23 anos após a inauguração do então aeródromo, que ocorreu a 25 de Abril de 1982, uma nova janela de oportunidades fica aberta nesta ilha, sugerindo novos voos para o progresso económico e social do Pico. (...)

A abertura das “Gateways” do Pico e de Santa Maria é um passo importante para que, nestas duas Ilhas, o setor turístico tenha um forte impulso e uma tendência multipolar(...)

A existência desta nova “Gateway” para o Pico, explorada em regime de code-share entre a TAP e a SATA, já significou um forte estímulo ao desenvolvimento local e um encorajador impulso nos projetos de investimento turístico. Neste último período, verificou-se um significativo acréscimo de candidaturas de iniciativas empresariais aos diversos sistemas de incentivos às atividades económicas, as quais, sem mencionar as relativas ao setor primário, já ascenderam a um valor de investimento superior a 13 milhões de euros, o que constitui, à escala da economia instalada da ilha, uma tendência ascensional muito meritória e prometedora. (...)

Quem tem, ainda, na memória o isolamento que esta ilha sofria há apenas algumas décadas atrás, certamente reconhece a importância do dia de hoje. O Pico deu um enorme passo em frente, cujas consequências serão, naturalmente, mais visíveis a médio e a longo prazo.”

[Carlos César – 21/04/2005]

Apesar da OSP referir apenas dois voos semanais de ligação direta com a capital, o Aeródromo do Pico tem vindo gradualmente a aumentar a sua oferta, principalmente no verão IATA, onde a oferta da SATA²⁸ chega a ser entre 4 e 5 voos semanais.

Em 2019, a ilha do Pico, através do seu aeroporto, recebeu um total de 1204 voos que permitiram um total de 71.181 passageiros desembarcados:

Tabela 4: Número de voos e de passageiros desembarcados na Ilha do Pico em 2019 | Fonte Estatística: <https://srea.azores.gov.pt/> | Cartografia: Elaboração Própria

<i>Rota</i>	<i>Atividade Transportes Aéreos do Pico</i>			
	Inverno		Verão	
	N.º Voos	Passageiros Desembarcados	N.º Voos	Passageiros Desembarcados
<i>Interilhas (PDL-PIX-PDL e TER-PIX-TER)</i>	248	11148	817	41512
<i>Territoriais (LIS-PIX-LIS)</i>	33	3960	106	14561
<i>Total</i>	281	15108	923	56073

1.4. Enquadramento Económico

A economia açoriana é construída através dos constrangimentos identitários da insularidade. Constrangimentos que são provenientes do isolamento geográfico, da insuficiente diversidade dos produtos exportáveis, da vulnerabilidade perante catástrofes naturais, da fragilidade característica dos ecossistemas das regiões insulares e do constrangimento das economias de escala e das dificuldades de diversificação dos mercados (Vellas Citado por Laranjeira, Fortuna e Silva 2006). Hein (1989), agrupa os vários problemas característicos da insularidade em quatro problemas chave que estão diretamente ligados às economias de pequena dimensão, nomeadamente, i) as deseconomias de escala, para as quais se destinam grande parte dos recursos existentes para provimento de infraestruturas e serviços básicos; ii) a necessidade de especialização e de abertura ao mercado externo, cuja necessidade de um maior grau de especialização leva a que se combine

²⁸ Após o abandono da TAP nas rotas açorianas com exceção de São Miguel e Terceira em 2015, a SATA passou a assegurar todas as rotas que existiam em sistema de code-share, tendo em alguns casos, aumentado inclusivamente a oferta.

os pequenos mercados domésticos com as pequenas margens de recursos disponíveis obrigando os mercados insulares a abrirem-se em busca de mercados de maior dimensão; iii) a dependência de ajuda externa, que pode ser entendida não só face à fraca diversidade de produção ficando estes obrigados a ter de recorrer à importação de bens e serviços para satisfazer muitas das necessidades básicas, mas também, pela necessidade “*de se socorrer da exportação para evacuar a produção local, já que o mercado interno não é capaz de absorver a totalidade da sua produção endógena*”(Santos, 2011); e iv) a existência de problemas administrativos específicos que surgem do facto de existirem relações de maior proximidade entre as pessoas e os autarcas locais, originando a criação de grupos de pressão que tendem a assumir um papel influenciador nas tomadas de decisão política.

Santos (2011), acrescenta um quinto constrangimento que é per si uma das principais características das regiões insulares, nomeadamente, a reduzida acessibilidade das ilhas aos grandes mercados abastecedores e consumidores, o que resulta em custos acrescidos para as empresas e para os particulares através da relação direta entre a distância e os custos da insularidade, levando-nos a assumir que as trocas comerciais e o volume de negócios tendem a diminuir quanto maior for a distância entre os territórios. Assim sendo, a acessibilidade nas ilhas assume um impacto de enorme importância, ainda para mais, quando os constrangimentos só podem ser “ultrapassados” por via marítima e/ou via aérea, obrigando “as transações comerciais” a elevados esforços financeiros e de consumo de tempo. Duas variáveis que segundo Polèse e Paelinck (1998) podem assumir a forma de custos de transporte de mercadorias, custos de comunicação e de informação, custo de deslocação das pessoas, e tal como acrescenta Santos (2011), custos de oportunidade, pois de certo modo, estes constrangimentos acabam por reduzir o interesse dos investimentos externos pelo facto de existirem acrescidos custos de unidade per capita, o que acaba por retirar a competitividade do mercado insular.

Podemos de certo modo compreender que a diferença nas acessibilidades aéreas entre as diversas ilhas da RAA promove a existência de vários níveis de insularidade, o que obriga a esforços económicos diferentes nas ilhas que compõem o arquipélago. Algo que, segundo Polèse e Paelinck (1998), tende a favorecer a concentração da produção nos territórios mais eficientes, acabando tal como refere Bouchard (2004), por criar também grandes desequilíbrios económicos regionais dentro do próprio arquipélago, permitindo que algumas

ilhas assumam uma ligação mais preponderante com o resto do mundo e com os grandes fluxos económicos mundiais em detrimento de outras ilhas que se mantêm mais isoladas dos fluxos humanos, financeiros e comerciais, algo que Santos (2011), caracteriza como um constrangimento suplementar agravador da insularidade a que chamou de “*multinsularidade*”.

Por outro lado, a insularidade pressupõe um “agravamento” das relações comerciais onde os efeitos da sua existência fazem-se sentir tanto ao nível macro como ao nível microeconómico, traduzindo-se essencialmente em: i) especialização económica²⁹, ii) grande dependência externa, iii) vulnerabilidade ambiental, e iv) gastos públicos³⁰ muito elevados, o que resulta não apenas na vulnerabilidade e dependência, como também, no aumento dos custos de abastecimento, produção, venda e distribuição nas atividades das empresas.

Outra das grandes particularidades da economia insular, reside no facto dos seus rendimentos serem substancialmente “alavancados” pelas remessas de emigrantes, pelas receitas do turismo, pela valorização dos seus recursos naturais ou mesmo, pela concessão dos “apoios” comunitários.

Posto isto, podemos agora de acordo com Maria Isabel João (1992), dividir a economia açoriana em três grandes ramos: a Agricultura, a Pesca, e a Indústria. Contudo, a meu ver e de acordo com Ana Luísa Garcia (2011), devemos incluir um quarto e um quinto ramo, mais precisamente, o do Turismo e o dos Serviços, que segundo Azevedo (2013), são atualmente o pilar da economia da região com a administração pública a ter um importante papel no que respeita à oferta emprego. Mas, para podermos caracterizar devidamente a economia açoriana, torna-se importante aos cinco ramos identificados, incluir a visão de Cruzol (2004) no que respeita à insularidade da economia açoriana, permitindo reagrupar as várias atividades em três grandes grupos económicos a que passamos a chamar de nomeadamente, Economia insular do Setor Primário (Agropecuária, Pescas e Florestas), Economia insular do Setor Secundário (Indústria) e Economia insular do Setor Terciário (Turismo e Serviços).

²⁹ De acordo com (Parlamento Europeu, 2013) a insularidade caracteriza-se pela especialização de economias onde as exportações assentam num conjunto “reduzido” de bens e serviços para que possam competir eficientemente no mercado internacional, através da concentração de esforços na produção de um reduzido número de produtos.

³⁰ Os gastos públicos superiores à média dos territórios continentais podem ser explicados pelas características inerentes à própria insularidade, isto é, reduzida dimensão, isolamento e fragmentação do território, o que origina a possibilidade de deseconomias de escala no fornecimento de bens e serviços públicos, com aquisições de inputs a preços mais elevados do que em territórios continentais.

1.4.1. O Mercado Açoriano

Com um mercado interno limitado e assente essencialmente num fenómeno histórico designado de “monocultura colonial de exportação”³¹, os empresários açorianos viram-se “obrigados” para garantirem a rentabilidade dos seus investimentos, a direcionar os seus esforços para a produção de bens que fossem “facilmente” comercializados nos mercados externos, acabando, tal como refere Maria Isabel João (1992), por promover uma dependência a esses mercados exteriores, expondo os Açores a crises cíclicas, que tal como refere Fátima Sequeira Dias (1999), têm sido consequências da contração da procura externa dos produtos açorianos quando o gosto e/ou a revolução tecnológica altera os hábitos de consumo, tal como foi exemplo a concorrência do índigo das Antilhas ao pastel açoriano, a concorrência dos cereais americanos aos cereais açorianos, a concorrência da laranja espanhola à laranja açoriana, a concorrência do abacaxi da África do Sul ao ananás açoriano ou, tal como acontece nos dias de hoje, a concorrência dos produtos lácteos dos países do leste da europa aos produtos lácteos açorianos (Dias, 1999).

Não obstante as crises que advêm das relações comerciais, pode-se de certa forma afirmar que os Açores geralmente gozaram de maior prosperidade em períodos cujo o comércio era direcionado para mercados além das ilhas e do território continental, tal como são exemplos os períodos da exportação das plantas tintureiras que eram exportadas para Flandres e Inglaterra, do Vinho do Pico que era exportado para mercados como a Rússia ou do caso da Laranja e mais tarde do Ananás que até ao surgimento da crise cíclica, permitiram à Ilha de São Miguel ter excelentes períodos de crescimento económicos. Por outro lado, sempre que os Açores restringiam o seu comércio ao mercado interno, viram-se em «frequentes tensões com o poder central, obrigando a arbitrar os vários interesses em jogo», o que acabou por retrair o seu período económico.

Importa referir duas das grandes “reviravoltas” do setor primário açoriano e que devem ser devidamente analisadas: A primeira, que surge com a passagem da segunda guerra mundial, onde até então os animais atuavam mais como um complemento da exploração agrícola do que propriamente como uma atividade económica (João, 2004), passando os

³¹ A monocultura colonial de exportação foi um mecanismo utilizado pelos portugueses durante o período expansionista dos descobrimentos, este modelo, tinha como principal objetivo atender às ambições e/ou necessidades imediatas da metrópole.

Açores nesta altura a desenvolver uma atividade pecuária com fins industriais em detrimento das restantes produções, fomentando uma alteração de tal forma “agressiva” que os Açores foram mesmo confrontados com a necessidade de importação de alimentos para colmatar as necessidades da sua população. Com o aumento das áreas de pastagens artificiais, o crescimento acelerado e exponencial do efetivo bovino, e a ampliação do número de unidades industriais de transformação do leite, os Açores, fizeram com que esta atividade se transformasse numa monocultura intensiva de tal ordem de grandeza que se tornou quase impossível a existência de mudanças e reconversões das culturas agrícolas tal como sucedia no passado, tornando os Açores autênticos “reféns” deste setor produtivo (Dias, 1999). O segundo momento surge então com a revolução do setor das pescas que ocorreu durante o período pós 1960, e que ocorreu principalmente com a transformação da pesca de atum que de forma progressiva foi substituindo a atividade baleeira que desde os finais do século XIX assumia um papel de destaque na economia regional. Com a adesão à CEE, Portugal acatou as diretivas da moratória³² da Comissão Baleeira Internacional que entraram em vigor decretando o fim da caça à baleia em 1986, abrindo “o acesso” a uma das novas atividades económicas o Whalewatching.

1.4.2. Setor Primário

O setor primário, composto pela Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pescas, possui uma presença predominante das atividades agrárias, quer de subsistência quer de exportação, com rendimentos sujeitos à flutuação dos preços de mercado dos produtos agrícolas, de onde se salienta a bovinicultura (explorações de leite e carne), o ananás, a banana, o vinho, o chá, e os produtos piscícolas, destacando-se os produtos certificados com os símbolos de qualidade DOP, IGP e ETG e com o registo de Marca Açores. Este setor, representa em média cerca de 9% do PIB Regional e 11% do VAB do setor primário nacional, tendo em 2018, representado um volume de negócios de aproximadamente 331 milhões de

³² A moratória de 23 de julho de 1982 estabelecia pela Comissão Baleeira Internacional a proibição generalizada da caça à baleia.

euros, com a criação de gado e a pesca a serem as atividades que maior peso têm na base económica do setor primário das “ilhas menores³³” (Massot, 2015).

Durante vários séculos, e apesar das crises pontualmente provocadas por intempéries ou mesmo pela “ganância exploratória” dos proprietários da terra, os açorianos, através de uma economia agrícola onde apesar da escassez de terra arável descontinuada e da existência de um sistema Eco biológico demasiado frágil, conseguiram maximizar a produtividade que o clima e os solos vulcânicos ofereciam através do uso de técnicas tradicionais, como é o caso da “cultura promiscua”, do pousio e da rotação de culturas, do sistema de adubagem ou da implementação de técnicas mais modernas como é o caso dos adubos químicos e da mecanização do “trabalho” produtivo (João, 1992). Contudo, as alterações tecnológicas que se fizeram sentir não foram suficientes para alterar a predominância da estrutura da propriedade agrícola que se manteve até aos dias de hoje caracterizada especialmente pela sua fragmentação em pequenos e dispersos lotes de terreno. Segundo o recenseamento agrícola³⁴ de 2009, os Açores possuem ao todo 13 541 explorações agrícolas num total de mais de 120 mil ha. de SAU que albergam mais de 42 mil indivíduos associados à produção agrícola familiar e mais de 1900 indivíduos associados à mão-de-obra agrícola não familiar permanente. Do total da mão-de-obra utilizada, mais de 40% encontrava-se em idade compreendida entre os 25 e os 54 anos. O salário médio dos trabalhadores agrícolas durante o ano de 2018 era de 40,75€/dia (quarenta euros e setenta e cinco cêntimos), representando por isso mesmo um aumento de cerca de 600% face ao rendimento diário médio declarado em 1986 que era de 6,76€ (seis euros e setenta e seis cêntimos).

³³ O conceito de “ilhas menores” corresponde às ilhas de pequena densidade populacional, isto é, com população inferior a 15000 habitantes, o que no caso do arquipélago dos Açores corresponde a 77,77% do território, referindo-se mais precisamente, às ilhas do Faial, do Pico, de São Jorge, da Graciosa, das Flores, do Corvo e de Santa Maria.

³⁴ O Recenseamento Agrícola é um inquérito realizado no Continente e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, de carácter obrigatório, face ao Regulamento da UE 2018/1091 do Parlamento Europeu do Conselho, que se realiza a cada dez anos, e que tem como objetivo responder a questões como “Quantas explorações agrícolas existem, que superfície e quantas parcelas possuem?”, “Quem trabalha na agricultura?”, “Como se distribuem as culturas e os efetivos pecuários?”, “Como se produz e qual o nível de mecanização agrícola?”, “Onde e como se rega?”, “Que métodos de produção são usados?” e “Qual a disseminação de culturas inovadoras?”. No caso do Recenseamento Agrícola dos Açores, o levantamento é efetuado pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA).

O setor agrícola, destaca-se essencialmente entre as culturas permanentes³⁵ e/ou anuais com ocupação de área aproximada em 24053 ha. As culturas forrageiras representam 84% do total ocupado, seguindo-se as vinhas e a batata que representam cada uma 4% e a horticultura em geral e as culturas subtropicais representam individualmente 2%, onde acresce, as cerca de 7700 explorações com cabeças de gado.

Podemos por isso dizer que os Açores possuem explorações agrícolas de modesta dimensão, caracterizados por manter “viva” uma economia camponesa que se tem mantido como uma “realidade” inalterável durante toda a história económica açoriana, recorrendo especialmente à mão-de-obra familiar e revelando características de estruturas de pequena dimensão, onde os titulares são, na sua grande maioria idosos, e onde financeiramente, os produtores tendem inclusivamente a assumir a necessidade de complementar as suas receitas com outras fontes de rendimento (Massot, 2015)(Cruz *et al.*, 2005).

Na parte da produção animal, a economia açoriana subdivide-se essencialmente no setor dos laticínios, na produção de gado para abate e nas pescas. Nos Açores, os bovinos são a espécie com maior peso ao representarem cerca de 85% do efetivo animal num total de aproximadamente 279 000 cabeças de gado, onde se incluem as vacas leiteiras em cerca 32% e representando cerca de 17% do total do efetivo animal nacional. No caso da produção de gado para abate, o setor sofreu uma “aceleração” no seu desenvolvimento à passagem da segunda guerra mundial, principalmente, sob o impulso da exportação levando a que atualmente, a espécie bovina represente cerca de 52,98% do total da produção animal para abate, produzindo aproximadamente 16,221³⁶ Ton, o que em comparação com a produção de 1981 significa um crescimento na ordem dos 420% e um aumento da sua influência no total das espécies abatidas em cerca 7,50%, tendo, contudo, apenas 3,68% das 16 Ton da carne abatida sido proveniente de bovinos IGP³⁷.

³⁵ Os produtos do setor primário mais produzidos nos Açores são a Batata, a Beterraba Sacarina, o Chá, o Milho-Grão, o Milho-Forageira, o Tabaco, o Vinho, o Leite, o Gado (para abate) e as pescas.

³⁶ O peso apresentado corresponde ao Peso Limpo (em Ton) dos animais abatidos da espécie bovina.

³⁷ A Carne dos Açores – IGP, corresponde a animais nascidos, criados e abatidos na RAA segundo os moldes tradicionais, cujas características estão associadas a diversas características, nomeadamente, às condições edafo-climáticas dos Açores, à criação de gado em pastagens naturais, e ao uso de métodos ancestrais de alimentação e condução de gado, tal como é exemplo a forma de pastoreio e o tipo de alimentação. A certificação Carne dos Açores – IGP é dada de acordo com o caderno de especificações da Carne dos Açores – IG da autoria da Federação Agrícola dos Açores.

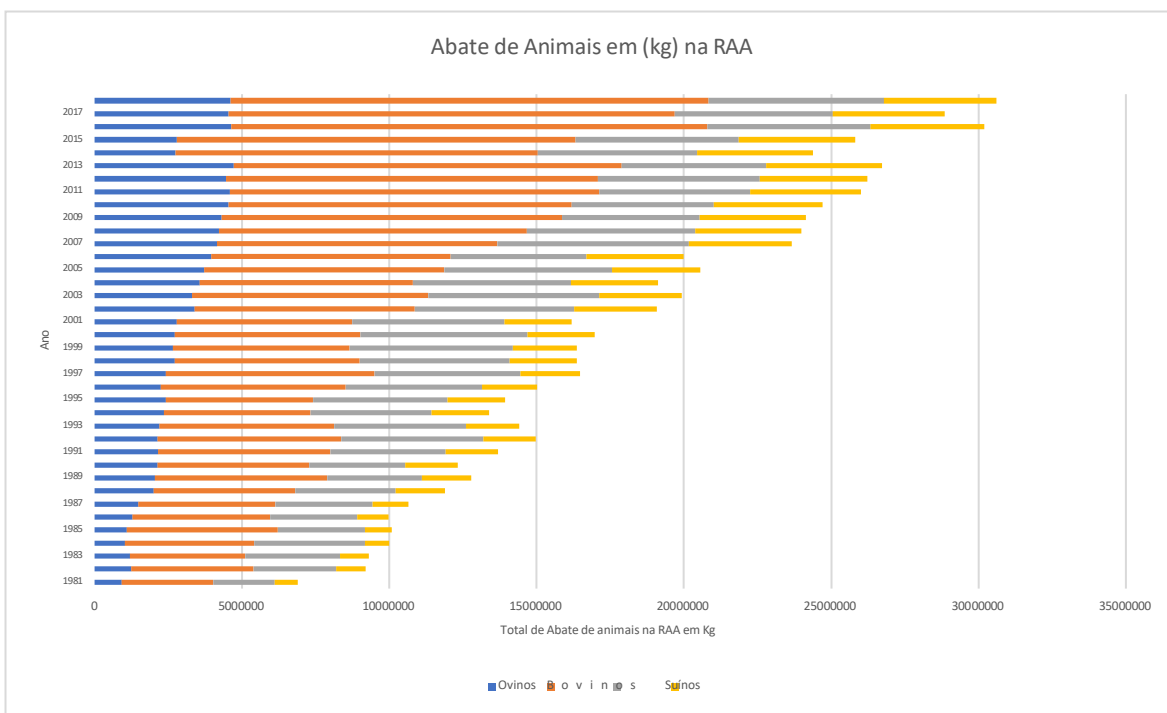


Figura 11: Produção Total de Carne para Abate na RAA (1981 – 2018) | Fonte Estatística: SREA (<http://srea.azores.gov.pt>) | Cartografia: Elaboração Própria.

De referir que, apesar do abate das várias espécies de animais ter aumentado no período compreendido entre 1981 e 2018, a espécie bovina, a partir de 2001, destacou-se das restantes espécies ao crescer a um admirável ritmo de 10,15% ao ano, quando a segunda maior espécie em crescimento (Aves) situou-se na média dos 3,99%.

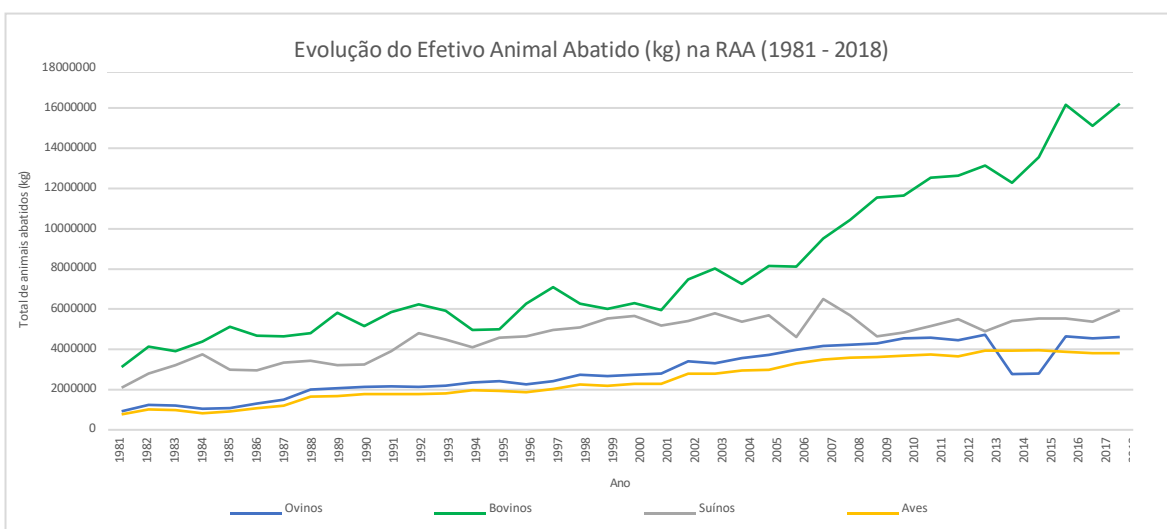


Figura 12: Evolução do Efetivo Animal Por Espécie Abatido na RAA (1981 – 2018) | Fonte Estatística: SREA (<http://srea.azores.gov.pt>) | Cartografia: Elaboração Própria.

Outro dos setores que assume uma importante preponderância na economia açoriana é o setor leiteiro que se assume como um setor estratégico para o arquipélago dos Açores. Com 92 381 vacas leiteiras registadas (Recenseamento Agrícola 2009), os Açores foram responsáveis por entregar à indústria mais de 632 milhões de Lts de leite cru, o que representou cerca de 34% do total da produção nacional. A região, apesar da progressiva perda de produtores neste setor (Silva e Almeida, 2014), viu a sua produção quintuplicar a quantidade de leite entregue nas fábricas durante o período compreendido entre 1986 e 2018. Este resultado, é sinónimo da profissionalização dos produtores açorianos através das melhorias introduzidas ao nível do sistema produtivo, nomeadamente, do controlo sanitário, da alimentação animal e do melhoramento genético³⁸, que permitiu que desde 1991, os Açores conseguissem ter uma taxa de crescimento superior à taxa de crescimento da produção nacional.

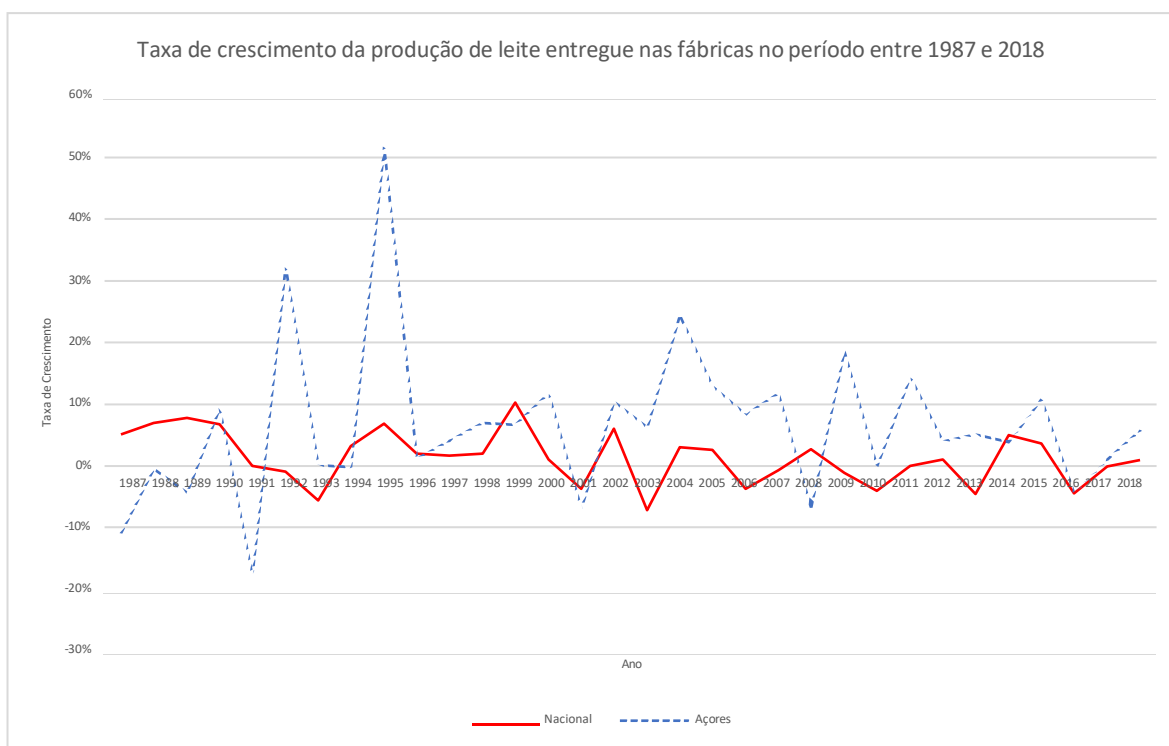


Figura 13: Evolução da Taxa de Crescimento da Produção de Leite entregue nas fábricas Nacionais e da RAA (1987 – 2018) | Fonte Estatística: INE e SREA (<http://srea.azores.gov.pt>) | Cartografia: Elaboração Própria.

³⁸ O melhoramento genético deu-se ao nível da aquisição de vacas de alto teor genético provenientes de outros Estados-membros como a França, Países Baixos e Dinamarca).

No setor das pescas, vários autores são unânimes quanto à sua reduzida expressão no desenvolvimento histórico da economia açoriana. Durante anos, muitos dos pescadores serviram-se da pesca como uma segunda atividade que complementava o parco rendimento que retiravam da terra, levando à afirmação de Maria João (1992) quando diz que «*de um modo geral, (...) [eram] raras as comunidades inteiramente dedicadas à pesca*». Segundo a mesma autora, a fraca expressão da pesca era por si só uma consequência de vários fatores, de onde destaca «*o peso de tradições e mentalidades ancestrais que remontam ao povoamento feito [durante o séc. XV], sobretudo, por camponeses de várias regiões do continente*». Maioritariamente artesanal, a pesca açoriana sempre foi caracterizada pela utilização de métodos tradicionais e intensidade física, em pequena escala, com frotas de reduzidas dimensões e em número limitado (Santos, 2017), o que face às características dos mares dos Açores originava maiores dificuldades de navegação.

É, contudo, nos finais do século XIX e inícios do século XX, que a atividade piscatória assume maior importância na economia regional através da introdução da atividade baleeira³⁹ que durou até 1987 e da pesca do atum⁴⁰ que a partir de 1950 tomou proporções industriais tendo progressivamente substituído a indústria baleeira que se apresentava muito menos lucrativa. É, contudo, durante os anos 80 e com o acesso aos fundos comunitários europeus, que se dá a verdadeira revolução do setor das pescas. A criação de uma frota mais atualizada, robusta, com melhores capacidades de armazenamento a frio que permitia que os pescadores conseguissem desenvolver a sua atividade em zonas mais distantes e em águas mais profundas e maioritariamente composta por palangres de fundo e superfície, que associada à expansão do transporte aéreo, acabou por criar condições para que o pescado fresco fosse exportado, o que fez com que a pesca passasse de uma atividade de subsistência,

³⁹ A Caça à Baleia é um ícone do desenvolvimento económico dos Açores. Iniciada ainda durante o séc. XVIII, a caça à baleia foi um dos motores para o desenvolvimento de infraestruturas portuárias que permitissem o desenvolvimento de entrepostos comerciais no mercado do óleo de baleia. A sua dimensão industrial, surge durante o séc. XIX, com a instalação das primeiras armações regionais e com o desenvolvimento da indústria de construção naval. Contudo, é durante o séc. XX que a indústria baleeira toma maior preponderância com os Açores, mais especificamente a Ilha do Pico, a assumir mais de 30% do total de capturas mundiais. A Caça à Baleia terminou em 1986 com a entrada em vigor da moratória “construída” pela Comissão Baleeira Internacional a 23 de julho de 1982.

⁴⁰ A pesca do atum, é representativa de uma longa tradição açoriana e que, segundo Rodolfo Santos (2017), começou a ganhar maior preponderância económica nos anos 30’s. A dimensão industrial, surge nos anos 50’s, mais precisamente com a construção de navios atuneiros tendo o seu expoente máximo sido alcançado nos anos 80’s com o aumento do investimento público no setor. Nos açores, as principais espécies capturadas são o Bonito (que serviu para a expansão da indústria conserveira) e o Patudo.

como era até então, para se tornar numa importante atividade geradora de rendimento e de desenvolvimento para a RAA (Santos, 2017). Atualmente, a pesca artesanal passou a ser uma “atividade regulada, que incorpora novos métodos e estratégias para maximizar os benefícios e se tornar uma alternativa viável para reduzir a pobreza”.

Se analisarmos a evolução das pescas durante o período de 1981 a 2018, verificamos que o ano em que se capturou um maior número de Ton foi o ano de 1988, com 22 089 Ton capturadas, tendo este sido também o ano que maior “receita real⁴¹” registou.

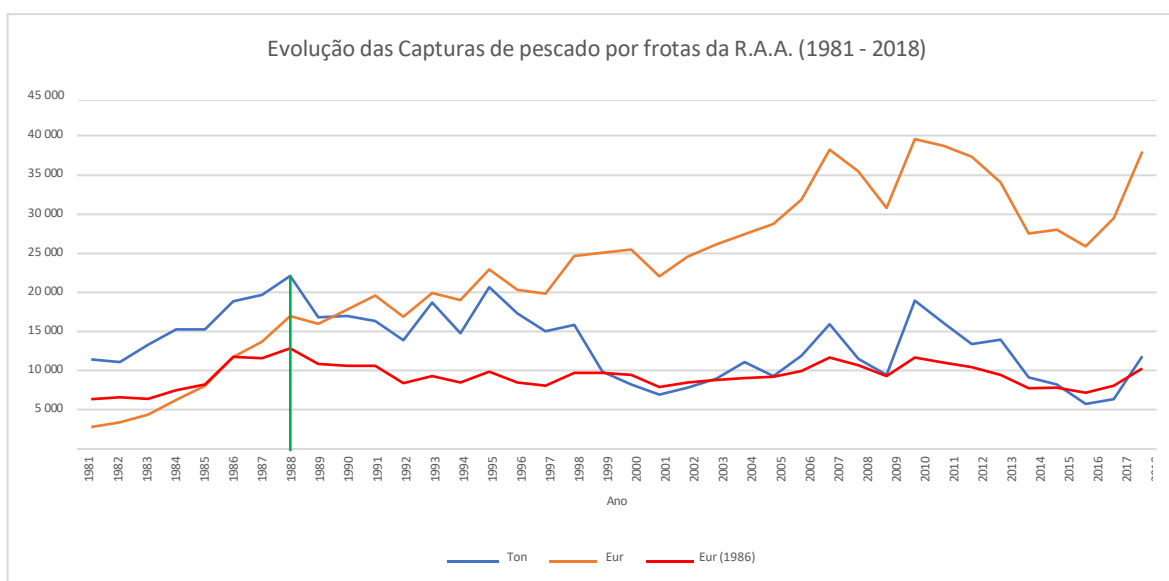


Figura 14: Evolução das Capturas de Pescado por frota da RAA em Eur e Ton (1981 – 2018) | Fonte Estatística: SREA (<http://srea.azores.gov.pt>) | Cartografia: Elaboração Própria.

Já no âmbito da receita corrente, o ano que se apresenta com maior receita é o ano de 2010, registando o setor das pescas regional o valor de 39.572 milhões euros. Contudo, é no ano de 2017 que se verifica, apesar da queda da captura e consequentemente da receita, o preço médio por Ton mais alto do período agora analisado, registando um valor de “receita real” de 1.262,90 euros e de receita corrente de 4 640,84 euros.

Assim, se utilizarmos o conceito de “receita real”, podemos mesmo confirmar que as capturas globais de pescado efetuadas pelas frotas da RAA, tiveram um crescimento do peso

⁴¹ A receita real foi calculada utilizando o deflator de IPC com ano base de 1986 (ver anexo 2).

capturado na ordem dos 3% entre 1981 e 2018, e de 60%⁴² de crescimento no valor da sua “receita real”. Contudo, ao contrário do que seria de se esperar face às melhorias introduzidas no setor das pescas após os anos 80, a evolução das capturas de pescado acaba por apresentar variações de crescimento “inconstantes” que de certa forma são explicados pelo próprio “declínio” da mão-de-obra ativa que o setor das pescas tem sofrido desde os finais dos anos 80, e que se estima que atualmente esteja na ordem dos 1.529 profissionais (menos 2.605 profissionais que em 1981). Também as embarcações registadas diminuíram substancialmente, passando das 1.947 embarcações em 1986 para as 753 embarcações em 2018 (menos 60% de embarcações), tendo o declínio surgido essencialmente durante o período de 1996 a 2006 e com maior preponderância entre 2005 e 2006, altura em que existiu uma redução em quase 50% da força de trabalho (45% na mão-de-obra e 55% do número de embarcações).

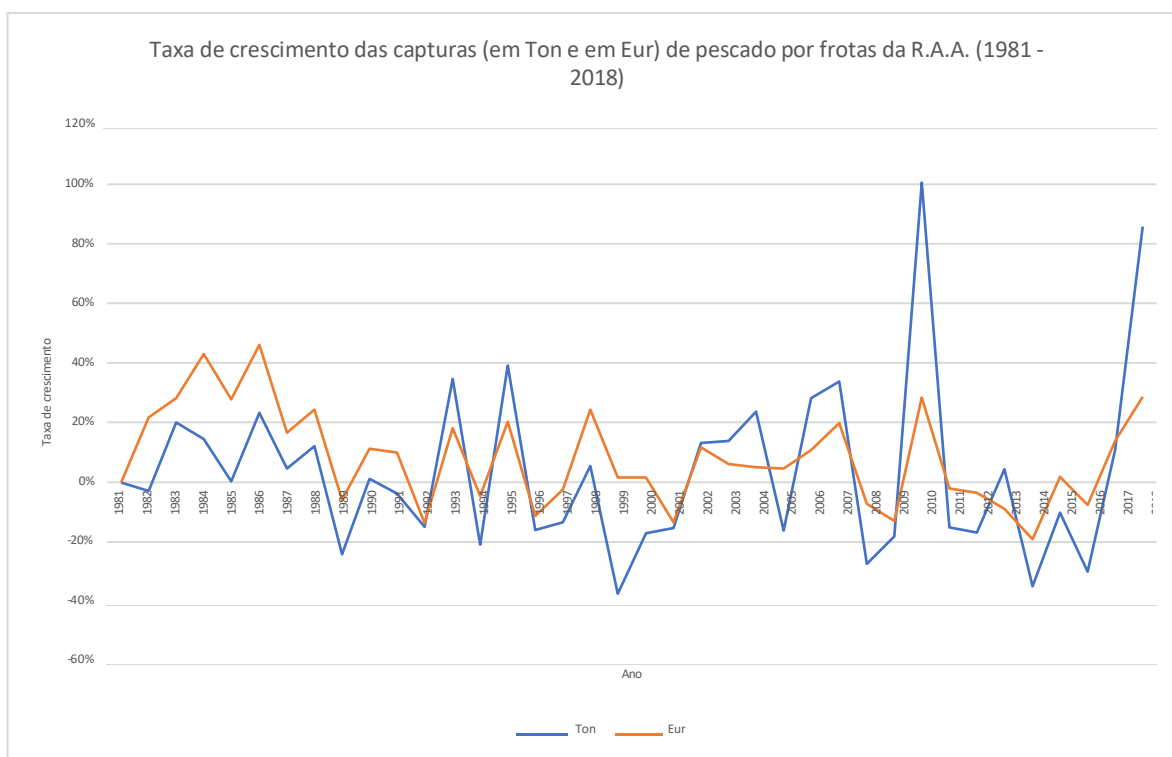


Figura 15: Evolução da Taxa de Crescimento das Capturas de Pescado por frota da RAA em Eur e Ton (1981 – 2018) | Fonte Estatística: SREA (<http://srea.azores.gov.pt>) | Cartografia: Elaboração Própria.

⁴² Foi utilizado o conceito de “receita real” para calcular a taxa de crescimento da receita do setor das pescas da RAA, uma vez que a taxa de crescimento nominal (sem utilização de deflatores) estava fortemente influenciada pela taxa de inflação, originando por isso mesmo, uma taxa de crescimento da receita na ordem dos 1255%.

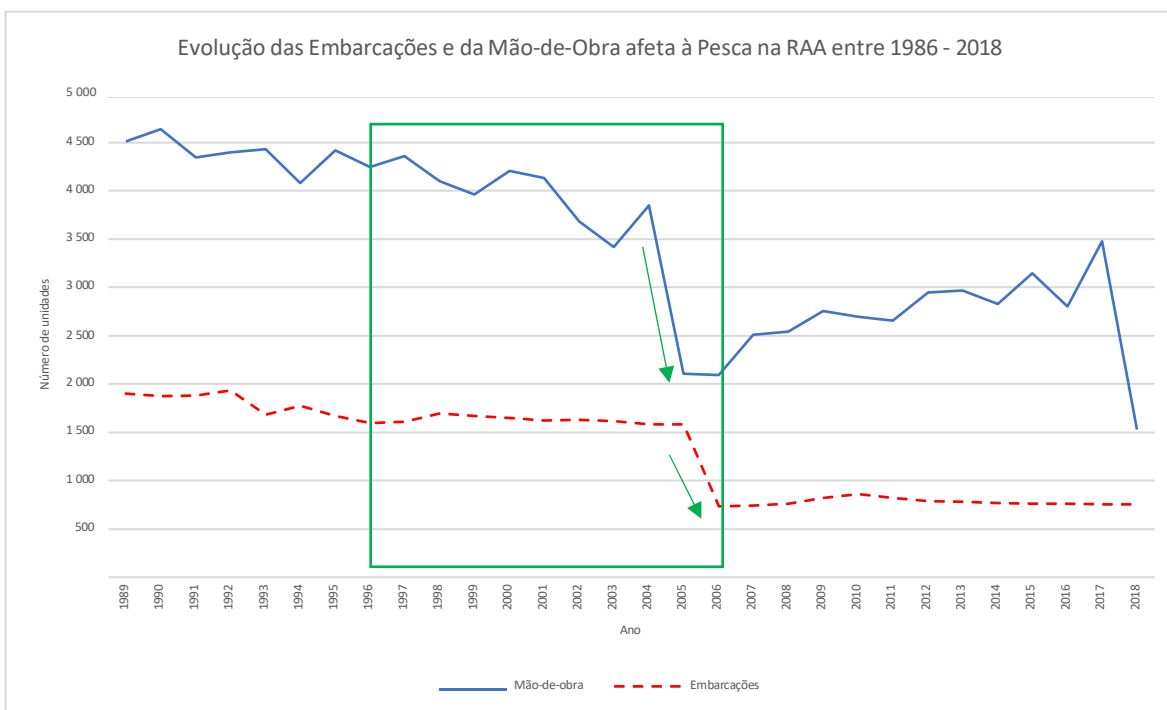


Figura 16: Evolução das Embarcações e da Mão-de-Obra afeta à Pesca na RAA (1986 – 2018) | Fonte Estatística: SREA (<http://srea.azores.gov.pt>) | Cartografia: Elaboração Própria.

Contudo, face às melhorias identificadas por Rodolfo Santos (2017), as embarcações açorianas tornaram-se mais eficientes, acabando por aumentar desde 1986, cerca de 62% o total de capturas média por embarcação, o que permitiu minimizar a “quebra” que este setor tem sofrido na força de trabalho. Nesse sentido, se analisamos a evolução do setor das pescas após a adesão de Portugal à UE (1986), conseguimos constatar que ao contrário da análise anterior, o setor das pescas, fortemente influenciado pela quebra da pesca do atum, diminuiu a quantidade capturada em cerca de 37% o que provocou uma diminuição da “receita real” em cerca de 12%. Esta variação, foi minimizada pelo impacto da variação do preço médio que acabou por sofrer um aumento na casa dos 40%.

Atualmente, a ilha do Pico ocupa o segundo lugar no volume de capturas sendo responsável por quase 22% do total de capturas realizadas na RAA.

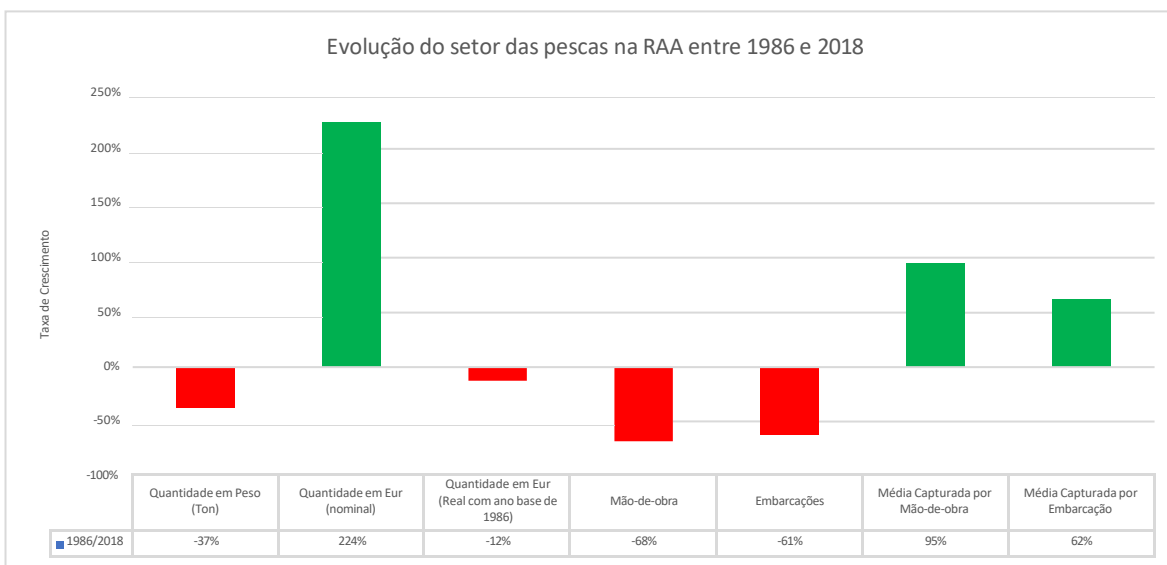


Figura 17: Evolução do Setor das Pescas na RAA (1986 – 2018) | Fonte Estatística: SREA (<http://srea.azores.gov.pt>) | Cartografia: Elaboração Própria.

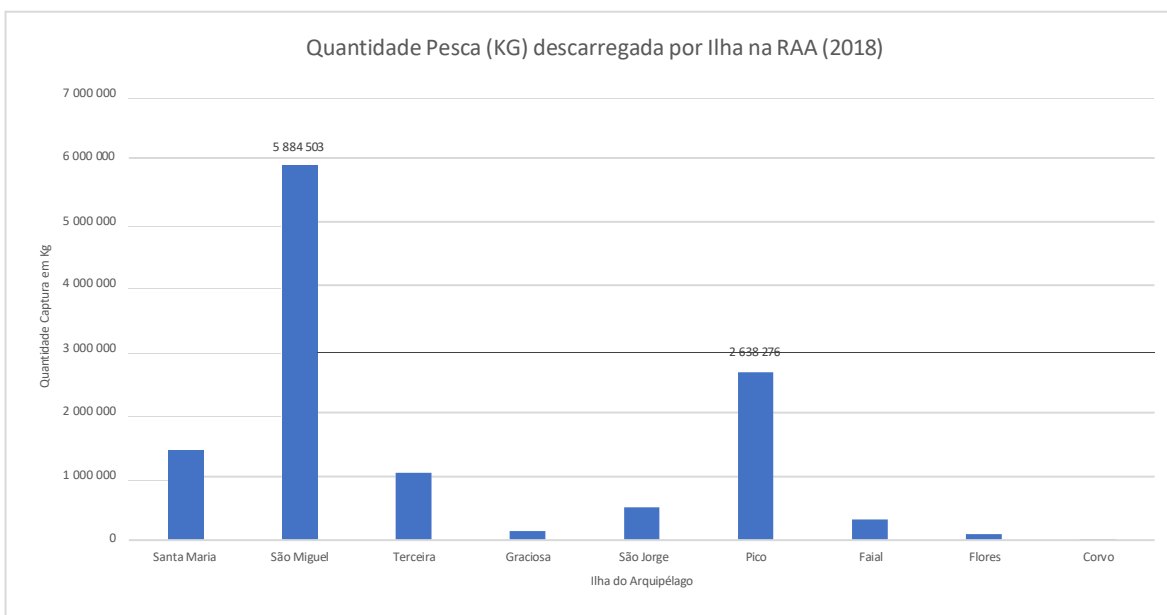


Figura 18: Quantidade de pescado descarregado por Ilha na RAA em 2018 | Fonte Estatística: SREA (<http://srea.azores.gov.pt>) | Cartografia: Elaboração Própria.

No que concerne à produção agrícola, a mesma está intimamente ligada à alteração da paisagem natural açoriana, fruto do desbaste de densos arvoredos, das queimadas e dos arroteamentos que os agricultores foram obrigados a fazer ao longo de vários séculos para tornar os terrenos aráveis. Face às dificuldades de ser um território insular, e da necessidade de promover as monoculturas para fazer face à concorrência dos mercados externos, os

Açores sempre se viram a braços com pragas e doenças que os obrigavam a reorganizar-se constantemente em busca de novas fontes de rendimento que garantissem a continuidade da sobrevivência económica, da geração de riqueza e do emprego (Saconato, 1996) (Queiroz e Alves, 2019). Destas reorganizações, nenhuma conseguiu alcançar a dimensão das produções da laranja e do vinho⁴³, com esta última a gerar um forte impacto económico na região dos Açores. Apesar de inicialmente instalado nas terras férteis das ilhas de São Miguel e da Terceira, a produção do vinho estendeu-se até às ilhas do grupo central em busca de “ambientes” mais apropriados à aclimação das vides, acabando por aparecer no Faial, nas encostas e fajãs de São Jorge e nos Lajidos da Ilha do Pico. Ilhas, cuja geologia “revela[va] uma grande capacidade de produção vinícola” não somente em quantidade como também em qualidade (Menezes, 2010) o que permitiu o aumento do mercado de exportações ao levar consigo o vinho açoriano para os mercados ultramarinos e internacionais⁴⁴ gerando uma rentabilidade amplamente representada pelo rejuvenescimento de toda uma economia que se manteve até ao momento em que a praga da filoxera destruiu todo o projeto⁴⁵ das ilhas centrais (Pico, Faial e São Jorge). Com a impossibilidade quer financeira quer inexecutável da reconversão geográfica das ilhas aos novos modelos de produção europeus, nomeadamente, alteração do uso de métodos tradicionais para métodos de produção em grande escala baseados em princípios agronómicos e científicos como a substituição dos plantios em terrenos declivosos para terrenos baixos e acessíveis, os produtores açorianos, viram-se “amarrados” a apostar nas técnicas tradicionais (mais económicas, mas também menos remuneradas) de cultivo e de preparação do vinho que vinha de geração em geração, mantendo-se ativos através de “uma recorrente e teimosa replantação tradicional com castas americanas e não do aumento da produção em grande escala ou da utilização massiva de novas técnicas e produtos fitossanitários” (Sousa, 2004), passando assim, a produzir um

⁴³ A produção do vinho foi, durante o século XIX, mais precisamente entre os anos 40 e 50, fortemente afetada pela *Vitis vinifera*, uma “doença” que destruiu a maioria das vinhas na ilha do Pico e do Faial, obrigando muitos dos seus produtores a terem que emigrar para o Brasil.

⁴⁴ Humberto Saconato (1996), ao citar Ilhas de Bruma (<http://www.virtualazores.net/historia/oceano.asp>) (Consultado em 4 de dezembro de 2007), refere a existência de “preciosas garrafas de verdejo do Pico no Reino Unido e até na cave de Czars da Rússia”.

⁴⁵ De acordo com Avelino Freitas Menezes (2010), a relevância económica do vinho nas ilhas do grupo central era de tal ordem de importância, que a produção da ilha do Pico, que era exportada através do Porto da Horta para os vários países do mundo, foi justificção bastante para que se construísse uma nova doca na ilha do Faial.

vinho que se apresentava sem muita qualidade para o mercado externo, mas que de certo modo, serviu para manter a economia vitivinícola viva até aos dias de hoje (Serpa, 2008).

A cultura agrícola, tal como hoje a conhecemos, iniciou-se na primeira metade do século XX, altura em que começou também o início do desenvolvimento das indústrias de laticínios, o que de certo modo, incentivou também o aumento das explorações agropecuárias da bovinicultura, em especial, de vacas leiteiras e trazendo consigo um aumento da SAU no que respeita à produção de milho-forragem (Saconato, 1996). Nos últimos anos, as principais produções agrícolas da ilha do Pico corresponderam à cultura da batata, do milho-grão, do vinho e do milho-forragem, que desde 1986 tem aumentado o seu peso na ocupação da SAU. Já em sentido oposto, verificamos que as restantes culturas sofreram uma recessão na ocupação da SAU, sendo a exceção, a produção do vinho que em 2016 conseguiu não só alterar a tendência negativa que já vinha sendo habitual como também ultrapassar a área ocupada pelo Milho-Forragem, chegando atualmente a ocupar cerca de 65,81% do total de ocupação da SAU das principais culturas existentes na ilha do Pico.

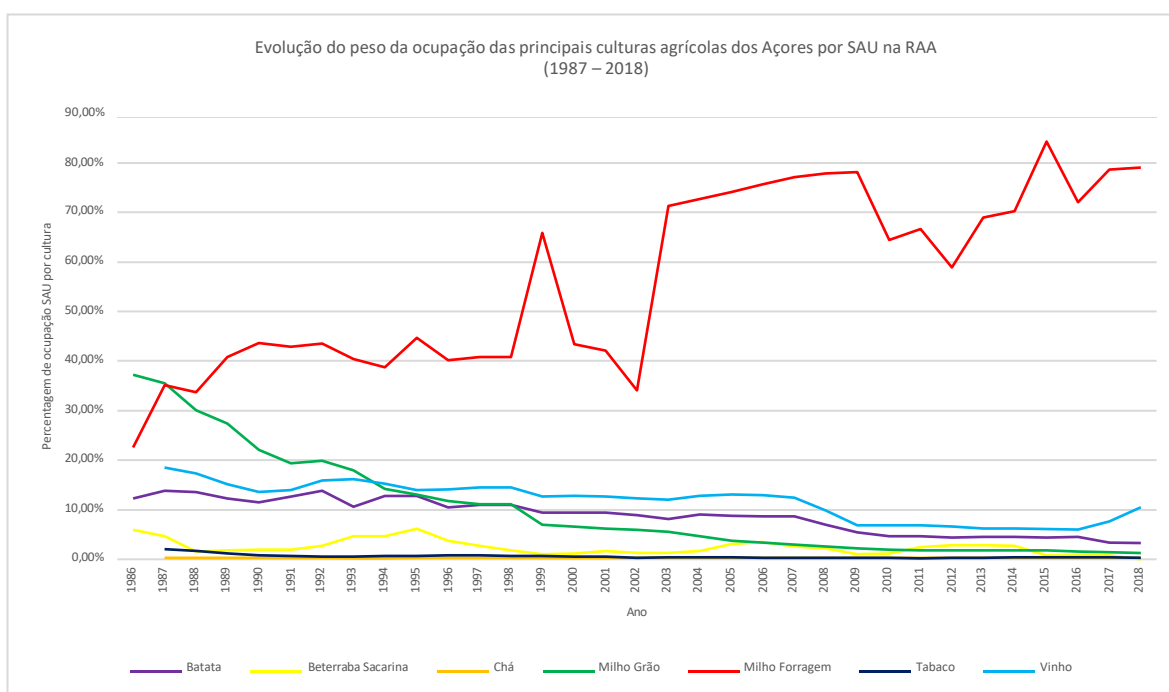


Figura 19: Evolução do peso da ocupação das principais culturas agrícolas dos Açores por SAU (1987 – 2018) | Fonte Estatística: SREA (<http://srea.azores.gov.pt>) | Cartografia: Elaboração Própria.

A ilha do Pico é atualmente o principal produtor vitivinícola de todo o arquipélago sendo responsável por mais de 40% do total da produção de vinho em toda a região açoriana com a “vantagem” deste ser um produto que começa novamente a despertar o interesse dos “mercados internacionais”, verificando-se mesmo, um crescimento fortificado à “reintrodução” deste produto no mercado estrangeiro, apenas possível, não pelo aumento da produção global de uva, mas sim, pelo aumento do número de produtores e da área utilizada para a produção de castas específicas (verdelho, arinto e terrantez) que servem de matéria-prima para os vitivinicultores que se têm dedicado à produção de vinhos brancos, na senda da *«redescoberta de uma tradição e de uma riqueza»*.

1.4.3. Setor Industrial

Apesar da sua reduzida expressão, o setor industrial açoriano esteve sempre muito assente na produção de bens e consumo obtidos por via da transformação de alguma matéria-prima local ou de alguma fonte de energia que fosse mais abundante (Matos, Meneses e Leite, 2008). Até há pouco tempo, os Açores possuíam um “parque industrial” de enorme relevância internacional, onde apesar da sua estreita dependência da agricultura e da sua caracterização artesanal, isto é, fraca mecanização e prática sazonal devido à dificuldade de abastecimento de matérias-primas (João, 1992), mantinham viva a indústria baleeira, a indústria do tabaco, a indústria dos lacticínios, a indústria do álcool e até mesmo, a indústria das conservas. O que de certo modo, permite-nos afirmar que a indústria açoriana esteve sempre fortemente relacionada com o setor agroalimentar.

Da indústria de lacticínios, conseguimos destacar três produtos de grande importância para a RAA, mais precisamente, o leite para consumo, o queijo, e a manteiga. Oriundos da produção de leite cru, os Açores conseguiram em 2018 produzir mais de 145 milhões de Lts de leite para consumo, mais de 31 Ton de queijo e mais de 12 Ton de manteiga.

Do queijo, importa referir o crescimento da sua importância na indústria láctea dos Açores com os queijos de pasta semidura⁴⁶ a assumirem uma maior preponderância ao

⁴⁶ Os queijos de pasta semidura são queijos que se apresentam mais sólidos que os queijos de pasta mole. Maturados por períodos de tempo específicos (mas inferiores aos queijos de pasta dura) através de processos como lavagem, secagem natural e secagem por vácuo ou cera para preservar a humidade e prolongar a sua vida. (Bottini, Leme e Instituto Americano de Culinária, 2015) É nesta categoria que se encontram os queijos de denominações tradicionais como «Ilha» e «São Jorge».

representarem cerca de 90% do total da produção regional, bem como, a sua importância a nível nacional, permitindo que os Açores passassem dos 25% da produção nacional em 1986 para mais de 50% do total da produção nacional em 2018, um crescimento apenas possível pelo ritmo de crescimento médio anual de produção nos Açores de 4,84% face aos 2,49% de crescimento médio nacional. Entre o período de 1986 a 2018, a produção de queijo aumentou 329%.

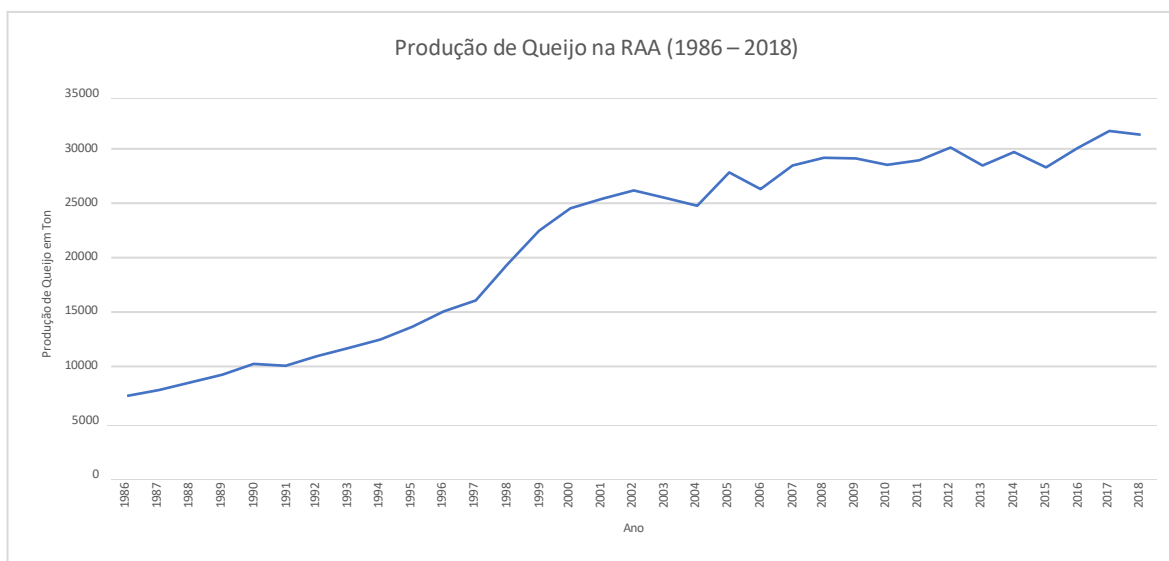


Figura 20: Evolução da Produção de Queijo na RAA (1986 – 2018) | Fonte Estatística: SREA (<http://srea.azores.gov.pt>) | Cartografia: Elaboração Própria.

No caso da manteiga, o peso da sua importância a nível nacional manteve-se na casa dos 38% registando apenas um ligeiro crescimento de 0,89% demonstrando essencialmente uma ligeira superioridade no ritmo de crescimento médio de produção regional de 0,6% quando comparado com o ritmo de crescimento médio anual de produção nacional que se situou nos 4,38%. Este, apesar de ter sido o derivado que menos cresceu, registou mesmo assim um crescimento de 254% durante o período de 1986 a 2018.

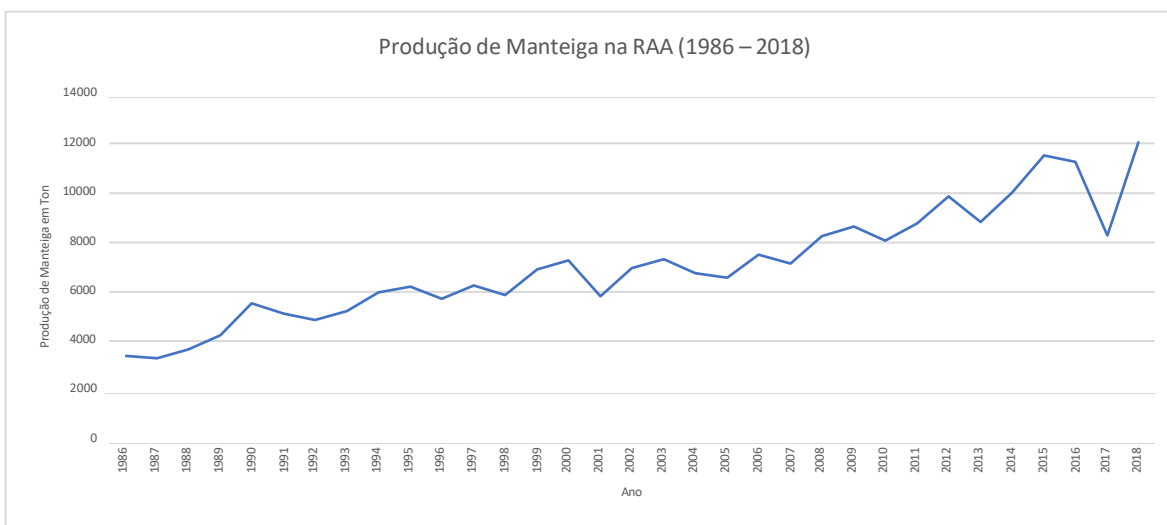


Figura 21: Evolução da Produção de Manteiga na RAA (1986 – 2018) | Fonte Estatística: SREA (<http://srea.azores.gov.pt>) | Cartografia: Elaboração Própria.

Já no leite para consumo, isto é, leite pasteurizado e leite U.H.T., verificou-se um crescimento na sua produção entre 1986 e 2018 de 513%, o que vai de encontro ao ritmo do crescimento da produção de leite entregue em fábrica. Esta “relação direta”, é explicada essencialmente pelo facto de a produção de leite para consumo ainda representar cerca de 75% da “transformação” do leite cru (INE, 2015).

Na ilha do Pico existem várias unidades fabris associadas a este setor, sendo a maior unidade industrial a Cooperativa Leite Montanha que se situa no concelho das Lajes do Pico, assumindo-se por isso mesmo como a de maior relevo e a que mais população emprega.

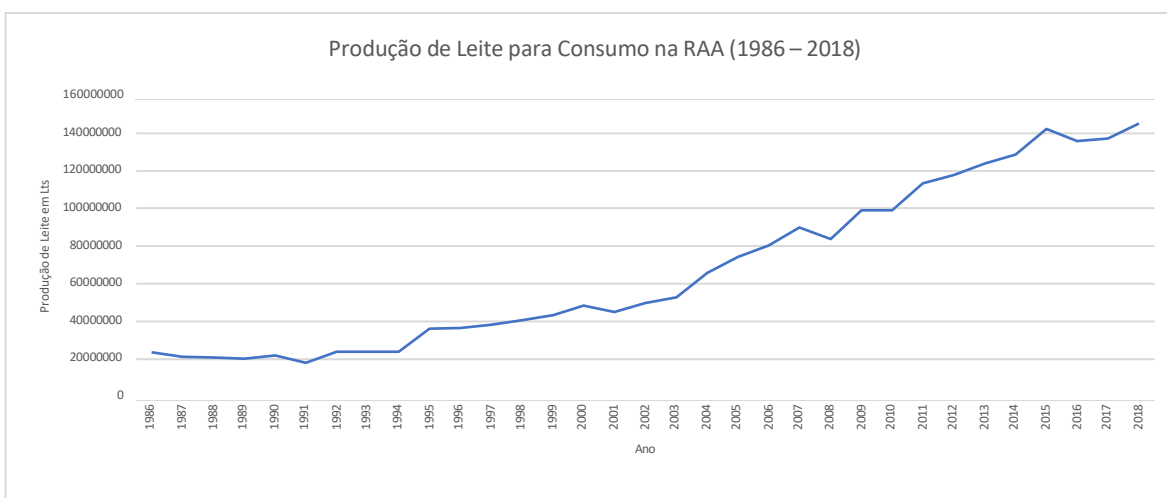


Figura 22: Evolução da Produção de Leite para Consumo na RAA (1986 – 2018) | Fonte Estatística: SREA (<http://srea.azores.gov.pt>) | Cartografia: Elaboração Própria.

A indústria conserveira aparece no início do século XX através da instalação na ilha de São Miguel da unidade fabril da Sociedade Corretora, contudo, é durante a segunda metade do século XX que esta atividade se desenvolveu, com os investidores a “fugirem” da região sul e a procurarem os Açores como alternativa à crise económica que se vinha instalando na indústria conserveira nacional (principalmente pela diminuição das exportações e acumulação de stocks)⁴⁷ (Costa, 2013). Os Açores, apesar do impacto positivo que as conserveiras tiveram desde a década de 30, com um maior enfoque na constituição de novas indústrias na década de 60, tem vindo a verificar uma diminuição do seu peso na economia açoriana por culpa dos sucessivos encerramentos das suas unidades fabris. (All From Azores, [s.d.]). A Ilha do Pico, que chegou a ter 4⁴⁸ indústrias conserveiras em atividade, encontra-se neste momento sem nenhuma indústria a laborar. A primeira grande indústria conserveira, a Empresa de Conservas do Pico, Lda., situava-se nas Lajes do Pico e foi constituída em 1945 pela mão de um empresário “jorgense” que construiu na Ribeira do Meio a única fábrica de laborava conservas de peixe enlatado em óleo e azeite, faliu nos finais dos anos 60 após apresentaram dificuldades financeiras. Esta empresa, era uma das maiores empregadoras não apenas do concelho das Lajes do Pico, mas também da própria ilha do Pico. A Tunapesca (União dos Armadores Açoreanos da pesca do atum - S. A. R. L) surge no ano de 1965 em São Roque do Pico, através de um projeto conjunto por parte dos armadores da pesca de tunídeos da Ilha do Pico que tinham como objetivo a defesa da sua atividade que vinha a sofrer uma forte exploração por parte das fábricas conserveiras de atum das restantes ilhas açorinas. Em 1979, por motivos de dificuldades financeiras e após 3 anos de interrupção da sua atividade, a Tunapesca aumentou o seu capital social com a entrada de novos parceiros (a Empresa de Pescas de Aveiro, a Testas & Cunha e a Empresa de Pescas de São Jacinto), mesmo assim não resistiu e acabou mesmo por falir em 1984. A Cofaco, que vinha em busca de mercados mais atrativos, entrou na ilha do Pico ao adquirir a empresa

⁴⁷ De acordo com José Carlos Vasques ([s.d.]), citado por Costa (2013), «*No final dos anos 1970 do século XX, com o início do declínio das pescas, a existência de uma rede de funcional de frio e a diminuição comercial das conservas nacionais nos mercados estrangeiros, levou a que muitas fábricas de conserva encerrassem no sul de Portugal*», e ao não ser tão rentável como anteriormente, muitas fábricas alteraram as suas instalações para regiões onde existiam perspetivas mais atrativas.

⁴⁸ Dos registos existentes, podemos encontrar quatro indústrias registadas, nomeadamente, a Campos, Salema e Melo na Madalena (empresa oriunda da Ilha do Faial), a Empresa de Conservas do Pico Lda. na Lajes do Pico (cujos sócios eram originários da Ilha de São Jorge), a Tunapesca (São Roque do Pico) e a COFACO que em 1962 adquiriu a atividade da empresa Campos, Salema e Melo na Madalena.

Campos, Salema e Melo Lda. em 1962 e tornou-se num dos maiores empregadores da Ilha do Pico possuindo no seu quadro de pessoal mais de 300 funcionários e na sua maioria mulheres. Trouxe consigo ramos de especialização profissional como eletricitas, torneiros e administrativos e laboravam mais de 5 mil toneladas por ano. Em 2018, a COFACO com a promessa da sua reabertura, encerrou a última fábrica que ainda funcionava na ilha do Pico⁴⁹ e que representava cerca de 3% dos postos de trabalho locais. À imagem do que a COFACO representava para a ilha do Pico, encontra-se a Indústria de Santa Catarina que é o maior empregador da ilha de São Jorge, motivo que levou o GRA a adquirir a empresa após esta decretar a sua falência em 2009, passando esta a fazer parte da Lotaçor. As mulheres, também aqui desempenham um papel importante ocupando a maioria dos postos de trabalho de produção na fábrica (Costa, 2013). Segundo o Secretário Regional Gui Menezes, a indústria conserveira regional «*emprega cerca de 900 trabalhadores e possui um volume de negócio anual superior a 70 milhões de euros*» que são “provenientes” da laboração de mais de 20 Ton de atum (Sá, [s.d.]).

Tal como já referido anteriormente, a indústria do atum veio progressivamente substituir a indústria baleeira que até aos anos 1960 era o pilar da indústria regional, tendo o “negócio da baleia” sofrido uma transição para o setor terciário durante os anos 80’s, mais precisamente com a proibição da caça à baleia e o aparecimento do Whalewatching.

1.4.4. Setor Terciário

A economia insular do Setor Terciário (Turismo e Serviços) é a indústria mais recente da RAA, uma indústria caracterizada pela exaltação do imaginário e pelo exercício do fascínio especial a quem observa do exterior (Cunha e Jacinto, 2013). Os Açores, assumem como produto central o Turismo de Natureza, ou seja, um turismo que apesar de não reunir consenso quanto à sua definição, assume alguns pontos de concordância ao que concerne à sua conceção, nomeadamente, no facto de ser um «*produto turístico composto por estabelecimentos, atividades e serviços de alojamento e animação turística e ambiental*»

⁴⁹ No momento do encerramento da fábrica da Cofaco na ilha do Pico, o Conselho de Administração da empresa, comprometeu-se a construir uma nova fábrica que permitisse tornar a empresa mais eficiente e competitiva, tendo-lhe sido aprovado um apoio a fundo perdido proveniente dos apoios comunitários à economia. Na altura, a Cofaco despediu 162 trabalhadores e geraram a destruição de mais de 300 postos de trabalho indiretos. Atualmente existe em curso um processo de aprovação de instalação de uma nova unidade fabril no concelho da Madalena.

realizados e prestados em zonas integradas na rede nacional de áreas protegidas, ou noutras áreas com valores naturais, desde que sejam reconhecidas como tal pelo ICNB (atual ICNF)»⁵⁰, ou, tal como descreve Silva (2013), um turismo «constituído por qualquer tipo de turismo que consista na visitação de territórios predominantemente naturais com objetivo de apreciar e usufruir da natureza, ou na prática de atividades e experiências diretamente relacionadas com os recursos naturais».

Contudo, e até há bem pouco tempo, o turismo ocupava um lugar muito secundário no que respeita ao seu peso nas atividades económicas açorianas e que era por isso mesmo caracterizado pela existência de poucas unidades hoteleiras, especialmente localizadas nas antigas capitais de distrito. As pequenas unidades (pensões), eram especialmente utilizadas por residentes açorianos que as utilizavam em deslocações motivadas maioritariamente por razões de saúde.

Atualmente, o setor do turismo, apesar das dificuldades geradas pela dispersão geográfica existente no arquipélago e pela deficitária oferta de transportes aéreos e marítimos que gera uma dificuldade de locomoção entre ilhas e entre estas e os territórios continental e internacional, tem assumido cada vez mais destaque pela sua centralidade atlântica permitindo-lhe tornar-se num território “acessível” aos turistas provenientes do continente americano, africano e europeu, o que aliado à qualidade dos recursos naturais existentes, origina uma perspetiva de crescimento capaz de contribuir significativamente para o crescimento do PIB e da criação de emprego direto e indireto. Segundo o estudo econométrico de Cordeiro (2017), o setor do turismo permite um aumento de aproximadamente 2 milhões euros no PIB e cerca de 19 postos de trabalho por cada 5000 novos passageiros (turistas) desembarcados na região.

De acordo com o PEMTA, a atividade turística nos Açores tem vindo a ganhar uma importância cada vez maior não só na economia regional como também no panorama nacional, o crescimento “constante” do número de hóspedes, o crescimento do volume de dormidas e o crescimento do contributo do “mercado estrangeiro” face ao contributo do “mercado nacional” são indicadores que tendem a sustentar a afirmação de Cordeiro (2017) quanto à potencialidade deste setor económico para a RAA.

⁵⁰ Definição apresentada pelo Turismo de Portugal e ICNF através de Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de fevereiro e de Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de maio.

Utilizando a definição de turismo pelo ICNB, podemos assim analisar o setor do turismo nos Açores através de três grupos de atividades, nomeadamente, o alojamento, a restauração e a animação turística.

No caso dos alojamentos turísticos, existem três grandes grupos que se distinguem na oferta açoriana, nomeadamente, o Turismo em Espaço Rural, o Alojamento Local e a Hotelaria Tradicional. Segundo a SREA, em 2018, a ilha de São Miguel era responsável por cerca de 61% do total de hóspedes turísticos sendo a ilha do Pico responsável por pouco mais de 6%. No número total de dormidas e de estadia média, São Miguel é responsável por mais de 66% das dormidas com uma média de 3,3 noites por hóspede, sendo a ilha do Pico responsável por apenas 5,8% das dormidas com uma média de 2,9 noites por hóspede.

A ilha do Pico entre 1986 e 2018 verificou uma evolução do alojamento turístico na ordem dos 138% no que refere à capacidade de alojamento, dos 915% no total de dormidas, dos 828% no número de hóspedes e de mais de 3000% no número de estabelecimentos.

No caso dos Estabelecimentos Turísticos em Atividade, a ilha do Pico apresenta três períodos distintos. Um primeiro período que dura até 1998 onde a criação de novos estabelecimentos é inexistente, um segundo período entre 1998 e 2014 em que a criação de novos estabelecimentos turísticos surge a uma média anual de 2,62 estabelecimentos por ano e um terceiro período que ocorre após 2014 com uma média anual de novos estabelecimentos turísticos de 43,2 estabelecimentos novos por cada ano.

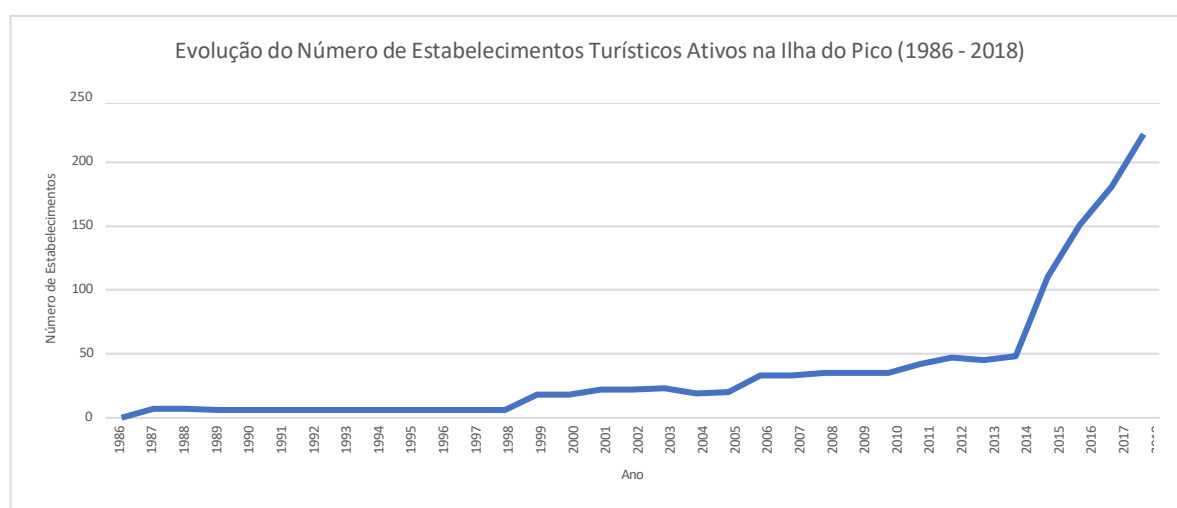


Figura 23: Evolução do Número de Estabelecimentos Turísticos Ativos na Ilha do Pico (1986 – 2018) | Fonte Estatística: SREA (<http://srea.azores.gov.pt>) | Cartografia: Elaboração Própria.

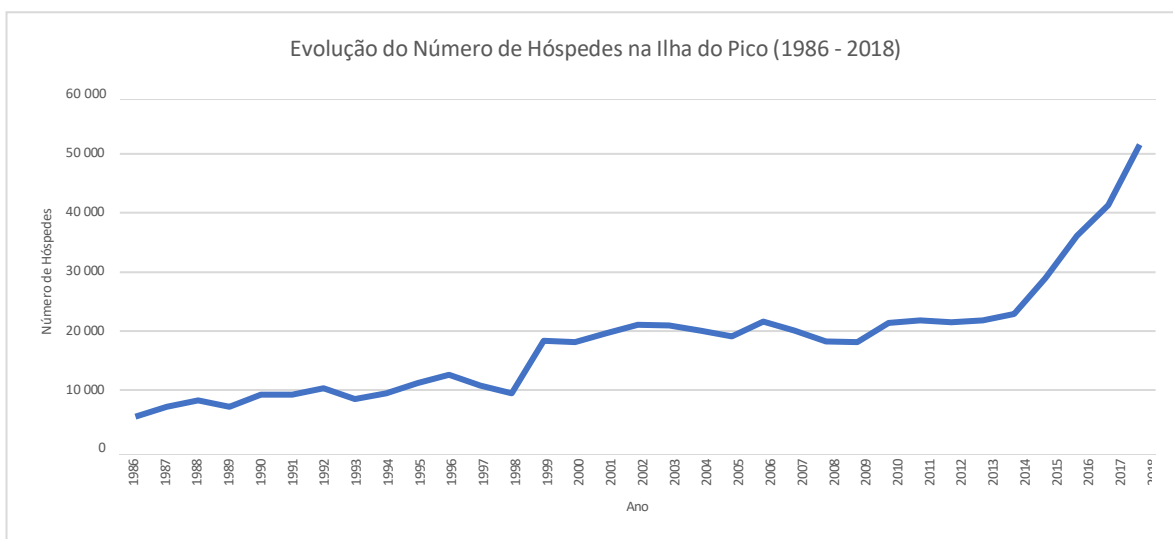


Figura 24: Evolução do Número de Hóspedes na Ilha do Pico (1986 – 2018) | Fonte Estatística: SREA (<http://srea.azores.gov.pt>) | Cartografia: Elaboração Própria.

No caso do número de hóspedes, a ilha do Pico volta a apresentar uma taxa de crescimento superior à média da RAA, num valor aproximado de 828%, isto é, a uma média de 8,8% ao ano. No panorama açores, o crescimento surge na ordem dos 777%, ou seja, uma média de 7,5% ao ano. Também aqui, é possível verificarmos três períodos distintos que ocorrem precisamente no mesmo espaço temporal, o primeiro, até 1998, onde a média de crescimento é de 5,9% ao ano, o segundo, entre 1998 e 2014, onde a média de crescimento é de 7,5% e o terceiro momento, que surge depois de 2014, sendo este o período que apresenta a maior média de crescimento num valor de 22,6% ao ano. O mesmo acontece com a evolução do Número de Dormidas na Ilha do Pico, apresentando uma média de crescimento

anual de 6,1% no primeiro período, de 8,44% no segundo período e de 23% no terceiro período.

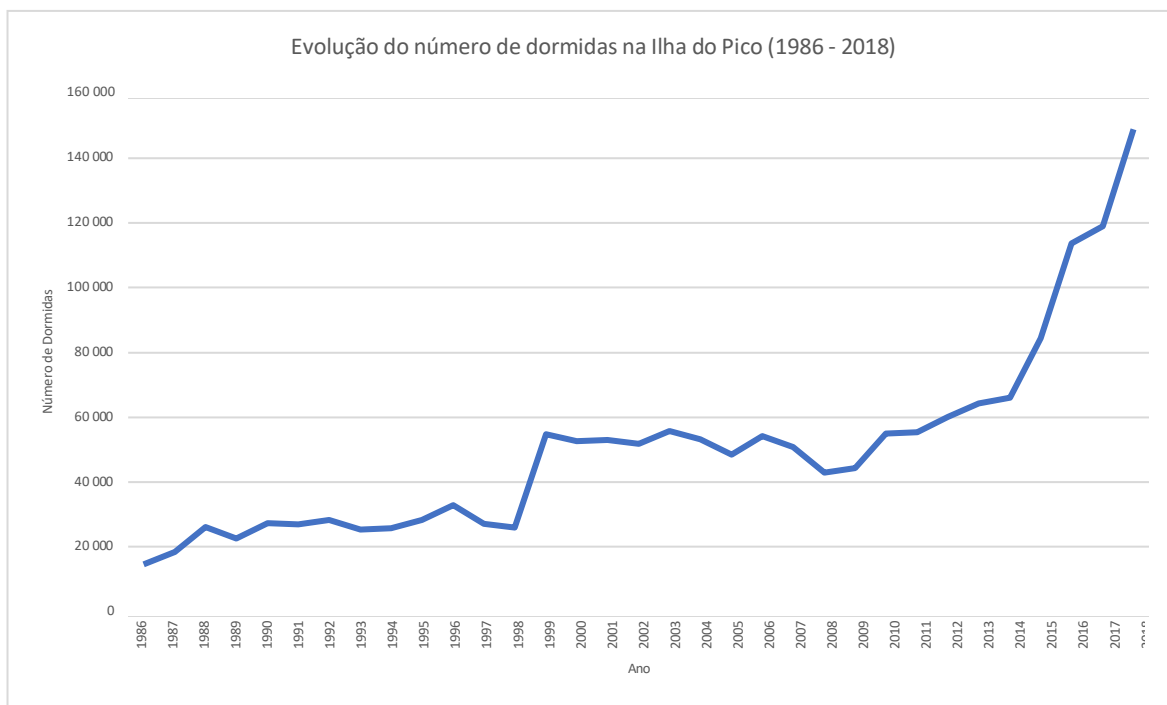


Figura 25: Evolução do número de Dormidas na Ilha do Pico (1986 – 2018) | Fonte Estatística: SREA (<http://srea.azores.gov.pt>) | Cartografia: Elaboração Própria

A capacidade de alojamento, apesar do seu crescimento, apresenta-se por sua vez mais inconstante durante os padrões anteriores, verificando-se mesmo duas quebras abruptas nos períodos entre 2006 e 2009 e entre 2013 e 2014.

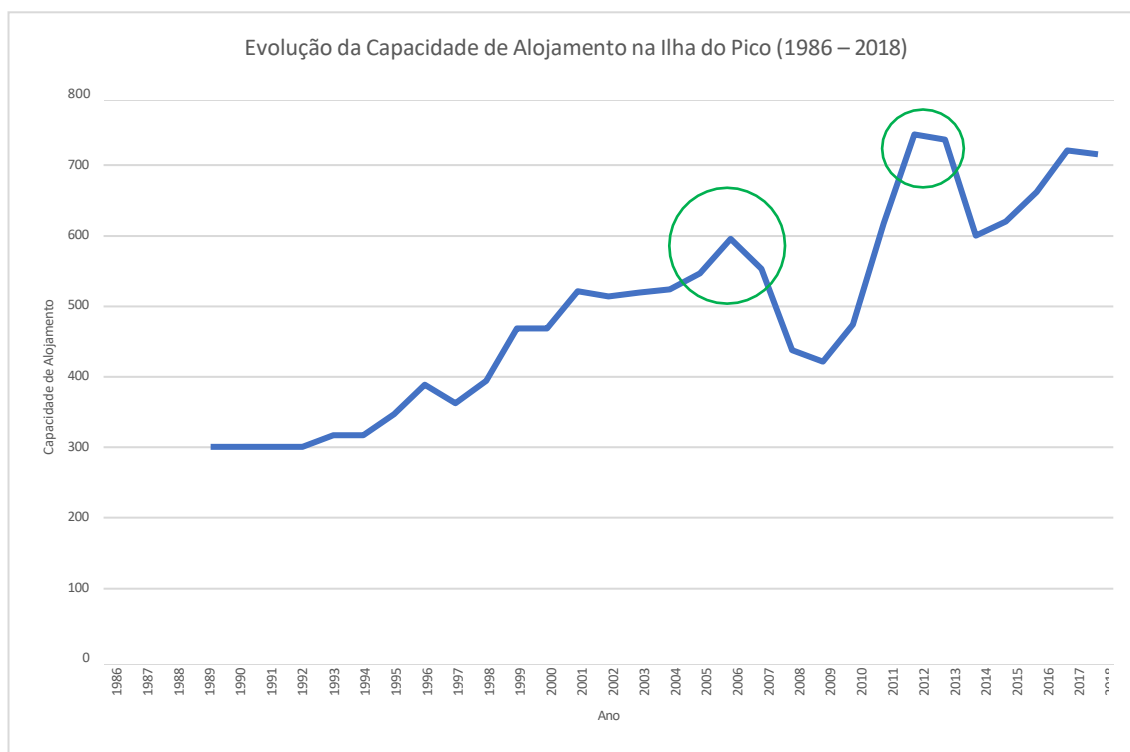


Figura 26: Evlução da Capacidade de Alojamento na Ilha do Pico (1986 – 2018) | Fonte Estatística: SREA (<http://srea.azores.gov.pt>) | Cartografia: Elaboração Própria.

Uma das mais marcantes atividades económicas nos Açores é a observação de cetáceos, uma experiência marítimo-turística que é por si só já uma imagem de marca do turismo açoriano. O “Whalewatching”, originou a transformação de uma economia que existia há mais de 250 anos, a baleação, não minimizando, mas sim aumentando o impacto que a “economia da baleia” tinha para a região. Por isso mesmo, esta atividade foi considerada pelo GRA como uma atividade de enorme interesse económico e de importância social para a região (Governo dos Açores, [s.d.]). Iniciada em 1989, esta atividade está fortemente aliada à atividade de observação de aves marinhas, mergulho costeiro com golfinhos, tubarões e jamantas e constitui por isso mesmo, uma verdadeira oferta turística regional no setor terciário.

A ilha do Pico, a par da ilha Terceira, é responsável por 13% do total das empresas de atividades turísticas e marítimo-turísticas da região que geraram desde 2012, direta e indiretamente, cerca de 60 milhões de euros por ano de volume de negócios (Carreira e Porteiro, 2015), num total de 14 empresas. O Pico, assume por si só também especial destaque neste setor por ser a ilha impulsionadora do Whalewatching tornando-se na primeira ilha a ter uma empresa marítimo-turística nos Açores⁵¹ de observação de cetáceos, ainda para mais, por ter sido constituída numa altura em que os Açores viam ser-lhes proibido continuar a praticar a caça à baleia, uma das principais atividades económicas e sociais dos Açores.

1.4.5. Economia Regional

O Produto Interno Bruto da Região⁵² (Açores) foi em 2018 cerca de 4 285 milhões euros o que representa cerca de 2,09% do total do Produto Interno Bruto Nacional, sendo este valor, a representação de um crescimento mesmo que residual do peso dos Açores nas contas Nacionais, e que de acordo com os dados recolhidos na SREA, aumentou cerca de 2,6 vezes quando comparado com o PIB da Região em 1980. Este crescimento, que aponta para uma melhoria da economia regional, é medido através da contribuição do VAB, onde o setor terciário assume o maior peso da sua formação tendo em 2017 representado cerca de 79% do total da região.

⁵¹ A primeira empresa marítimo-turística de “Observação de Cetáceos”, Espaço Talassa, foi instalada em 1989 no concelho das Lajes do Pico, ilha do Pico, por Sérgio Viallalle e João Vigia.

⁵² A série de dados relativos ao PIB dos Açores apresenta um hiato nos anos anteriores a 1995 e posteriores a 1996 resultantes da mudança metodológica dos serviços estatísticos no cálculo do PIB, pelo que valores anteriores a 1994 são calculados com estimativas do SREA. Importa referir também que o INE determina que de 5 em 5 anos as contas sejam reavaliadas em função dos novos métodos, conceitos e fontes estatísticas utilizadas (Parlamento Europeu, 2013).

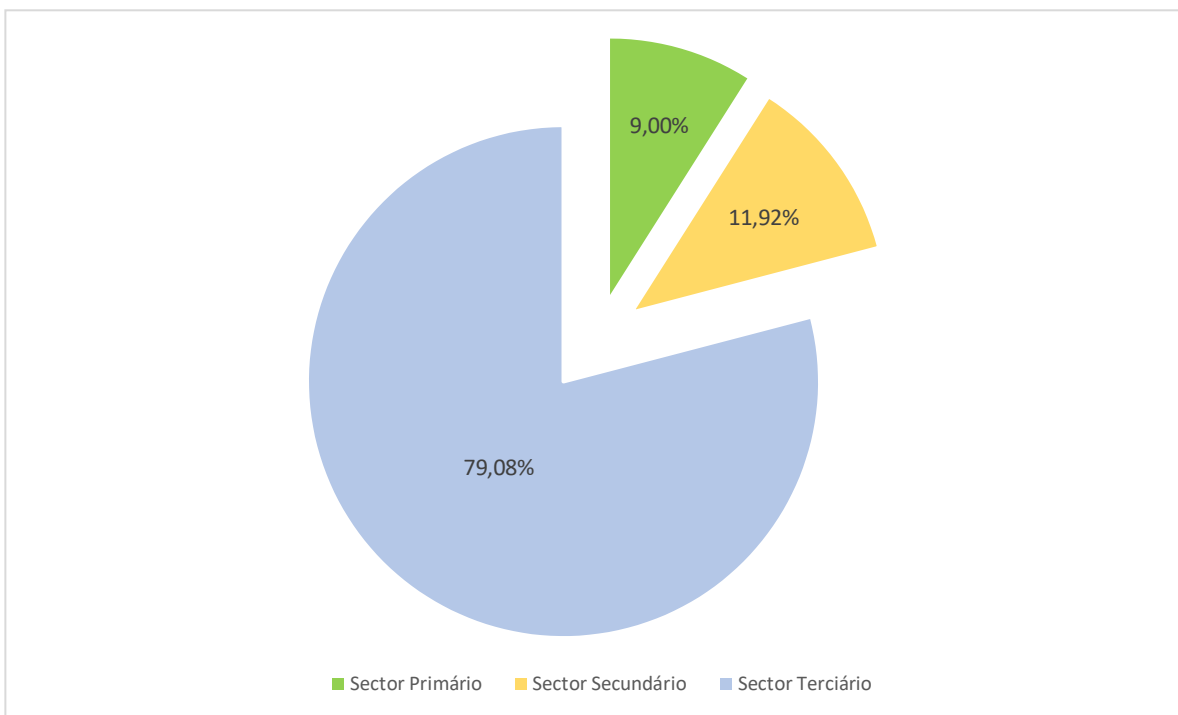


Figura 27: Estrutura Económica dos Açores por Setores (% VAB - 2017) | Fonte Estatística: <https://srea.azores.gov.pt/> | Cartografia: Elaboração Própria.

Se compararmos a estrutura económica dos Açores entre 1995 e 2017, verificamos um incremento do peso do setor terciário face ao VAB Açores em cerca de 5 pontos percentuais, passando dos 74% em 1995 para os 79% em 2017. Inversamente, encontra-se o setor secundário (indústrias) que vê no mesmo período uma redução do seu peso no VAB em cerca de 3 pontos percentuais, passando dos 15% para um valor aproximado de 12%. Este setor, é segundo Massot (2015), constituído principalmente pelos setores industriais agroalimentar e de transformação florestal, predominando nas indústrias agroalimentares, os matadouros, as indústrias leiteira e a indústria cervejeira. Já em contrapartida, o setor primário, fortemente influenciado pela produção animal, manteve-se praticamente inalterado, permanecendo na casa dos 9%. O aumento verificado no setor terciário através da figura 12, é fruto principalmente do impacto do aumento do setor do turismo no PIB Regional e no mercado emprego, onde, segundo o estudo elaborado por Cordeiro (2017), assume um fator multiplicador que permite que um “aumento de 1% do turismo contribu[a] para o aumento do PIB regional em 0,31%, [e que um] (...) crescimento de 1% no PIB da Região contribua em 0,11% para a criação de emprego”, levando o autor a assumir que por cada

5000 novos turistas desembarcados na região, o PIB açoriano deveria crescer cerca de 2 milhões de euros permitindo por consequência a criação de 19 novos postos de trabalho.

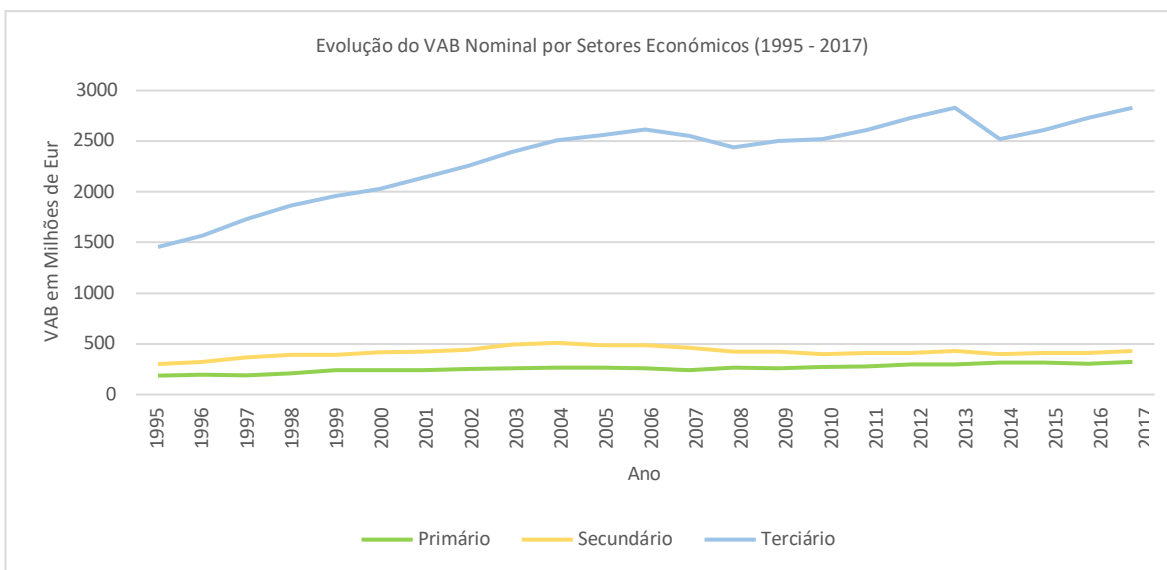


Figura 28: Evolução da Estrutura Económica dos Açores por Setores (VAB Nominal 1995 - 2017) | Fonte Estatística: <https://srea.azores.gov.pt/> | Cartografia: Elaboração Própria.

Importa também tentar compreender a real evolução do VAB regional, e para isso, torna-se essencial analisar o VAB calculado com uma base comum que neste caso optou-se por ser o ano 1986, ano em que Portugal entrou na UE. Desta forma, ao excluirmos das contas a taxa de inflação analisamos o real crescimento da economia.

Assim, de acordo com a figura 13, podemos verificar que o crescimento do VAB do setor terciário cresceu cerca de 23% ao invés dos cerca de 94% representados na figura 12, estando inclusivamente abaixo do valor registado em 2004 em cerca de 10%. O setor secundário apresenta uma queda ainda mais acentuada, estando mesmo abaixo dos valores registados em 1995 em cerca de 10%. Já o setor primário, regista no mesmo período um ligeiro crescimento na ordem dos 9%, mantendo o VAB nominal praticamente inalterado.

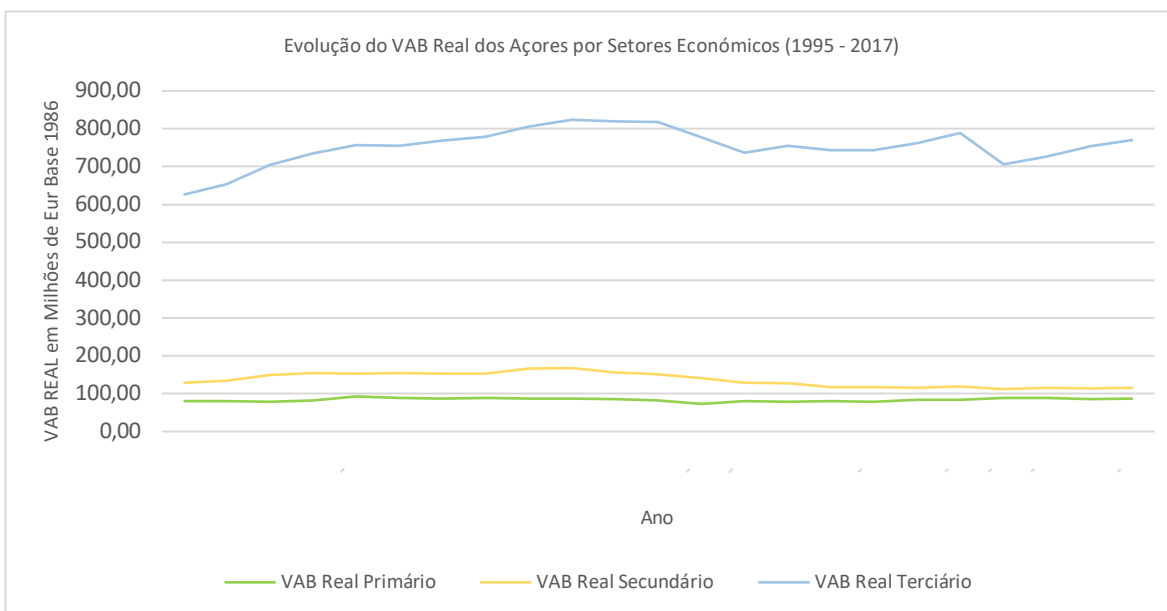


Figura 29: Evolução da Estrutura Económica dos Açores por Setores (VAB Real 1995 - 2017 com base 1986) | Fonte Estatística: <https://srea.azores.gov.pt/> e INE | Cartografia: Elaboração Própria.

É certo, que a “pequena, fechada e isolada” economia açoriana apresentou nestes últimos 40 anos alguns sinais de mudança que se encontram representados principalmente pela evolução do PIB Regional Nominal que cresceu a uma impressionante média anual de 58,62%. Contudo, quando analisamos o PIB Real nesse mesmo período, percebemos que a média anual é bem mais inferior, representando apenas um crescimento médio anual de 3,31%. Aliás, de acordo com a figura 14 e 15, é possível mesmo verificar que o PIB Real Regional logo após a adesão de Portugal à UE (1987 e 1988) verificou uma queda anual na ordem dos 0,7% tendo a partir daí iniciado um crescimento constante que durou até 2009, altura em que a economia regional voltou a sofrer uma quebra. Entre 2009 e 2011, o PIB Real Regional caiu cerca de 8%, tendo apenas voltado ao crescimento sustentado em 2014. Importa também referir que o período entre 2009 e 2013 foi um período marcado pelos efeitos da crise do mercado hipotecário, *subprime*, que teve início nos Estados Unidos da América em 2007 e que obrigou a um abrandamento económico acompanhado de despedimentos em 2010 e 2011 que elevaram a taxa de desemprego para 17%, três vezes mais do que a taxa de desemprego registada em 2004 (Azevedo, 2013).

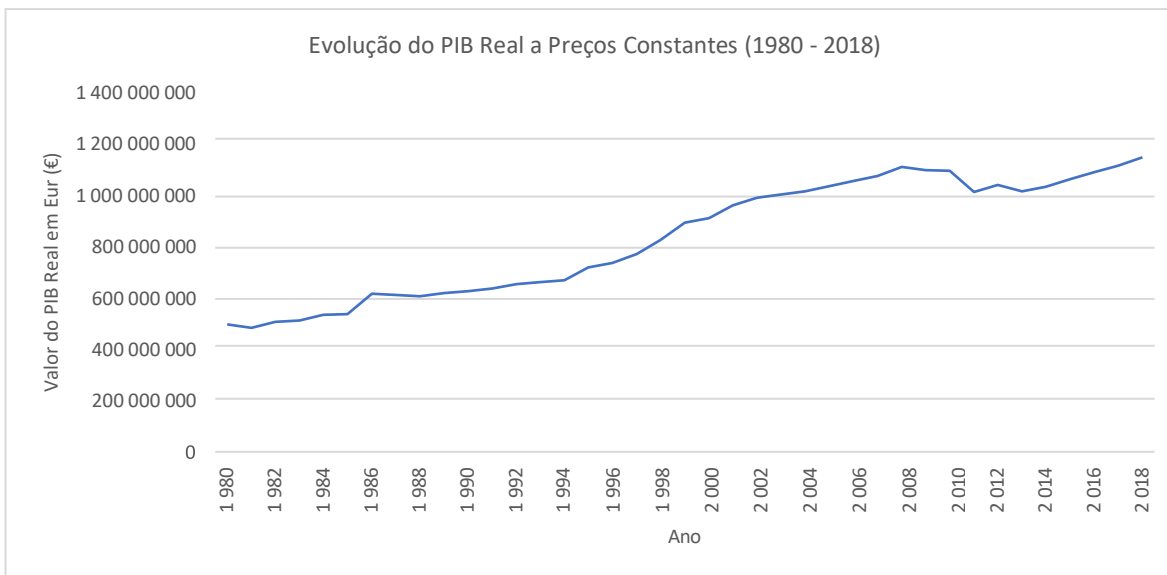


Figura 30: Evolução do PIB Regional Real a Preços Constantes entre 1980 e 2018 (base 1986) | Fonte Estatística: <https://srea.azores.gov.pt>, INE e Economia Não Registada na RAA (2013) | Cartografia: Elaboração Própria

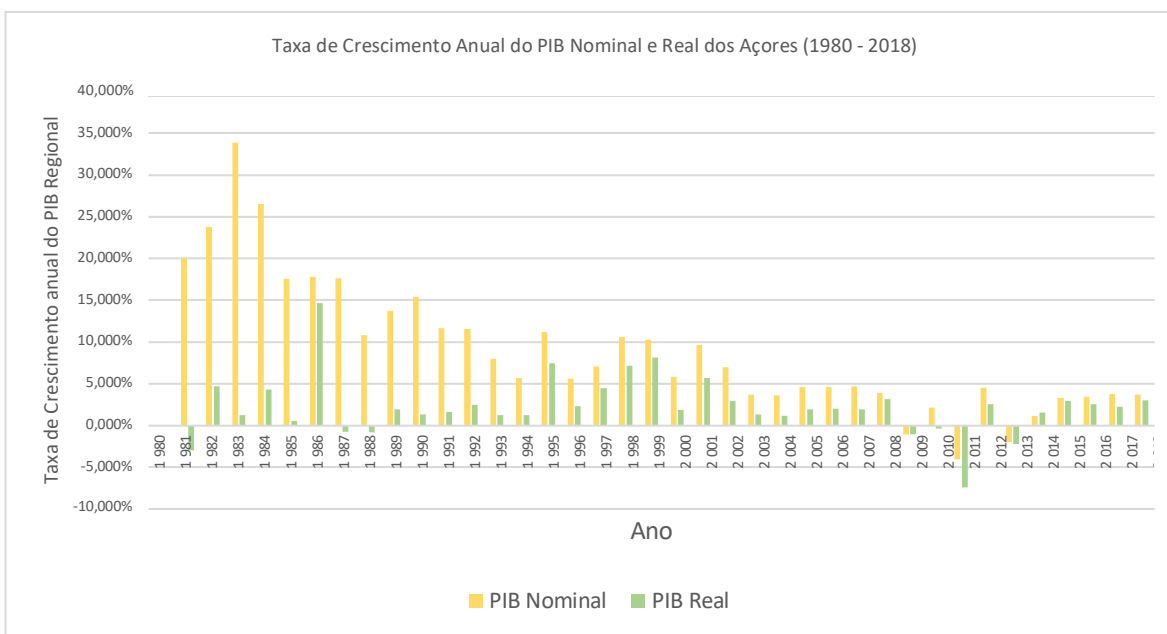


Figura 31: Taxa de Crescimento do PIB Regional Nominal e Real entre 1980 e 2018 com base a 1986 | Fonte Estatística: <https://srea.azores.gov.pt>, INE e Economia Não Registada na RAA (2013)⁵³ | Cartografia: Elaboração Própria

⁵³ Os valores utilizados do PIB entre 1980 e 2018 foram construídos com a seguinte base, entre 1980 e 2018 com séries estatísticas anuais do Serviço Regional de Estatística dos Açores, entre 1980 e 1994 através da transformação de escudos em euros utilizando o câmbio de 220,482 escudos. Contudo, e uma vez que existe uma quebra na série em 1995, que tal como refere Afonso *et al.* (2013), pode ser consequência da introdução do Sistema Europeu de Contas (SEC95), utilizou-se as estimativas do mesmo autor para os anos de 1980 a

Capítulo II - Fundos Estruturais

Os Fundos Comunitários, nomeadamente o FEDER, o FSE, FEOGA, IFOP e o Fundo de Coesão, são instrumentos de apoio financeiro que integram a componente de Despesa do Orçamento Comunitário e são instituídas pela UE para capacitar os Estados Membros de condições para execução de políticas como a Política Agrícola Comum, a Política Comum das Pescas, a Política Social ou mesmo a Política de Coesão. A sua repartição, no que confere à despesa pelas rúbricas, é calculada e determinada em função dos “eixos” político-prioritários da UE, encontrando-se limitada por um acordo plurianual entre o Parlamento Europeu, o Conselho de Ministros e a Comissão Europeia, através dum quadro financeiro plurianual que tende a indicar a amplitude máxima e a composição das despesas previstas por parte da Comunidade Europeia.

2.1. Fundos Comunitários

Dos cinco fundos já referidos, importa salientar os seus objetivos à luz dos regulamentos que os compõem:

i. **Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)⁵⁴:**

O FEDER tem como objetivo o *reforço da coesão económica e social, corrigindo os principais desequilíbrios regionais através do apoio ao desenvolvimento e ao ajustamento estrutural das economias regionais, incluindo, a reconversão das regiões menos desenvolvidas, e do apoio à cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional.*

1994, mais precisamente, através do ajustamento polinomial de terceiro grau com base nos dados de 1995 a 2010 para 1994 e para o período entre 1980 e 1993 através da estimação feita com base nas taxas de crescimento da série em escudos.

⁵⁴ De acordo com artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 1080/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 05 de julho de 2006.

ii. Fundo Social Europeu (FSE) ⁵⁵:

O FSE tem por objetivo o *reforço da coesão económica e social através da melhoria do emprego e das oportunidades de emprego, promovendo a inclusão social e a redução das disparidades de emprego a nível nacional, regional e local.*

iii. Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA)⁵⁶:

O FEOGA que compreendia duas seções: a Garantia (FEOGA – G) e a Orientação (FEOGA – O), deu origem a dois novos fundos, o FEAGA e o FEADER.

O FEAGA, visa o financiamento de medidas de mercado e outras, como, *i) restituições fixadas para a exportação de produtos agrícola para países terceiros; ii) intervenções destinadas à regularização dos mercados agrícolas; iii) pagamentos diretos a agricultores previstos no âmbito da política agrícola comum; iv) contribuição financeira da Comunidade Europeia para ações de informação e de promoção de produtos agrícolas no mercado interno da Comunidade e em países terceiros; v) contribuição financeira da Comunidade Europeia para ações veterinárias pontuais, ações de controlo nos domínios veterinário, dos géneros alimentares e dos alimentos para animais, programas de erradicação e de vigilância das doenças animais (medidas veterinárias), bem como ações fitossanitárias; vi) promoção de produtos agrícolas; vii) medidas destinadas a assegurar a conservação, caracterização, recolha e utilização dos recursos genéticos na agricultura, viii) criação e manutenção de sistemas de informação contabilísticas agrícola; ix) sistemas de inquérito agrícola e x) despesas relativas ao mercado da pesca.*

O FEADER, assume um contributo para a *promoção do desenvolvimento rural sustentável, mais precisamente, para o aumento da competitividade da agricultura e silvicultura, para a melhoria do ambiente e da paisagem rural e para a promoção da qualidade de vida nas zonas rurais e da diversificação das atividades económicas.*

⁵⁵ *Idem*

⁵⁶ De acordo com artigos 3.º do Regulamento (CE) n.º 1290/2005 do Conselho, de 21 de junho de 2005 e dos artigos 3.º e 4.º do Regulamento (CE) n.º 1689/2005 do Conselho, de 20 de setembro de 2005.

iv. Instrumento Financeiro de Orientação e Pesca (IFOP)⁵⁷:

O IFOP foi substituído pelo FEP e tem por objetivo i) *apoiar a política comum das pescas;* ii) *promover o equilíbrio sustentável entre os recursos e a capacidade de pesca da frota comunitária;* iii) *promover o desenvolvimento sustentável da pesca interior;* iv) *reforçar a competitividade das estruturas de exploração e o desenvolvimento de empresas economicamente viáveis no setor das pescas;* v) *fomentar a proteção e a valorização do ambiente e dos recursos naturais (no âmbito do setor das pescas);* vi) *incentivar o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das zonas em que são exercidas atividades do setor das pescas e* vii) *promover a igualdade entre homens e mulheres no desenvolvimento do setor das pescas e das zonas de pesca.*

v. Fundo de Coesão⁵⁸:

O Fundo de Coesão tem como objetivo o reforço da coesão económica e social da Comunidade Europeia, numa perspetiva de promoção do desenvolvimento sustentável, através de intervenções em ações no domínio das redes transeuropeias de transportes e do ambiente.

2.2. Enquadramento Histórico dos Fundos Estruturais

Desde a adesão de Portugal às comunidades europeias a 1 de janeiro de 1986, que Portugal tem tido acesso a vários instrumentos financeiros que têm como objetivo apoiar os países e as regiões mais desfavorecidas do território europeu.

Até 1986, encontravam-se disponíveis três fundos, i) o FSE, ii) o FEOGA e iii) o FEDER que funcionavam de forma isolada no que respeita às políticas e preocupações da sua génese e sem que existisse qualquer articulação entre si.

Com a assinatura do Ato Único Europeu em 1986, surgiram então as bases da atual política de coesão europeia, que consagrava as vontades e os recursos financeiros disponíveis dos diversos fundos estruturais existentes na “busca” de um objetivo comum: Promover uma

⁵⁷ De acordo com Regulamento (CE) n.º 1263/1999 do Conselho, de 21 de junho de 1999 que revoga o Regulamento (CE) n.º 2080/93 do Conselho, de 20 de julho de 1993, e que foi substituído pelo Regulamento (CE) n.º 1198/2006 do Conselho, de 27 de julho de 2006.

⁵⁸ De acordo com o Regulamento (CE) n.º 1084/2006 do Conselho, de 11 de julho de 2006 que revoga o Regulamento (CE) n.º 1164/94 do Conselho, de 16 de maio de 1994.

maior coesão económica e social entre as várias regiões e estados-membros do espaço europeu. Em 1987, a Comissão Europeia apresentou um conjunto de medidas, popularmente conhecido como “Pacote Delors”, que tinha como objetivo atribuir à CEE os recursos financeiros adequados à realização de uma série de reformas imprescindíveis à concretização do Ato Único Europeu, garantindo assim, uma intervenção integrada dos vários fundos e consagrando quatro princípios basilares para o funcionamento dos instrumentos financeiros, nomeadamente, i) concentração, ii) programação, iii) parceria e iv) adicionalidade. Contudo, é apenas em 1989 que a política de coesão europeia entra em vigor através de um modelo de programação plurianual que permitia a aprovação e implementação de sucessivos quadros de apoio estrutural comunitário. Durante os três primeiros anos de adesão à Comunidade Europeia (1986-1988) as regiões viram os apoios serem concedidos a projetos individuais que foram apresentados aos três fundos estruturais existentes na altura e à Linha Orçamental Específica do Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa (LOE-PEDIP). Neste período apoiou-se principalmente a construção de estradas e infraestruturas de captação e de distribuição de água e saneamento básico, bem como, infraestruturas de apoio educativo e de apoio à atividade económica. É após este período inicial que foram determinados os Programas Operacionais para as regiões através do desenvolvimento de cinco períodos de programação plurianual dos fundos estruturais, nomeadamente, três Quadros Comunitários de Apoio (QCA), o Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) e o Acordo de Parceria (Portugal 2020).

Nos Açores, foi adotada a designação de Programa Específico de Desenvolvimento da RAA (PEDRAA) tendo o primeiro programa ocorrido entre 1990 e 1993. Este primeiro quadro, onde se inclui o PEDRAA I, integrou principalmente quatro fundos, i) FEDER, ii) FSE, iii) FEOGA-O/FEADER e iv) LOE-PEDIP, tendo no caso açoriano assumindo os seguintes objetivos: i) aumento da eficácia e da extensão das infraestruturas económicas, ii) modernização da base produtiva regional (agricultura, pescas e indústria alimentar), iii) crescimento do setor não tradicional (turismo), iv) aumento da qualidade e eficácia dos serviços públicos e v) melhoria da qualidade de vida e correção de desequilíbrios sociais.

O PEDRAA II que decorreu entre 1994 e 1999 apareceu com os mesmos pressupostos que passavam essencialmente pelo fortalecimento da economia e pela valorização dos recursos humanos. A grande “alteração” surge com a introdução do “ambiente” nos domínios

da i) preservação do património natural, ii) informações e formação ambiental, iii) qualidade ambiental, iv) abastecimento de água, v) drenagem e tratamento de águas residuais, vi) recolha e tratamento de resíduos sólidos, vii) ordenamento e urbanismo. Durante este período o Programa Operacional dos Açores articulou-se com outros programas nacionais, nomeadamente, o Programa de Modernização do Tecido Económico que tinha como objetivo apoiar as iniciativas privadas da indústria, turismo, comércio e serviços cujo investimento fosse superior a 500.000,00 euros, o REGIS II, cujo objetivo visava combater as desvantagens da insularidade e o afastamento dos grandes centros e polos urbanos, o KONVER II que tinha como objetivo minimizar os efeitos derivados da desativação de unidades militares no contexto do desanuviamento internacional e, o ICPESCA cujo objetivo era o de atenuar os efeitos negativos da reestruturação do setor das pescas nas comunidades piscatórias mais atingidas pelos efeitos das mudanças estruturais.

O Programa Operacional para o Desenvolvimento Económico e Social dos Açores (PRODESA) era suportado pelos fundos i) FEDER, ii) FEOGA-O, iii) FSE e iv) IFOP. Este programa que surge entre 2000 e 2006, teve como principais objetivos i) a modernização e diversificação do sistema produtivo, ii) a qualificação do capital humano, iii) a sustentabilidade ambiental, iv) o desenvolvimento das redes regionais das infraestruturas e de equipamentos à melhoria da qualidade de vida da população. Foi durante este período que foi também criado o Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores (SIDER) cujo objetivo era o de promover o fortalecimento e modernização da economia e a diversificação da oferta de bens e serviços, tendo para isso previsto três sistemas distintos: i) o Sistema de Incentivos ao Turismo na RAA (SITRAA), ii) o Sistema de Incentivos Financeiros à Promoção de Produtos Açorianos e iii) o Sistema de Incentivos à Redução do Impacto Ambiental e Renovação das Frotas no Transporte Coletivo Regular de Passageiros (SIRIART).

Entre 2007 e 2013 os Fundos Comunitários foram distribuídos por vários programas operacionais permitindo a distribuição dos financiamentos de acordo com o “grau” de importância dos programas e os seus eixos prioritários, nomeadamente:

- a) o Programa Operacional dos Açores para a Convergência (PROCONVERGÊNCIA) financiado pelo FEDER, que tinha como objetivos:
 - a. Dinamizar a criação de riqueza e emprego nos Açores;

- b. Qualificar e integrar a sociedade açoriana;
 - c. Melhorar as redes regionais de infraestruturas de acessibilidade;
 - d. Valorizar e qualificar o sistema ambiental;
 - e. Compensar os custos da ultraperiferia;
- b) o Programa Operacional do FSE para a RAA (PROEMPREGO) que tinha como objetivo:
- a. Apoiar o processo de modernização do tecido produtivo através do fomento do emprego qualificado, da aprendizagem ao longo da vida e do empreendedorismo;
 - b. Apoiar a estruturação do sistema de ciência e tecnologia e criar condições para a sua crescente aproximação do tecido empresarial;
 - c. Fomentar a empregabilidade de públicos vulneráveis a partir da promoção das suas condições de inclusão social;
- c) o Programa de Desenvolvimento Rural para a RAA (PRORURAL) financiado pelo FEADER e pelo LEADER que tinha como objetivos:
- a. Aumento da competitividade dos setores agrícolas e florestal (FEADER);
 - b. Melhoria do ambiente e da paisagem rural (FEADER);
 - c. Qualidade de vida das zonas rurais e diversificação da economia rural (FEADER);
 - d. Revitalização económica e social das zonas rurais, apoiando os planos de desenvolvimento dos grupos de ação local (GAL)(LEADER);
- d) o Programa Operacional de Pescas para a RAA financiados pelo FEP tinha como objetivos:
- a. Adaptação da frota de pesca regional;
 - b. Aquicultura, transformação e comercialização dos produtos de pesca;
 - c. Desenvolvimento sustentável das zonas de pesca;
- e) o Programa Operacional de Valorização do Território (POVT);
- f) o Programa de Cooperação Transnacional Madeira-Açores-Canárias (PCT MAC);

Durante este período foram disponibilizados ainda outros instrumentos financeiros como é exemplo o POSEI que consiste num subprograma do Programa Global de Portugal, com participação do FEAGA, ou o Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores (SIDER) que por sua vez contempla três subsistemas: i) Subsistema para o Desenvolvimento do Turismo (SIDET), ii) o Subsistema de Prémios (SIDEIO) e iii) o Subsistema para o Desenvolvimento Local (SIDEL).

Para o período de 2014 a 2020 foi aplicado o Acordo de Parceria (PO Açores 2020), um programa participado pelos fundos estruturais FEDER e FSE. Este programa assentou na ambição dos Açores poderem afirmar-se como uma importante e relevante região europeia através de 4 linhas de orientação estratégica, nomeadamente, i) tornar-se uma Região aberta e inovadora na utilização dos recursos endógenos, materiais e imateriais, com um nível de produção económica assente numa base de exportação que lhe permita ascender a um patamar superior no contexto regional europeu; ii) tornar-se num território relevante de fluxo de bens e pessoas no sistema logístico e de transporte marítimo entre a Europa e os Estados Unidos da América, completado pela utilização plena das redes de infraestruturas de transmissão de dados, minimizando os constrangimentos de ser uma região dispersa e ultraperiférica; iii) tornar-se numa sociedade inclusiva e equilibrada, geradora de oportunidades de participação, aprendizagem, de acesso a emprego, e de plena realização a todos os cidadãos residentes independentemente da idade, sexo ou etnia. Por fim, iv) tornar-se numa paisagem, num ambiente e numa vivência distintiva, suportada em espaços urbanos qualificados, num património natural e cultural diferenciado e reconhecido internacionalmente, com respostas eficazes na proteção da biodiversidade e dos ecossistemas e na adaptação às alterações climáticas.

2.3. Fundos Comunitários na RAA

A RAA, sendo uma região ultraperiférica, constitui-se como uma entidade beneficiária de transferências provenientes do FEDER, FSE, do FEOGA-O/FEADER, do IFOP/FEP, do FEOGA-G/FEAGA e do Fundo de Coesão, tendo beneficiado também entre 1985 e 1993 de transferências ao abrigo do instrumento de pré-adesão.

Ao todo, a RAA já recebeu mais de 5 mil milhões de euros⁵⁹ ao longo dos vários anos desde a adesão de Portugal à UE

Tabela 5: Transferências da UE para a RAA entre 1985 e 2017 | Fonte: <https://www.tcontas.pt/pt-pt/ProdutosTC/PareceresTribunalContas/pareceres-craa/Paginas/Pareceres-sobre-a-Conta-da-Regiao-Autonomia-dos-Acores.aspx> | Valores apresentados em Milhões de Eur

ANO	INSTRUMENTO PRÉ-ADESÃO	FEDER	FSE	FEOGA-O/FEADER	IFOP/FEP	FEOGA-G / FEAGA	FUNDO COESÃO	TOTAL
1985-1988	22 511,16 €	19 756,07 €	1 616,09 €	113,10 €	- €	- €	- €	43 996,43 €
1989-1993	24 298,23 €	289 406,95 €	371,48 €	1 715,71 €	- €	42 322,41 €	- €	358 114,77 €
1994-1999	- €	547 936,75 €	61 647,42 €	104 857,33 €	15 027,53 €	138 460,52 €	- €	867 929,54 €
2000-2006	- €	723 403,45 €	126 683,09 €	264 180,82 €	36 325,05 €	330 924,10 €	49 748,98 €	1 531 265,48 €
2007-2013	- €	800 103,66 €	183 892,36 €	231 712,82 €	19 130,15 €	480 035,80 €	57 661,66 €	1 772 536,44 €
2014-2017	- €	385 064,22 €	161 465,13 €	161 821,46 €	14 950,15 €	331 559,09 €	69 600,00 €	1 124 460,05 €
TOTAL	46 809,39 €	2 765 671,09 €	535 675,57 €	764 401,23 €	85 432,87 €	1 323 301,92 €	177 010,63 €	5 698 302,71 €

Segundo Medeiros (2010), durante os primeiros anos da integração os Açores beneficiaram de transferências da UE para a realização de projetos individualizados como por exemplo a SATA (17,4M entre 1989 – 1991) e o PNIC Açores (52,3M entre 1988 – 1991), tendo posteriormente sido “canalizados” para Iniciativas Comunitárias (IC) e para Programas Operacionais (PO), como por exemplo, o PEDRA I e II, o PRODESA, o PROCONVERGÊNCIA, o PRO-Emprego e o PRORURAL.

2.3.1. Grandes Investimentos realizados na Ilha do Pico após a adesão de Portugal à UE

Desde a adesão de Portugal à UE vários foram os investimentos que foram realizados na ilha do Pico nas mais diversas áreas com recurso a fundos comunitários das quais destacamos:

No âmbito da saúde, a construção do Centro de Saúde da Madalena, inaugurado em 2014, com um custo aproximado de 12 milhões de euros, obra que foi apresentada com uma unidade de internamento para 35 pessoas (15 quartos duplos e 5 quartos individuais),

⁵⁹ O valor apresentado foi calculado com base nas informações existentes dos Pareceres sobre as Contas da RAA de 1987 até 2017 e aprovados pela Seção Regional dos Açores do Tribunal de Contas. Nesse sentido, e considerando a ausência de informação sistematizada sobre o volume financeiro comunitário transferido para a RAA, os valores apresentados são meramente indicativos. Fonte: Tribunal de Contas [2002 - 2019] e Medeiros (2010).

melhoramento na qualificação do atendimento de Medicina Geral e Familiar, nos cuidados de enfermagem, fisioterapia, análises clínicas e restantes exames complementares de diagnóstico e tratamento, bem como, a possibilidade de receber médicos especialistas na área da Ginecologia, Oftalmologia, Otorrinolaringologia e Pediatria. Esta Unidade de Saúde permite ainda oferecer condições para a prestação de serviços de apoio domiciliário dispondo igualmente de gabinetes para a execução de programas de hipertensão, de diabetes e do acompanhamento de grávidas.

Na educação, destaca-se a construção do parque de escolas existente no concelho das Lajes do Pico, mais precisamente a Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico - EB2,3S (2016) e a Escola Básica 1º e 2º Ciclo e Jardim de Infância da Ponta da Ilha - EB1,2/JI (2013), num investimento conjunto de cerca de 22 milhões de euros.

A EB2,3S das Lajes do Pico que teve um custo aproximado de 16,1 milhões de euros possui 22 salas de aula, 2 laboratórios, mediateca, pavilhão gimnodesportivo, refeitório e 1 auditório com 100 lugares, permitindo que os alunos possam frequentar o mesmo espaço desde a pré-escola até ao secundário.

A EB1,2/JI por seu lado, teve um investimento de aproximadamente 6 milhões de euros e alberga os alunos do 1º e 2º ciclo (até ao 6º ano de escolaridade), com um total de 7 salas de aula, 1 pavilhão gimnodesportivo, 1 refeitório e biblioteca.

No setor dos transportes, destaca-se o investimento efetuados nos transportes marítimos, mais precisamente no Porto da Madalena em 2014, com um investimento na ordem dos 20 milhões de euros e que incluía a empreitada de construção das infraestruturas portuárias e obras de melhoramento das condições de abrigo (cerca de 12 milhões) e a construção do novo terminal de passageiros (cerca de 8 milhões).

Importa também identificar o investimento na ordem dos 18,5 milhões de euros na aquisição de dois navios (Mestre Simão e Gilberto Mariano) que permitiu efetuar a ligação interilhas de passageiros entre o Faial, Pico, São Jorge, Terceira e Graciosa, com um maior conforto e segurança, garantindo uma evolução significativa no transporte de doentes, bem como, permitir o próprio transporte de viaturas particulares e ambulâncias que até então era impossível.

Já nos transportes aéreos, os investimentos foram surgindo faseadamente, sendo aqueles que impulsionaram maior impacto a reestruturação do aeroporto em 2004 quando a

passou a permitir que aeronaves Boeing B737-300 e Airbus A319 e A320 pudessem operar na pista do aeroporto do Pico, por via da ampliação de 1.520m para 1.760m de comprimento, do alargamento de 30 para 45m e do alargamento da faixa de proteção “STRIP” para um total de 150m. Esta reestruturação contemplou também a construção de um terminal / aerogare, de uma placa de estacionamento de aviões e de um novo quartel de Bombeiros. A instalação do ILS em 2013 (cerca de 1,3 milhões de euros) e a instalação do grooving em 2018 (cerca de 0,3 milhões de euros) foram também bastante importantes para a operacionalidade dos aviões face às novas obrigações.

No âmbito das atividades económicas, nomeadamente, agricultura e pesca, é possível destacar o aproveitamento dos recursos hídricos e a impermeabilização da Lagoa do Paul (cerca de 0,2 milhões de euros), a construção do Laboratório Regional de Enologia em 2011 (cerca de 1,1 milhões de euros), a construção da fábrica Lactopico (atualmente Leite da Montanha) em 2001 (cerca de 6,9 milhões de euros) ou mesmo a construção do Matadouro do Pico em 2006 (4,5 milhões de euros).

Na cultura salientam-se grandes investimentos, nomeadamente, a construção do Museu do Vinho em 1999, a construção do Auditório do Museu dos Baleeiros em 2014 (cerca de 0,5 milhões de euros), a construção do Auditório da Madalena em 2016 (cerca de 2,8 milhões de euros), da Biblioteca Municipal da Madalena em 2015 (1,3 milhões de euros) e a construção da Casa dos Vulcões em 2017 (cerca de 1,6 milhões de euros). Não esquecendo, a própria preservação da cultura baleeira, nomeadamente na recuperação e manutenção dos botes baleeiros e das lanchas de apoio à atividade baleeira cujo investimento anualmente corresponde a mais de 0,5 milhões de euros em apoios concedidos.

Não podemos esquecer também de referenciar os constantes investimentos que foram sendo efetuados ao longo dos anos através das Câmaras Municipais e do GRA no que respeita ao melhoramento das infraestruturas terrestres (pavimentação de estradas), à disponibilização da rede de água em todas as freguesias e habitações, o apoio à criação de empresas (que permitiu um incremento significativo no número de Alojamentos Locais e de Turismo Rural), o apoio aos agricultores (subsídios à instalação de jovens agricultores e à modernização dos equipamentos agrícolas utilizados), entre tantos outros “investimentos” cujos montantes não conseguimos quantificar por indisponibilidade de informação.

Conclusões

Parte da análise para a averiguação das consequências que o impacto socioeconómico que a integração de Portugal na UE teve na Ilha do Pico, consistia em analisar cuidadosamente os dados das contas regionais desde 1976 criando uma relação direta com as verbas afetas à ilha do Pico provenientes dos fundos comunitários. Mas, dada a inexistência de informação disponibilizada online, quer do site do GRA (AZORES.GOV.PT), quer do site regional de estatística (SREA), aliada à impossibilidade de deslocação à ilha de São Miguel e à ilha Terceira para consulta física dos documentos por consequência do Estado de Emergência provocado pela pandemia SARS-COVID, levou a que o estudo ficasse um pouco limitado e centrado à abordagem sociológica da questão.

Contudo, apesar das limitações enunciadas, consideramos que foi atingindo o objetivo geral do trabalho, uma vez que este consistia em elaborar um estudo que permitisse através da sua leitura perceber de forma clara as alterações que a integração de Portugal na UE trouxe para o quotidiano da vida dos picoenses.

Procurámos, todavia, através dos escritos dos vários autores locais estabelecer uma relação com a realidade atual por forma a determinar quais as reais implicações que vieram a suceder após a integração e quais as que vinham sucedendo com a implementação da democracia no 25 de abril de 1974.

Posto isto, importa, para uma maior compreensão deste trabalho, proceder ao resumo dos principais problemas socioeconómicos que decorriam desde o início do período estudado.

No campo da demografia, desde 1974 que a população picoense apresenta uma tendência de decréscimo populacional. Em 2018, existiam menos 25% de habitantes do que aqueles que estavam registados nos Censos de 1970, muito por culpa do expressivo saldo migratório que ocorreu entre 1970-75 e que se prolongou em menores quantidades nos anos seguintes até 1981, altura essa, em que se denota uma estabilização do saldo migratório proveniente da redução da procura pela emigração por parte dos açorianos como consequência direta do aumento da escolaridade e das competências daí resultantes.

Até ao 25 de abril de 1974, a RAA não dispunha de ensino pré-primário e o ensino primário era lecionado em estabelecimentos “impróprios” espalhados por apenas 60% das povoações, levando a que cerca de 30% das crianças nem pudessem frequentar qualquer

ensino básico. Todos os restantes níveis de ensino estavam concentrados apenas nas antigas capitais de distrito, nomeadamente, Horta, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo.

Importa por isso mesmo identificar o esforço e os resultados obtidos no constante investimento que a RAA tem vindo constantemente a promover junto do setor da educação, para conseguirmos compreender a contínua existência de uma das maiores taxas de abandono escolar precoce (28%) e a existência de uma taxa de escolaridade do ensino superior que ainda não superou os 10%, mas que mesmo assim, permitiu que taxa de emigração reduzisse dos 13,9% em 1989 para perto dos atuais 0%.

Na saúde, é possível verificarmos que no início da autonomia, a região dispunha de poucas unidades hospitalares com internamento e poucos postos médicos sem internamento, estando quase todos centralizados em São Miguel e na Terceira, o que demonstra uma distribuição desigual dos cuidados de saúde pelas várias ilhas do arquipélago levando-nos a identificar carências no domínio da saúde.

No espectro das atividades económicas, surgem a agricultura, a pesca, a indústria, o turismo e os transportes como os principais setores económicos da região.

A agricultura e a pecuária sempre se assumiram como uma das atividades de maior peso nos Açores, sendo esta desenvolvida na sua maioria por explorações de reduzida dimensão e de “âmbito familiar”. As produções industriais estavam maioritariamente ligadas a São Miguel, assumindo as restantes ilhas as produções “familiares”, que consistiam na produção de produtos alimentares. Na agropecuária sobressai o peso da bovinicultura, orientada quase na sua totalidade no início da autonomia para a produção de leite. Por inércia, e face ao constante aumento da produção direcionada para o leite, surge a produção de carne como um subproduto da produção leiteira.

A pesca, era uma atividade que não tinha a importância que merecia face às potencialidades da região se encontrar em pleno Atlântico. A reduzida e inadequada dimensão das frotas aliada à diminuta qualificação profissional obrigava a que grande parte dos pescadores assumissem outras atividades. Por outro lado, a inexistência de portos de pesca era por si só também um limitador natural para o aparecimento da profissionalização da atividade pesqueira.

A indústria transformadora regional estava ligada especialmente à transformação alimentar e apresentava uma reduzida expressão que se encontrava fortemente concentrada

em São Miguel, as restantes ilhas, possuíam poucas unidades industriais e de pequena “envergadura”. Em todas elas, a incapacidade da produção local para satisfazer as necessidades das indústrias transformadoras era um dos grandes problemas de sobrevivência pois permaneciam dependentes da importação de matérias-primas provenientes do estrangeiro e do território continental, numa altura, em que os transportes também não promoviam a segurança necessária no cumprimento das entregas.

O turismo, é outra das grandes atividades que se encontra fortemente dependente da rede de transportes (aéreos, terrestres e marítimos). Esta atividade, até à autonomia, e mesmo depois dela, apresentava-se como um subterfúgio à real atividade do turismo ocupando um lugar secundário nas preocupações das atividades económicas. O pouco que havia estava centrado em São Miguel, Terceira e Horta, e as pequenas pensões eram usadas quase que exclusivamente por açorianos nas suas deslocações em busca de cuidados de saúde às antigas capitais de distrito.

No caso dos transportes, estes sempre se assumiram com um papel de extrema importância para o desenvolvimento socioeconómico das regiões insulares, e em especial, dos Açores. Região, onde até à Constituição da República Portuguesa de 1976, assumiam uma forte carência de infraestruturas e de equipamentos que limitavam toda uma operação quer entre ilhas quer entre estas e o território continental.

Nos transportes marítimos, à exceção de São Miguel e do Faial, nenhuma outra ilha tinha portos artificiais capazes de receber navios de grande porte, possuindo apenas pequenos cais e ancoradouros naturais com capacidade de receber pequenas embarcações. Os navios de maior porte eram por isso obrigados a fundear ao largo, e possuir toda uma logística de embarque e desembarque de passageiros e mercadorias que ofereciam condições de segurança muito precárias. A operação de ligação entre os Açores e o território continental era, e ainda é, por si só uma rota tendencialmente deficitária, não só por culpa das condições de exploração particularmente difíceis (poucas empresas e custos de operação e manutenção elevados pela idade dos navios), mas também, pela inexistência da relação comercial, cuja importação era substancialmente maior que o os produtos exportados.

Nos transportes aéreos, à exceção da Terceira e de Santa Maria que possuíam aeroportos com pistas militares, sempre se verificou uma carência enorme de infraestruturas, existindo, contudo, apenas nas ilhas de São Miguel, Faial e Flores, um aeroporto de menores

dimensões com estes dois últimos apenas a receberem aviões de pequeno porte. Todas as restantes ilhas, Pico, São Jorge, Graciosa e Corvo, estavam circuncisadas à necessidade de procederem a deslocações marítimas entre ilhas para que lhes fosse então possível efetuar a ligação com o território continental.

Quando Portugal aderiu à Comunidade Europeia, já os Açores vinham de uma década de autonomia político-administrativa que permitiu a expansão da administração regional e dos serviços públicos, nomeadamente, na área da educação e da saúde, do incremento nos investimentos na área dos transportes e das ligações entre territórios açorianos e entre estes e o território continental. Este caminho trilhado, possibilitou a construção de uma maior rede de aeroportos e portos marítimos, de hospitais ou mesmo de parques escolares que acabaram por ter um impacto bastante considerável na vida socioeconómica da população açoriana.

Os Açores, e em especial a ilha do Pico, eram conhecidos antes do 25 de abril de 1974 como uma região pobre, isolada, com várias limitações e com indicadores económicos e sociais inferiores aos da média nacional, situação que era agravada pela utilização de um modelo de governação que não era compatível com as reais necessidades e dificuldades por ela vivida.

É com a Constituição da República Portuguesa de 2 de abril de 1976, que os Açores passam a ter à sua disposição as “ferramentas” necessárias para poderem promover e definir o seu próprio processo de desenvolvimento. Foi com o aparecimento e implementação da autonomia política e dos seus respetivos poderes que foi possível que muito do desenvolvimento acabasse por acontecer em vários setores.

Com a adesão de Portugal à UE, e com a possibilidade de as regiões poderem recorrer aos fundos comunitários para financiamento de investimentos estruturantes, a ilha do Pico, através do GRA, pôde projetar obras e programas que até então seriam impensáveis, ou mesmo, insuportáveis do ponto de vista financeiro. Ao todo, foram cerca de cinco mil milhões de euros que os Açores viram ser-lhes concedidos através dos mais diversos programas.

Os investimentos efetuados na área da educação, permitiu uma melhoria dos índices escolares na Ilha do Pico, mais precisamente, no que respeita ao recuo dos valores referentes ao abandono escolar, e permitiu conseqüentemente, que os cidadãos pudessem retirar os benefícios da frequência destas infraestruturas. Importa aqui ressaltar, que esta alteração

social na área da educação não é exclusivamente fruto da adesão de Portugal à UE. Aliás, a necessidade do combate ao analfabetismo surge muito antes do 25 de abril, mais precisamente, com a instalação do “Plano dos Centenários” que ocorreu durante 1941 e 1969. Podemos, isso sim afirmar, é que a autonomia e a adesão de Portugal à UE serviram de propulsores para a instalação de novos, mais modernos e mais completos parques escolares na ilha do Pico, que permitiram que em todos os concelhos fosse possível de lecionar até ao secundário.

Na saúde, as construções de dois novos Centros de Saúde, mais precisamente no concelho da Madalena e no concelho de São Roque, abriram as portas à possibilidade de aumento de mais condições no acesso à saúde como foi o caso da instalação da hemodialise na Madalena. Verificou-se, contudo, que apesar das condições físicas existirem, as permanências de determinadas especialidades acabaram mesmo por se extinguir obrigando ao deslocamento dos utentes às ilhas vizinhas que se encontravam munidas de Hospitais. O modelo de centralização da saúde que foi adotado ao longo dos vários anos de autonomia criou constrangimentos para as populações mais distantes no que respeita ao acesso aos cuidados primários de saúde. Aos poucos, os centros de saúde dos concelhos mais pequenos em número de população (Lajes do Pico e São Roque do Pico), foram perdendo valências para o Centro de Saúde da Madalena, que acabou por se tornar o Centro de Saúde mais avançado na ilha do Pico.

Nas acessibilidades aéreas, verifica-se uma preocupação constante nas condições de operacionalidade da pista do Aeroporto do Pico, cuja última grande intervenção ocorreu em 2004 quando a pista aumentou para os 1.760 m de comprimento e foi construída a Aerogare e restantes condições de segurança. Infelizmente, estas alterações que permitiram melhorar o acesso à ilha, serviram apenas de remendo às necessidades existentes da altura. O facto de não se ter acautelado e/ou estimado devidamente o crescimento, quer através do comércio internacional, quer através do turismo, e o impacto que estas alterações provocariam na economia, fizeram com que as intervenções, em pouco menos de 20 anos, se tornassem desadequadas e obsoletas face às reais necessidades socioeconómicas existentes.

Nas acessibilidades terrestres, os troços que ligam as várias freguesias e concelhos foram devidamente asfaltados, contudo, e mesmo com a melhoria dos veículos utilizados, a verdade é que nunca foi promovida uma verdadeira rede de transportes públicos terrestres

que servisse adequadamente toda a população residente no que respeita à disponibilidade e horários, demonstrando, ou levando apenas a crer, que este foi um setor que acabou no esquecimento.

Nas acessibilidades marítimas a realidade já é outra, o investimento efetuado permitiu que a ligação triangular entre a ilha do Faial, a ilha do Pico e a ilha de São Jorge fosse um caso de sucesso. Construiu-se um porto marítimo com gare de passageiros no concelho da Madalena e foram adquiridas duas embarcações de transporte de passageiros e viaturas que acabaram por revolucionar a ligação marítima entre as ilhas do grupo central (Faial, Pico, São Jorge, Graciosa e Terceira).

No acesso a fundos comunitários para investimentos privados, verifica-se que grande parte dos fundos aplicados foi para a área do setor do turismo, cuja maioria é de gestão familiar, gerando, contrariamente ao sucedido em outras ilhas como por exemplo São Miguel, reduzidos postos de trabalho ou postos de trabalho que na sua maioria são trabalhos sazonais.

Os fundos comunitários têm servido também para a realização de investimentos em infraestruturas (portos, aeroportos, rede viária, hospitais, estabelecimentos escolares, entre outros) que têm sido defendidos por permitirem o desempenho de uma das maiores premissas açorianas, a coesão interna. Investimentos, que acabaram por se traduzir numa melhoria da qualidade de vida e da capacitação na criação de riqueza (verificado principalmente através do PIB Real cujo valor triplicou entre 1986 e 2018).

Apesar disso, e não obstante os vários e avultados investimentos que têm vindo a ocorrer na Ilha do Pico desde a adesão de Portugal à UE, que vão desde os acessos melhorados, dos apoios que têm sido concedidos para a criação do próprio emprego, da construção dos dois centros de saúde de raiz e da recuperação e construção de novos parques escolares, os resultados apresentados demonstram que apesar de terem servido para aumentar de forma positiva a qualidade de vida dos seus cidadãos, não conseguiram eliminar os problemas estruturais como as limitações aos cuidados de saúde, a baixa propensão para a produção de bens e a baixa qualificação da população, demonstrando também, serem mesmo ineficazes no que respeita propriamente ao combate do verdadeiro problema sociológico do séc. XXI, a desertificação e o envelhecimento demográfico. Um problema, que a UE e principalmente as regiões ultraperiféricas enfrentam presentemente.

Conclui-se por isso, que apesar das melhorias verificadas nas acessibilidades dos transportes e do acesso à educação, a ilha do Pico, continua a sofrer de uma “tripla” insularidade pelo fato de ser uma ultraperiferia dentro da sua própria região insular. A falta de acessibilidade de transporte terrestres, a limitação no acesso aos transportes aéreos com ligação ao território continental e a reduzida acessibilidade aos cuidados de saúde in loco, criam várias barreiras à captação e à manutenção de residentes.

A discrepância dos investimentos entre ilhas, com especial predominância para os “grandes investimentos” continuarem a ocorrer junto das ex-capitais de distrito, aliada à centralização dos serviços públicos (secretarias regionais) nessas ilhas, promove a continuidade das políticas centralistas, que acabam por causar prejuízos sociais às ilhas “menores” ao promoverem a preferência de residência nas ilhas de maior fluxo de investimento, como é o caso de São Miguel, Terceira ou mesmo Faial.

A demografia picoense, que é fortemente influenciada pelo crescimento da população sénior face ao crescimento da população jovem, apresenta-se numa dinâmica crescente que pode mesmo vir a criar um impacto negativo ao nível económico, através da alocação do contínuo aumento da despesa pública no setor da saúde em detrimento de outras áreas, conduzindo-nos a uma questão fulcral: Será que se não houver alterações demográficas, a ilha do Pico e os Açores, terão capacidade para ter estabilidade ao nível económico e financeiro que permita preservar e assegurar as boas condições de vida a toda a sua população?

Nesse sentido, pode-se por isso concluir que o futuro do Pico passaria pela implementação de políticas de investimento público de maior impacto e atratividade na captação de imigração (quer nacional quer estrangeira) por forma a combater o envelhecimento de uma população que é neste momento uma das mais envelhecidas do país.

Observamos por isso, que a adesão de Portugal à UE e o acesso aos Fundos Comunitários que daí advieram, permitiu a criação de melhores condições de vida aos cidadãos residentes em regiões ultraperiféricas, como é o caso da ilha do Pico, mas, que a sua aplicabilidade pelos Órgãos de Poder Regional, tornaram-se ineficazes para o combate à desertificação e ao envelhecimento populacional, criando mesmo, maiores desigualdades competitivas entre as ilhas por via da centralização dos investimentos estruturantes para a Região.

Bibliografia

- AFONSO, Óscar *et al.* - **A Economia Não Registada na Região Autónoma dos Açores** [Em linha]. [S.L.] : OBEGEF – Observatório de Economia e Gestão de Fraude, 2013 Disponível em WWW:<URL:http://www.gestaodefraude.eu/wordpress/?p=7049>. ISBN 978-989-755-029-4.
- ALL FROM AZORES - **Atum, o “rei” da indústria conserveira dos Açores**
- ÁVILA, Ermelindo - **Crónicas da Minha Ilha - Volume II**. 1ª Edição ed. 2002 : Nova Gráfica, Lda., 2002. ISBN 177 458/02.
- ÁVILA, Ermelindo - **Externatos** [Em linha], atual. 2009. [Consult. 21 ago. 2020]. Disponível em WWW:<URL:http://domeuretiro.blogspot.com/2009/12/externatos.html>.
- ÁVILA, João Madruga - **...e da lava brotou o pão**. 1ª Edição ed. Pico : Gráfica «O Telegrapho», 2015
- AZEVEDO, Filipa - A situação económica, social e territorial dos Açores (Portugal). **Parlamento Europeu: Estudo para a Comissão REGI.** . ISSN 1317-9535. 8:02 (2013) 0.
- BALASSA, Bela - **Teoria da Integração Económica**. [S.l.] : Clássica Editora, 1962. ISBN 9781620000007.
- BORGES, Paulo A. V. *et al.* - Ilhas Oceânicas. Em ESCOLAR EDITORA (Ed.) - **Ecosistemas e Bem-Estar Humano em Portugal**. 01–2010. ed. [S.l.] : Escolar Editora, 2009. ISBN 9789725922743. p. 463–510.
- BOTTINI, Renata Lucia; LEME, Márcia; INSTITUTO AMERICANO DE CULINÁRIA - **Chef Profissional**. 9th. ed. [S.l.] : Senac, 2015. ISBN 9788573598834.
- BOUCHARD, Christian - Les petits états et territoires insulaires. **Observatoire du Developpement de la Reunion: Document n.º 51**. Sudbury | Canadá. 2004).
- BRANDÃO, Raul - **As ilhas desconhecidas**. [S.l.] : Quetzal Editores, 2011. ISBN 9789725649398.
- CARNEIRO, Roberto (Coord. .. *et al.* - **O envelhecimento da população: Dependência, Ativação e Qualidade**
- CARREIRA, Gilberto; PORTEIRO, Filipe Mora - O mar dos Açores e a sua valorização estratégica : descrição do espaço marítimo e socioeconómico. **Nação e Defesa**. 2015) 79–95. ISSN 0870-757X.
- CARVALHO, Professora Doutora Luísa Cagica - **Sebenta de apoio: Metodologias e Técnicas de Investigação Mestrado em Gestão**
- CCDR ALENTEJO - **50 ANOS DE CCDR: Breve olhar sobre a sua história** [Em linha], atual. 2019. [Consult. 17 abr. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://webb.ccdr-a.gov.pt/index.php/28-noticias/847-50-anos-de-ccdr-breve-olhar-sobre-a-sua-historia>.
- COELHO, Teresa Margarida Sobral Bento - **INTEGRAÇÃO ECONÓMICA REGIONAL: Que perspectivas para Timor Leste (a ASEAN e o Grupo ACP)**. [S.l.] : UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA, 2003
- COMISSÃO EUROPEIA - As regiões ultraperiféricas da União Europeia: Parceria para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Em COMISSÃO EUROPEIA (Ed.) - . Bruxelas : COMISSÃO EUROPEIA, 2012
- CORDEIRO, João Alberto Amorim - **TURISMO E EMPREGO : UMA APLICAÇÃO AOS AÇORES**. [S.l.] : Universidade dos Açores, 2017
- COSTA, Lese Mary - **O ATUM EM PORTUGAL DE 1896 a 2011: CONTRIBUTOS PARA A SUA HISTÓRIA AMBIENTAL, ECOLÓGICA E ECONÓMICA**. [S.l.] : Universidade de Lisboa, 2013

COUTINHO, Clara Pereira - **Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática**. 2ª Edição ed. Coimbra : Almedina, 2013. ISBN 9789724051376.

CRUZ, Prof. Doutor José Virgílio *et al.* - **RELATÓRIO DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO AÇORES 2003**. Açores : [s.n.]

CRUZOL, J. - **L'ENTREPRISE INSULAIRE: aspects économiques**. In Virassamy, Georges /DIR) **L'entreprise Insulaire Moyens et Contraints**. Paris : L'Harmattan, 2004

CUNHA, Lúcio; JACINTO, Rui - Turismo e desenvolvimento dos territórios insulares: apontamentos para uma geografia do turismo de Cabo Verde. Em CRAVIDÃO, FERNANDA; SANTOS, NORBERTO (Eds.) - **TURISMO E CULTURA: DESTINOS E COMPETITIVIDADE**. Coimbra : Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013. ISBN 978-989-26-0544-9. p. 507–545.

DASÍ, Joaquín Farinós; OUTROS - **Geografia regional d'Espanya: Una nova geografia per a la planificació i el desenvolupament regional**. 1ª Edição ed. [S.l.] : Publicacions de la Universitat de València, 2002. ISBN 978-8437054346.

DIAS, Fátima Sequeira - **UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE A HISTÓRIA DOS AÇORES COM PARTICULAR INCIDÊNCIA NO EXEMPLO MICAELENSE**

ESPÍNOLA, Paulo; SILVEIRA, Luís - As tendências demográficas no arquipélago dos Açores ao longo da primeira década do século XXI. Análise a partir dos dados provisórios dos censos da população de 2011. **XIII Coloquio Ibérico de Geografia - Respuestas de la Geografia Ibérica a la crisis actual**. October (2012) 1246–1256.

FEDERAÇÃO AGRÍCOLA DOS AÇORES - **CARNE DOS AÇORES** Indicação Geográfica - IG: Caderno de Especificações. Açores. 2003).

FONSECA, Maria Lucinda - Prefácio. Em GOVERNO DOS AÇORES; SECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA; DIRECÇÃO REGIONAL DAS COMUNIDADES (Eds.) - **Entre dois Mundos: Emigração e Regresso aos Açores**. Lisboa : Nova Gráfica, Lda., 2011. ISBN 978-989-97391-1-6. p. 23–30.

GAMA, Ana Margarida Dos Santos - **Plano dos Centenários Concelho do Fundão**. [S.l.] : UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR, 2016

GARCIA, Ana Luísa - **O Turismo Sustentável como Instrumento de Desenvolvimento Económico : O caso das Ilhas do Triângulo Açorianas**. [S.l.] : Universidade Técnica de Lisboa, 2011

GOMES, Rui Manuel Lourenço - **Importância geopolítica e geoestratégica da Base das Lajes nas Relações Transatlânticas Portugal - Estados Unidos da América. Subsídios para a sua compreensão**. [S.l.] : ACADEMIA MILITAR Lisboa, 2014

GOVERNO DOS AÇORES - **Azores.gov**

GRA/DRT; IPDT - **Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores** [Em linha]. Porto : [s.n.] Disponível em WWW:<URL:https://www.azores.gov.pt/PortalAzoresgov/external/portal/misc/PEM_ACORES2.pdf>.

HEIN, Philippe - Le Probleme de la Specificite Economique des Petits Pays Insulaires. Em ECONOMICA (Ed.) - **CRUZOL J, HEIN P e VELLAS F (DIR.) L'enjeu des petites économies insulaires**. Paris : Economica, 1989. ISBN 2717815996

HENRIQUES, Eduardo Brito; ESTEVES, Alina - As ilhas como pontos focais no espaço das migrações: Práticas transnacionais na emigração açoriana. **Aproximando Mundos: Emigração, Imigração e Desenvolvimento em Espaços Insulares**. 2010) 279–300.

HENRIQUES, Francisco Maia Pereira Bruno - **A Baleação e o Estado Novo:**

Industrialização e Organização Corporativa (1937 - 1958). Açores : Cultura: Governo dos Açores, 2016. ISBN 978-972-647-310-7.

INE - **Estatísticas da Produção e Consumo de Leite 2015.** Lisboa : [s.n.]

JOÃO, Maria Isabel - Economia e Desenvolvimento dos Açores Numa Prespectiva Histórica. **Separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira.** Angra do Heroísmo. L:1992) 289–305.

JOÃO, Maria Isabel - **Economia e Sociedade Açorianas em meados do século XIX.** Centro de ed. Lisboa : Centro de História: Universidade de Lisboa, 2004

JOSÉ CARLOS VASQUES - **A Pesca do Atum e de Outros Peixes na Costa Barlaventina - Almadras e Acedáres**

JR, Tomaz Duarte - **A Comunidade do Canal.** Câmara Mun ed. Madalena : Coingra Lda, 2004

LARANJEIRA, Ana; FORTUNA, Mário; SILVA, Francisco - **Impacto dos Fundos Estruturais no PIB e no Emprego : Uma Aplicação ao Caso dos Açores**12/2006. . Açores : [s.n.]

MACIEL, José António Bernardo - **Memórias da Infância.** 1ª Edição ed. São Roque do Pico : Gráfica «O Telegrapho», 2018

MARTINHO, Helder Filipe Teixeira - **ECOSSISTEMAS DE INOVAÇÃO NA INSULARIDADE ULTRAPERÍFERICA : EM BUSCA DE UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO PARA O ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES.** [S.l.] : ISCTE Business School, 2015

MASSOT, Albert - **A AGRICULTURA DO ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES.** Bruxelas : Parlamento Europeu, 2015. ISBN 978-92-823-8262-2.

MATOS, Artur Teodoro De; MENESES, Avelino De Freitas De; LEITE, José Guilherme Reis - **História dos Açores Do descobrimento ao século XX - Volume II.** 1ª Edição ed. Angra do Heroísmo : Instituto Açoriano de Cultura, 2008. ISBN 978-989-8225-07-8.

MEDEIROS, Ana Cristina Bettencourt - **CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DO IMPACTO DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS NA ECONOMIA E NO EMPREGO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES.** [S.l.] : Universidade dos Açores, 2010

MEDEIROS, Rui Fernando Da Costa - **Escoamento do ar em torno da Ilha do Pico e a operacionalidade do seu aeroporto.** [S.l.] : Universidade da Beira Interior, 2009

MELO, Fernando - **fragmentos da memória.** 1ª Edição ed. Horta : Serafim Silva - artes gráficas/Maia, 1993. ISBN 972-95742-1-9.

MELO, Rita Guerra Santos Tavares De - **As Competências do Governo Regional dos Açores no Estatuto Político-Administrativo.** [S.l.] : Universidade Nova de Lisboa, 2010

MENEZES, Avelino Freitas - O vinho na História dos Açores: a introdução, a cultura ea exportação. **Arquipelago Historia.** 2:XIV–XV (2010) 177–186.

NUNES, João Carlos *et al.* - **Seminário ILHA DO PICO: Ambiente, Património, Turismo Sustentável.** Ciências e ed. Madalena : Universidade Aberta, 2017. ISBN 9788578110796.

OLIVEIRA, Isabel Tiago De - **EMIGRAÇÃO NAS ILHAS PORTUGUESAS: EMIGRAÇÃO LEGAL, CLANDESTINA, RETORNO E RE-EMIGRAGÇÃO. POPULAÇÃO E SOCIEDADE.** 3:1997) 215–226.

PARLAMENTO EUROPEU - **REGULAMENTO (UE) N.º 549/2013 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO DE 21 de maio de 2013 relativo ao sistema europeu de contas nacionais e regionais na União Europeia.** **Jornal Oficial da União Europeia.** (2013) 727.

POLÈSE, Mário; PAELINCK, Jean - **Economia urbana e regional : lógica espacial das transformações económica.** Coimbra : APDR, 1998. ISBN 9729782504.

QUEIROZ, Ana Isabel; ALVES, Daniel - Praga e poder: história do “devorista das laranjeiras” (Açores, Portugal, 1840-1860). Em **Análise Social**. Instituto ed. Lisboa : Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2019v. LIV (2.º). p. 226–254.

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - **AÇORES 2014-2020: PROGRAMA OPERACIONAL - INFRAESTRUTURAS DE SAÚDE - EXERCÍCIO DE MAPEAMENTO**. Açores : [s.n.]

SÁ, Ana Cordeiro De - Governo dos Açores chumba projecto do BE mas quer fábrica de Santa Catarina em São Jorge. **Agricultura e Mar: Actual**. [s.d.].

SACONATO, Humberto - **Qualidade de Vida e Vulnerabilidade no Arquipélago dos Açores: Estudo de Caso**. [S.l.] : Universidade Técnica de Lisboa, 1996

SANTOS, Aquiles Celestino Vieira Almada E - **A Insularidade e as suas condicionantes económicas: O caso dos pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento**. [S.l.] : Universidade de Lisboa, 2011

SANTOS, Rodolfo Marques Dos - **Análise da Evolução Recente do Setor das Pescas nos Açores**. [S.l.] : Universidade dos Açores, 2017

SERPA, Manuel - **Da pedra se fez vinho**. Ilha do Pico : Ver Açor, 2008

SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL E BOMBEIROS DOS AÇORES - **Serviço SIV Açores**, atual. 2020.

SILVA, Emiliania Leonilde Diniz Gil Soares Da; ALMEIDA, Bruno Aires Da Silva - **Atitudes, Ambiente e Agricultura nos Açores: A Lógica Produtiva em Produtores de Leite Micaelenses**. Açores : Universidade dos Açores, 2014

SILVA, Francisco António Dos Santos Da - **Turismo na natureza como base do desenvolvimento turístico responsável nos Açores**. [S.l.] : Universidade de Lisboa, 2013

SILVA, MAURÍCIO CORRÊA DA *et al.* - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE PESQUISA RELACIONADOS A DISSERTAÇÕES DE MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS. **DIVULGAÇÃO DE TRABALHO**. São Paulo. 2004) 97–104.

SOUSA, Paulo Silveira E - Para Uma História Da Vinha E Do Vinho. **Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira**. Angra do Heroísmo. LXII:2004) 57–159.

TAVARES, Carlos Alberto Dos Santos - **Ordenamento do Território nos Pequenos Estados Insulares: O Caso de Cabo Verde**. [S.l.] : Universidade Nova de Lisboa, 2013

TRIBUNAL DE CONTAS - **Pareceres sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores**

VINER, Jacob; OSLINGTON, Paul - **The Costums Union Issues**. New York : Oxford University Press, 2014. ISBN 978-0-19-975612-4.

Anexos

ANEXOS I: População Residente nas Ilhas do Triângulo e na RAA por Classe Etária e IDE (1900 – 2018) | Fonte Estatística: <https://srea.azores.gov.pt/>; INE; Pordata; CENSOS 1900 a 2011 | Cartografia: Elaboração Própria

0 - 14 anos													
	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011	2018
Calheta	2 152	2 020	1 910	1 888	2 702	2 591	2 502	1 770	1 230	1 084	686	548	421
Velas	2 537	2 195	1 972	2 141	2 879	2 714	2 502	1 885	1 515	1 272	976	754	615
Lajes do Pico	2 796	2 550	2 267	2 148	6 706	6 533	2 100	1 690	1 268	1 022	791	616	545
Madalena	2 469	2 400	2 132	2 080	2 368	2 331	2 200	1 575	1 262	1 206	1 017	870	820
São Roque do Pico	1 724	1 684	1 480	1 446	2 294	2 225	1 354	1 115	788	770	595	444	440
Horta	6 387	6 328	6 015	6 240	1 519	1 474	5 340	4 115	2 682	3 362	2 712	2 389	2 057
Açores	82 312	81 519	75 163	83 091	94 043	97 726	108 406	93 790	72 258	61 915	51 780	44 237	38 013
15 - 64 anos													
	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011	2018
Calheta	4 450	3 719	3 508	3 774	4 024	4 351	4 328	3 780	2 588	2 794	2 612	2 360	2 015
Velas	4 892	4 076	3 830	4 170	4 543	5 353	5 275	4 100	3 457	3 585	3 650	3 699	3 602
Lajes do Pico	5 274	4 496	4 272	4 669	14 926	15 408	5 216	4 085	3 538	3 456	3 230	3 083	2 910
Madalena	4 811	4 173	4 081	4 342	4 783	5 188	5 372	4 260	3 603	3 698	3 946	4 062	3 959
São Roque do Pico	3 671	3 159	2 829	3 008	4 523	5 225	3 387	2 880	2 219	2 204	2 335	2 318	2 200
Horta	13 884	11 645	10 896	13 105	3 137	3 558	12 933	10 030	9 146	9 276	10 119	10 345	9 956
Açores	151 364	137 576	131 505	150 161	171 576	198 284	197 221	166 125	143 680	147 858	159 404	170 990	169 456
> 65 anos													
	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011	2018
Calheta	1 048	1 118	1 070	883	719	690	545	580	616	721	751	761	769
Velas	1 060	1 081	1 012	894	726	701	689	835	955	901	975	926	920
Lajes do Pico	1 220	1 210	1 186	910	1 869	2 003	870	830	1 022	1 083	990	1 008	1 043
Madalena	1 147	1 105	994	796	914	915	787	1 025	1 112	1 102	1 171	1 095	1 096
São Roque do Pico	861	924	850	681	827	830	551	710	671	722	673	633	624
Horta	1 940	2 345	2 081	2 047	631	590	2 008	2 230	2 448	2 391	2 257	2 284	2 529
Açores	22 141	23 119	22 277	20 138	20 416	21 399	21 849	25 005	27 472	30 211	31 360	31 967	35 377
IDE													
	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011	2018
Calheta	48,70%	55,35%	56,02%	46,77%	26,61%	26,63%	21,78%	32,77%	50,08%	66,51%	109,48%	138,87%	182,66%
Velas	41,78%	49,25%	51,32%	41,76%	25,22%	25,83%	27,54%	44,30%	63,04%	70,83%	99,90%	122,81%	149,59%
Lajes do Pico	43,63%	47,45%	52,32%	42,36%	27,87%	30,66%	41,43%	49,11%	80,60%	105,97%	125,16%	163,64%	191,38%
Madalena	46,46%	46,04%	46,62%	38,27%	38,60%	39,25%	35,77%	65,08%	88,11%	91,38%	115,14%	125,86%	133,66%
São Roque do Pico	49,94%	54,87%	57,43%	47,10%	36,05%	37,30%	40,69%	63,68%	85,15%	93,77%	113,11%	142,57%	141,82%
Horta	30,37%	37,06%	34,60%	32,80%	41,54%	40,03%	37,60%	54,19%	91,28%	71,12%	83,22%	95,60%	122,95%
Açores	26,90%	28,36%	29,64%	24,24%	21,71%	21,90%	20,15%	26,66%	38,02%	48,79%	60,56%	72,26%	93,07%

*ANEXOS 2: Deflator do PIB Português - IPC Base 1986 | Fonte: INE | Cartografia:
Elaboração Própria*

Deflator IPC Base 1986							
Ano	Deflator	Ano	Deflator	Ano	Deflator	Ano	Deflator
1980	2,81451336	1990	0,59373704	2000	0,37218902	2010	0,29476629
1981	2,27596803	1991	0,5403301	2001	0,35856433	2011	0,28447269
1982	1,92564826	1992	0,49593339	2002	0,34485701	2012	0,27912494
1983	1,45577597	1993	0,46473851	2003	0,33687136	2013	0,27858709
1984	1,20018884	1994	0,44541372	2004	0,32872066	2014	0,2796325
1985	1,027	1995	0,43011823	2005	0,32043625	2015	0,27850514
1986	1	1996	0,41681445	2006	0,31259517	2016	0,27610029
1987	0,84357856	1997	0,40671303	2007	0,30441128	2017	0,27212752
1988	0,75503251	1998	0,39413198	2008	0,30208021	2018	0,27035851
1989	0,6764769	1999	0,38654485	2009	0,3021952		

ANEXOS 3: N.º total de explorações, SAU e mão-de-obra agrícola (2009) | Fonte Estatística: Recenseamento Agrícola dos Açores 2009 | Cartografia: Elaboração Própria

Ilha	N.º Explorações Agrícolas	SAU (ha)	n.º Indivíduos na mão-de-obra	
			Agricultura Familiar	Agricultura não familiar
Santa Maria	347	4228	849	29
São Miguel	5710	39081	19295	1311
Terceira	2993	23368	9657	351
Graciosa	405	3175	1178	46
São Jorge	1147	13911	3469	44
Pico	1596	18113	4231	53
Faial	856	9095	2378	63
Flores	431	8464	1294	56
Corvo	56	976	130	2

*ANEXOS 4: Mão-de-obra agrícola por grupo etário (2009) | Fonte Estatística:
Recenseamento Agrícola dos Açores 2009 | Cartografia: Elaboração Própria*

Ilha	Total	15 a 24	25 a 54	55 a 64	> 65
Santa Maria	878	202	469	120	87
São Miguel	20 606	5 977	8 995	2 654	2 980
Terceira	10 008	2 498	4 264	1 645	1 601
Graciosa	1 224	325	553	184	163
São Jorge	3 513	913	1 461	517	622
Pico	4 284	801	1 827	848	808
Faial	2 441	586	1 053	457	345
Flores	1 350	342	587	191	230
Corvo	132	21	55	25	31

ANEXOS 5: Salário médio dos trabalhadores agrícolas por ilha e por ano | Fonte Estatística: SREA | Cartografia: Elaboração própria

	1986	1996	2006	2016	2017	2018
Açores	6,76	17,58	31,98	39,38	39,48	40,75
Santa Maria	6,61	17,87	30,00	40,00	35,00	40,60
São Miguel	5,45	15,80	-	40,00	40,00	40,00
Terceira	6,69	17,25	30,00	30,00	30,80	35,00
Graciosa	4,90	14,96	34,59	40,00	40,00	40,00
São Jorge	9,18	18,17	34,00	35,00	45,00	45,00
Pico	9,18	19,24	31,17	40,00	40,00	40,00
Faial	6,71	17,46	-	45,00	40,00	40,00
Flores	5,39	19,88	32,09	45,00	45,00	45,42

ANEXOS 6: Efetivo animal por espécie e por Ilha Açoriana (2009) | Fonte Estatística: Recenseamento Agrícola dos Açores 2009 | Cartografia: Elaboração Própria

Ilha	Bovinos		Suínos	Ovinos	Caprinos	Equídeos	Aves	Coelhos	Colmeias e Cortiços Povoados
	Total	Vacas Leiteiras							
Santa Maria	5932	144	107	418	276	62	1995	110	121
São Miguel	108324	54661	25547	276	2760	975	295504	25144	936
Terceira	58802	23906	8879	684	2233	607	123844	3068	213
Graciosa	5835	1432	740	38	679	243	5550	236	62
São Jorge	21064	6716	2932	468	520	297	9793	295	78
Pico	25854	2056	2131	662	811	195	32114	206	317
Faial	15428	2869	741	249	443	245	8224	268	86
Flores	6542	475	1021	1054	278	94	5223	280	108
Corvo	982	122	178	1	18	24	573	3	-

*ANEXOS 7: Produção de Carne para Abate (em Kg) na RAA no período de 1981 a 2018 |
 Fonte Estatística: SREA | Cartografia: Elaboração própria*

	Ovinos	Bovinos	Suínos	Aves
1981	916 000	3 119 000	2 087 000	768 000
1982	1 241 000	4 146 000	2 808 000	1 004 000
1983	1 194 000	3 908 000	3 223 000	987 000
1984	1 033 000	4 379 000	3 761 000	827 000
1985	1 086 000	5 127 000	2 972 000	910 000
1986	1 284 000	4 683 120	2 941 866	1 078 000
1987	1 478 000	4 644 514	3 322 176	1 212 000
1988	1 996 521	4 805 214	3 424 411	1 654 990
1989	2 056 709	5 826 006	3 215 036	1 673 117
1990	2 140 786	5 154 267	3 249 108	1 787 577
1991	2 163 840	5 841 789	3 910 887	1 776 846
1992	2 137 166	6 237 342	4 810 794	1 778 996
1993	2 199 034	5 929 625	4 475 003	1 806 174
1994	2 362 938	4 968 205	4 096 934	1 956 847
1995	2 412 571	4 998 993	4 568 495	1 940 544
1996	2 252 291	6 268 336	4 630 927	1 873 802
1997	2 420 030	7 078 059	4 962 475	2 017 715
1998	2 726 459	6 275 413	5 090 841	2 264 187
1999	2 660 212	6 001 009	5 528 903	2 172 791
2000	2 716 077	6 297 700	5 666 642	2 283 250
2001	2 777 972	5 952 546	5 186 788	2 275 336
2002	3 395 249	7 476 652	5 396 378	2 809 148
2003	3 318 110	8 005 147	5 797 709	2 797 778
2004	3 564 058	7 246 607	5 363 763	2 953 723
2005	3 720 410	8 146 652	5 688 129	2 995 499
2006	3 964 197	8 123 775	4 611 190	3 291 948
2007	4 151 784	9 520 181	6 501 302	3 483 016
2008	4 220 776	10 448 155	5 705 706	3 605 634
2009	4 304 422	11 565 216	4 655 163	3 610 493
2010	4 545 968	11 645 296	4 827 189	3 684 204
2011	4 590 363	12 530 128	5 135 996	3 760 351
2012	4 452 647	12 623 725	5 492 271	3 646 089
2013	4 724 224	13 152 182	4 906 392	3 948 156
2014	2 752 220	12 281 206	5 416 109	3 933 583
2015	2 777 905	13 544 243	5 536 566	3 956 003
2016	4 626 017	16 174 162	5 522 262	3 877 839
2017	4 555 185	15 124 842	5 368 239	3 805 542
2018	4 619 582	16 221 138	5 957 490	3 820 067

ANEXOS 8: Produção de Derivados do Leite na RAA (1986 – 2018) | Fonte Estatística: SREA (<http://srea.azores.gov.pt>) | Cartografia: Elaboração Própria

	Manteiga (Ton)	Queijo (Ton)	Leite p/consumo (Lts)
1986	3 410	7 284	23 666 343
1987	3 304	7 840	21 095 054
1988	3 663	8 551	20 995 151
1989	4 242	9 213	20 084 384
1990	5 538	10 232	21 962 173
1991	5 106	10 036	18 047 605
1992	4 855	10 920	23 871 776
1993	5 223	11 699	23 890 150
1994	5 971	12 476	23 833 697
1995	6 193	13 656	36 161 977
1996	5 722	15 067	36 570 836
1997	6 260	16 070	38 042 295
1998	5 876	19 370	40 693 592
1999	6 915	22 496	43 391 184
2000	7 277	24 552	48 467 210
2001	5 825	25 387	45 107 909
2002	6 969	26 158	49 776 390
2003	7 325	25 459	52 851 960
2004	6 746	24 792	65 728 623
2005	6 568	27 845	74 183 852
2006	7 489	26 283	80 373 583
2007	7 126	28 480	89 793 911
2008	8 247	29 165	83 643 584
2009	8 643	29 120	99 135 426
2010	8 070	28 549	99 065 538
2011	8 759	28 966	113 357 379
2012	9 848	30 091	117 838 176
2013	8 835	28 453	123 811 227
2014	10 023	29 706	128 523 113
2015	11 509	28 271	142 392 538
2016	11 247	30 037	135 993 369
2017	8 268	31 646	137 336 661
2018	12 087	31 280	145 185 269

*ANEXOS 9: Pescado Capturado por Ilha na RAA (2018) | Fonte Estatística: SREA
(<http://srea.azores.gov.pt>) | Cartografia: Elaboração Própria*

	Quantidade Pesca (Kg)
Santa Maria	1 410 536
São Miguel	5 884 503
Terceira	1 056 512
Graciosa	138 402
São Jorge	515 870
Pico	2 638 276
Faial	323 676
Flores	89 630
Corvo	7 934
RAA	12 065 339

*ANEXOS 10::Evolução do Setor das Pescas na RAA (1981 – 2018) | Fonte Estatística: SREA
(<http://srea.azores.gov.pt>)| Cartografia: Elaboração Própria*

	Ton	Eur	Eur (1986)	Mão-de-obra	Embarcações
1981	11 391	2 801,34 €	6 375,76 €	4 134	x
1982	11 057	3 415,53 €	6 577,11 €	4 197	x
1983	13 288	4 379,28 €	6 375,24 €	4 257	x
1984	15 222	6 266,22 €	7 520,65 €	5 080	x
1985	15 272	8 016,64 €	8 233,09 €	5 183	x
1986	18 841	11 718,18 €	11 718,18 €	4 758	1 947
1987	19 708	13 675,76 €	11 536,58 €	5 058	x
1988	22 089	17 001,21 €	12 836,47 €	5 080	904
1989	16 768	15 999,24 €	10 823,12 €	4 510	1 904
1990	16 951	17 794,29 €	10 565,13 €	4 640	1 878
1991	16 320	19 571,57 €	10 575,11 €	4 346	1 884
1992	13 878	16 890,49 €	8 376,56 €	4 403	1 934
1993	18 706	19 951,03 €	9 272,01 €	4 433	1 686
1994	14 800	19 046,71 €	8 483,66 €	4 081	1 775
1995	20 609	22 899,77 €	9 849,61 €	4 420	1 671
1996	17 289	20 305,09 €	8 463,46 €	4 245	1 599
1997	14 965	19 801,63 €	8 053,58 €	4 358	1 612
1998	15 792	24 632,03 €	9 708,27 €	4 101	1 697
1999	9 883	25 043,26 €	9 680,34 €	3 966	1 670
2000	8 186	25 439,18 €	9 468,18 €	4 210	1 649
2001	6 926	22 042,36 €	7 903,60 €	4 138	1 624
2002	7 840	24 606,79 €	8 485,82 €	3 684	1 629
2003	8 924	26 118,00 €	8 798,41 €	3 417	1 617
2004	11 042	27 452,00 €	9 024,04 €	3 853	1 582
2005	9 253	28 745,00 €	9 210,94 €	2 105	1 584
2006	11 860	31 875,00 €	9 963,97 €	2 094	735
2007	15 882	38 223,00 €	11 635,51 €	2 511	741
2008	11 528	35 443,00 €	10 706,63 €	2 542	765
2009	9 441	30 800,00 €	9 307,61 €	2 759	820
2010	18 944	39 572,00 €	11 664,49 €	2 697	860
2011	16 091	38 724,00 €	11 015,92 €	2 658	824
2012	13 365	37 344,00 €	10 423,64 €	2 948	787
2013	13 961	34 033,00 €	9 481,15 €	2 966	783
2014	9 099	27 532,00 €	7 698,84 €	2 831	769
2015	8 179	28 031,00 €	7 806,78 €	3 151	762
2016	5 728	25 871,00 €	7 142,99 €	2 805	763
2017	6 351	29 474,00 €	8 020,69 €	3 477	758
2018	11 802	37 958,03 €	10 262,28 €	1 529	753

Nota:

x – Corresponde à inexistência de informação

Eur (1986) – Corresponde aos valores Eur atualizados com deflator de preços de ano base 1986

ANEXOS 11: N.º de Concelho e N.º de Freguesias por Ilha Açoriana

Ilha	Concelhos	Freguesias
Santa Maria	1	5
São Miguel	6	64
Terceira	2	30
Graciosa	1	4
São Jorge	2	11
Pico	3	17
Faial	1	13
Flores	2	11
Corvo	1	0 ⁶⁰

⁶⁰ A Ilha do Corvo não possui nenhuma freguesia de acordo com artigo 136.º da Lei n.º 39/80, de 5 de agosto que estabelece os Estatutos da EPARAA.

ANEXOS 12: População Residente por Ilha Açoriana 2018 e Área terrestre (km²) | Fonte Estatística: <https://srea.azores.gov.pt/> | Cartografia: Elaboração Própria)

Ilha	Área (km ²)	População	População por sexo	
			Masculino	Feminino
Santa Maria	97,1	5623	2672	2951
São Miguel	745,8	137150	66953	70197
Terceira	403,4	55234	26620	28614
Graciosa	61,2	4225	2050	2175
São Jorge	245,9	8342	4139	4203
Pico	448,4	13637	6548	7089
Faial	173,8	14542	7062	7480
Flores	141,6	3628	1818	1810
Corvo	17,2	465	263	202

ANEXOS 13: População Residente por Ilha Açoriana 2018 por grupo etário | Fonte Estatística: <https://srea.azores.gov.pt/> | Cartografia: Elaboração Própria

Ilha	Grupo Etário		
	0-14	15 - 64	> 65
Santa Maria	811	3997	815
São Miguel	23314	96966	16870
Terceira	7929	38221	9087
Graciosa	555	2835	835
São Jorge	1036	5617	1689
Pico	1805	9069	2763
Faial	2057	9959	2529
Flores	442	2484	702
Corvo	67	311	87

*ANEXOS 14: Estabelecimentos Escolares nos Açores 1985/86-2017/18 | Fonte Estatística:
<https://srea.azores.gov.pt/> | Cartografia: Elaboração Própria*

	Número de Estabelecimentos															Total
	Educação Infantil			1º Ciclo			2º Ciclo			3º Ciclo			Ensino Superior			
	Oficial	Particular	Total	Oficial	Particular	Total	Oficial	Particular	Total	Oficial	Particular	Total	Oficial	Particular	Total	
1985/86	76	0	76	279	6	285	19	5	24	18	0	18	2	0	2	405
1986/87	92	0	92	278	5	283	21	5	26	-	0	0	2	0	2	403
1987/88	53	53	106	279	5	284	31	5	36	26	0	26	2	0	2	454
1988/89	138	42	180	279	5	284	26	5	31	28	0	28	2	0	2	525
1989/90	139	44	183	275	5	280	38	4	42	25	0	25	3	0	3	533
1990/91	137	38	175	274	5	279	37	4	41	23	0	23	3	0	3	521
1991/92	180	6	186	267	5	272	31	4	35	24	0	24	3	0	3	520
1992/93	183	47	230	261	5	266	32	2	34	26	0	26	3	0	3	559
1993/94	188	46	234	255	5	260	32	2	34	26	0	26	3	0	3	557
1994/95	189	44	233	257	5	262	32	2	34	24	0	24	3	0	3	556
1995/96	192	50	242	256	5	261	32	2	34	26	0	26	3	0	3	566
1996/97	191	56	247	254	6	260	32	2	34	28	0	28	3	0	3	572
1997/98	192	54	246	253	5	258	30	2	32	28	0	28	3	0	3	567
1998/99	192	54	246	253	5	258	30	1	31	30	0	30	3	0	3	568
1999/00	192	54	246	253	5	258	31	1	32	30	0	30	3	0	3	569
2000/01	192	54	246	253	5	258	31	1	32	30	0	30	3	0	3	569
2001/02	192	54	246	253	5	258	31	1	32	30	0	30	3	0	3	569
2002/03	192	49	241	211	5	216	28	1	29	33	0	33	3	0	3	522
2003/04	185	53	238	253	5	258	27	1	28	33	0	33	3	0	3	560
2004/05	194	56	250	206	5	211	27	1	28	33	0	33	3	0	3	525
2005/06	193	58	251	206	5	211	27	1	28	30	0	30	3	0	3	523
2006/07	182	58	240	192	5	197	28	1	29	29	0	29	3	0	3	498
2007/08	170	59	229	183	5	188	28	1	29	29	0	29	3	0	3	478
2008/09	164	59	223	171	6	177	31	1	32	29	0	29	3	0	3	464
2009/10	171	59	230	177	6	183	29	1	30	30	0	30	3	0	3	476
2010/11	165	58	223	170	7	177	28	2	30	31	0	31	3	0	3	464
2011/12	146	56	202	150	7	157	30	2	32	33	0	33	3	0	3	427
2012/13	144	57	201	148	7	155	31	2	33	34	0	34	3	0	3	426
2013/14	144	56	200	147	8	155	31	3	34	35	0	35	3	0	3	427
2014/15	142	55	197	145	8	153	31	3	34	35	0	35	3	0	3	422
2015/16	142	55	197	145	8	153	31	3	34	35	0	35	3	0	3	422
2016/17	136	51	187	138	7	145	32	3	35	35	0	35	3	0	3	405
2017/18	136	51	187	138	8	146	30	4	34	35	0	35	3	0	3	405

*ANEXOS 15: Pessoal Docente nos Açores 1985/86-2017/18 | Fonte Estatística:
<https://srea.azores.gov.pt/> | Cartografia: Elaboração Própria*

	Pessoal Docente															Total
	Educação Infantil			1º Ciclo			2º Ciclo			3º Ciclo			Ensino Superior			
	Oficial	Particular	Total	Oficial	Particular	Total	Oficial	Particular	Total	Oficial	Particular	Total	Oficial	Particular	Total	
1985/86	110	111	221	1 231	33	1 264	721	79	800	1 068	0	1 068	152	0	152	3 505
1986/87	92	41	133	1 241	32	1 273	783	84	867	1 233	0	1 233	154	0	154	3 660
1987/88	178	141	319	1 277	31	1 308	798	91	889	1 523	0	1 523	177	0	177	4 216
1988/89	236	118	354	1 311	33	1 344	820	68	888	1 774	0	1 774	208	0	208	4 568
1989/90	-	-	324	1 276	35	1 311	945	x	945	1 611	0	1 611	219	0	219	4 410
1990/91	-	-	378	1 266	36	1 302	975	x	975	1 808	0	1 808	219	0	219	4 682
1991/92	278	23	301	1 148	37	1 185	892	x	892	1 269	0	1 269	257	0	257	3 904
1992/93	287	22	309	1 019	37	1 056	862	x	862	1 385	0	1 385	276	0	276	3 888
1993/94	297	78	375	1 025	39	1 064	861	x	861	1 489	0	1 489	336	0	336	4 125
1994/95	324	79	403	1 122	40	1 162	873	x	873	1 602	0	1 602	300	0	300	4 340
1995/96	341	89	430	1 139	41	1 180	816	x	816	1 714	0	1 714	313	0	313	4 453
1996/97	338	102	440	1 130	41	1 171	921	x	921	1 824	0	1 824	316	0	316	4 672
1997/98	347	103	450	1 082	43	1 125	997	x	997	1 840	0	1 840	303	0	303	4 715
1998/99	344	91	435	1 001	40	1 041	937	15	952	1 899	0	1 899	307	0	307	4 634
1999/00	347	76	423	1 036	39	1 075	971	16	987	1 970	0	1 970	284	0	284	4 739
2000/01	353	89	442	1 034	39	1 073	1 013	21	1 034	2 030	0	2 030	285	0	285	4 864
2001/02	348	99	447	943	38	981	1 006	21	1 027	2 012	0	2 012	285	0	285	4 752
2002/03	381	94	475	1 142	40	1 182	916	17	933	1 694	0	1 694	272	0	272	4 556
2003/04	403	108	511	1 203	34	1 237	833	15	848	1 746	0	1 746	252	0	252	4 594
2004/05	512	119	631	1 472	32	1 504	1 109	15	1 124	2 038	0	2 038	269	0	269	5 566
2005/06	468	136	604	1 317	38	1 355	1 048	16	1 064	1 745	0	1 745	275	0	275	5 043
2006/07	473	133	606	1 423	35	1 458	1 091	14	1 105	1 958	0	1 958	335	0	335	5 462
2007/08	484	165	649	1 284	36	1 320	1 220	11	1 231	2 034	0	2 034	292	0	292	5 526
2008/09	425	171	596	1 078	38	1 116	1 379	10	1 389	2 246	0	2 246	285	0	285	5 632
2009/10	525	184	709	1 390	38	1 428	1 453	10	1 463	2 675	0	2 675	285	0	285	6 560
2010/11	426	181	607	1 099	49	1 148	1 234	22	1 256	2 236	0	2 236	291	0	291	5 538
2011/12	395	176	571	962	48	1 010	1 108	22	1 130	2 018	0	2 018	241	0	241	4 970
2012/13	412	182	594	995	53	1 048	1 168	15	1 183	2 099	0	2 099	286	0	286	5 210
2013/14	384	182	566	917	54	971	1 078	11	1 089	2 075	0	2 075	275	0	275	4 976
2014/15	395	179	574	922	54	976	1 065	24	1 089	2 077	0	2 077	262	0	262	4 978
2015/16	409	128	537	957	55	1 012	1 100	32	1 132	2 125	0	2 125	259	0	259	5 065
2016/17	425	125	550	971	55	1 026	1 101	39	1 140	2 178	0	2 178	259	0	259	5 153
2017/18	388	125	513	956	55	1 011	1 093	37	1 130	2 230	0	2 230	256	0	256	5 140

*ANEXOS 16: Alunos Matriculados nos Açores 1985/86-2017/18 | Fonte Estatística:
<https://srea.azores.gov.pt/> | Cartografia: Elaboração Própria*

	Alunos Matriculados															Total
	Educação Infantil			1º Ciclo			2º Ciclo			3º Ciclo			Ensino Superior			
	Oficial	Particular	Total	Oficial	Particular	Total	Oficial	Particular	Total	Oficial	Particular	Total	Oficial	Particular	Total	
1985/86	1 094	1 905	2 999	27 474	931	28 405	8 375	715	9 090	10 731		10 731	1 052		1 052	52 277
1986/87	335	1 272	1 607	26 977	906	27 883	8 938	792	9 730	11 333		11 333	1 160		1 160	51 713
1987/88	1 213	2 705	3 918	25 890	847	26 737	9 169	757	9 926	11 650		11 650	1 106		1 106	53 337
1988/89	1 632	3 350	4 982	24 743	907	25 650	8 827	730	9 557	12 519		12 519	1 145		1 145	53 853
1989/90	1 099	3 655	4 754	23 211	941	24 152	9 107	561	9 668	12 302		12 302	1 284		1 284	52 160
1990/91	1 461	3 882	5 343	22 340	952	23 292	9 342	647	9 989	13 640		13 640	1 405		1 405	53 669
1991/92	599	4 291	4 890	21 462	985	22 447	9 263	586	9 849	15 428		15 428	1 855		1 855	54 469
1992/93	578	4 495	5 073	21 079	995	22 074	9 443	251	9 694	16 945		16 945	1 785		1 785	55 571
1993/94	2 050	4 665	6 715	20 287	977	21 264	9 556	264	9 820	18 288		18 288	1 932		1 932	58 019
1994/95	1 875	4 731	6 606	19 457	981	20 438	9 459	270	9 729	20 011		20 011	2 185		2 185	58 969
1995/96	2 063	4 756	6 819	18 750	966	19 716	9 434	289	9 723	20 474		20 474	2 359		2 359	59 091
1996/97	2 239	4 805	7 044	18 229	962	19 191	9 713	89	9 802	20 271		20 271	2 597		2 597	58 905
1997/98	2 146	4 831	6 977	17 712	947	18 659	9 688	87	9 775	20 324		20 324	2 781		2 781	58 516
1998/99	2 062	4 741	6 803	17 240	917	18 157	9 138	87	9 225	20 123		20 123	3 062		3 062	57 370
1999/00	1 950	4 843	6 793	16 761	877	17 638	8 871	78	8 949	20 036		20 036	3 104		3 104	56 520
2000/01	2 056	5 285	7 341	16 390	864	17 254	8 330	91	8 421	20 121		20 121	3 112		3 112	56 249
2001/02	2 065	5 253	7 318	15 568	880	16 448	8 353	88	8 441	18 719		18 719	2 927		2 927	53 853
2002/03	3 344	5 183	8 527	16 062	845	16 907	7 922	71	2 918	2 918		2 918	2 918		2 918	34 188
2003/04	3 015	5 516	8 531	15 282	843	16 125	7 942	65	2 728	2 728		2 728	2 728		2 728	32 840
2004/05	3 555	5 646	9 201	15 099	827	15 926	8 246	72	2 440	2 440		2 440	2 440		2 440	32 447
2005/06	3 563	5 443	9 006	15 218	849	16 067	7 919	68	2 781	2 781		2 781	2 781		2 781	33 416
2006/07	3 873	5 317	9 190	14 394	858	15 252	7 479	52	3 642	3 642		3 642	3 642		3 642	35 368
2007/08	3 990	5 122	9 112	14 075	871	14 946	7 782	51	3 650	3 650		3 650	3 650		3 650	35 008
2008/09	2 450	5 292	7 742	12 671	1 055	13 726	6 858	48	4 159	4 159		4 159	4 159		4 159	33 945
2009/10	2 649	5 180	7 829	12 228	871	13 099	6 595	54	4 289	4 289		4 289	4 289		4 289	33 795
2010/11	2 629	5 129	7 758	11 716	874	12 590	6 462	117	4 548	4 548		4 548	4 548		4 548	33 992
2011/12	2 424	4 991	7 415	11 486	900	12 386	6 301	148	4 377	4 377		4 377	4 377		4 377	32 932
2012/13	2 568	4 996	7 564	11 608	848	12 456	6 078	112	3 953	3 953		3 953	3 953		3 953	31 879
2013/14	2 612	4 988	7 600	11 134	933	12 067	6 100	128	3 572	3 572		3 572	3 572		3 572	30 383
2014/15	2 472	5 067	7 539	10 857	954	11 811	5 922	131	3 176	3 176		3 176	3 176		3 176	28 878
2015/16	2 415	4 926	7 341	10 585	892	11 477	5 577	160	2 744	2 744		2 744	2 744		2 744	27 050
2016/17	2 547	4 619	7 166	10 171	918	11 089	5 240	162	5 402	13 057		13 057	2 865		2 865	39 579
2017/18	2 454	4 258	6 712	10 119	886	11 005	5 183	146	5 329	12 790		12 790	2 700		2 700	38 536

ANEXOS 17: Evolução da Capacidade de Alojamento, Dormidas, Hóspedes e número de estabelecimentos na Ilha do Pico entre 1986 e 2018 | Fonte Estatística: <https://srea.azores.gov.pt/> | Cartografia: Elaboração Própria

Ano	Capacidade de Alojamento	Dormidas	Hóspedes	Nº de Estabelecimentos
1986	x	14 677	5 556	x
1987	x	18 444	7 204	7
1988	x	26 217	8 361	7
1989	301	22 574	7 202	6
1990	301	27 345	9 299	6
1991	301	26 992	9 302	6
1992	301	28 286	10 396	6
1993	317	25 404	8 515	6
1994	317	25 855	9 534	6
1995	347	28 398	11 225	6
1996	389	32 936	12 685	6
1997	363	27 097	10 770	6
1998	395	26 084	9 480	6
1999	469	54 762	18 359	18
2000	469	52 628	18 137	18
2001	522	53 063	19 732	22
2002	514	51 803	21 058	22
2003	520	55 883	21 021	23
2004	524	53 280	20 151	19
2005	547	48 615	19 163	20
2006	596	54 187	21 673	33
2007	553	50 820	20 073	33
2008	438	43 014	18 285	35
2009	422	44 421	18 216	35
2010	474	54 999	21 471	35
2011	618	55 422	21 866	42
2012	744	60 172	21 570	47
2013	737	64 353	21 823	45
2014	601	66 115	22 897	48
2015	621	84 584	28 981	110
2016	662	113 732	36 149	151
2017	721	119 036	41 366	181
2018	716	148 961	51 585	222

Taxa de Crescimento entre 1986 e 2018				
Pico	138%	915%	828%	3071%
Açores	314%	806%	777%	2694%

Nota: x corresponde à inexistência de dados no site da SREA